

**“OCUPAR, RESISTIR, GARANTIR”:
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE OCUPAÇÕES URBANAS DO RIO DE
JANEIRO NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA
AUTOGESTIONÁRIA**

RAFAEL BORGES DEMINICIS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
JUNHO – 2009**

**“OCUPAR, RESISTIR, GARANTIR”:
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE OCUPAÇÕES URBANAS
DO RIO DE JANEIRO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
POLÍTICA AUTOGESTIONÁRIA**

RAFAEL BORGES DEMINICIS

**“Dissertação apresentada ao
Mestrado em Sociologia Política
do Centro de Ciências Humanas
da Universidade Estadual do
Norte Fluminense – Darcy
Ribeiro (UENF) como requisito
parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Sociologia
Política”**

**Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
JUNHO – 2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

027/20

D381 Deminicis, Rafael Borges

“Ocupar, resistir, garantir” : os movimentos sociais de ocupações
do Rio de Janeiro na construção de uma política autogestionária /
Rafael Borges Deminicis - Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

125 f.

Orientador: Sérgio Luiz Pereira da Siva

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do

Universidade Estadual do Norte Fluminense / UENF
Centro de Ciências Humanas – CCH
Laboratório de Sociedade Civil e Estado - LESCE
Mestrado em Sociologia Política

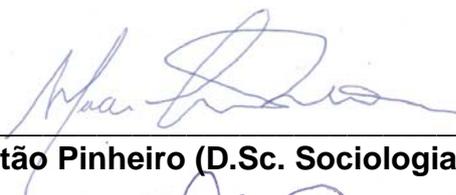
A Comissão Examinadora abaixo assinada,
aprova a dissertação

**“OCUPAR, RESISTIR, GARANTIR”: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE
OCUPAÇÕES URBANAS DO RIO DE JANEIRO NA CONSTRUÇÃO
DE UMA POLÍTICA AUTOGESTIONÁRIA**

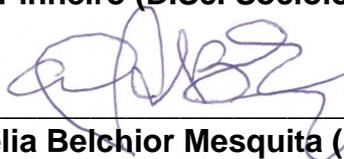
elaborada por
Rafael Borges Deminicis

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Sociologia Política

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dra. Márcia Leitão Pinheiro (D.Sc. Sociologia e Antropologia) – UENF



Prof. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (D.Sc. Sociologia) - UENF



Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva (D.Sc. Antropologia) - UFF



**Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira Da Silva
(D.Sc. Interdisciplinar Ciências Humanas, UENF)**

Campos dos Goytacazes, 24 de junho de 2009.

(...) tenho direito de dizer a verdade, mas tenho, sobretudo, o dever de dizer o que penso. Espero que entre este direito e este dever, não haja, em minha análise, diferença capaz de afetar a exatidão e a honestidade que sempre me impus.

Pierre-Joseph Proudhon

As existentes pretendidas “realidades” sobre as quais se baseiam a aspiração unitária só existem na imaginação simplificadora daqueles que lêem a história ao contrário.

Francisco Trindade

(...) A liberdade é igualdade, porque a liberdade não existe senão no estado social e fora da igualdade não há sociedade.

A sociedade é anarquia, porque ela não admite o governo da verdade, mas somente a autoridade da lei, isto é, da necessidade.

A liberdade é variedade infinita, porque ela respeita todas as vontades, nos limites da lei.

A liberdade é proporcionalidade, porque ela deixa toda amplitude à ambição do mérito e à emulação da glória. (...)

Pierre-Joseph Proudhon

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu irmão pela sua grandeza em constantemente querer ajudar o círculo de pessoas a sua volta, com coração aberto e desinteressado. Muitas vezes, mesmo que a pessoa em questão não queira ser ajudada, como dizem alguns amigos. Mas agradeço principalmente por ter insistido, desde o início, que eu ingressasse no mestrado de sociologia política na UENF e todo apoio que me deu ao longo do caminho.

Agradeço aos meus pais pelo carinho e por me apoiarem em minhas decisões, mesmo que indiretamente e à distância.

Aos amigos que conquistei neste tempo de mestrado. Mas principalmente aos amigos mais antigos, que acabei deixando de encontrar com tanta frequência por causa das idas e vindas a Campos para o curso, que me ajudaram com motivação, descontração, sugestões, críticas, caminhadas etc. Não cito um por um para não correr o risco de esquecer ninguém. Espero que me compreendam.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Wania, Márcia e Edilson, que em suas ponderações e críticas me auxiliaram para que esse trabalho ganhasse uma outra cara, menos intimista e mais direcionada aos leitores.

Agradeço a Sérgio Silva pelo incentivo dado a minha empreitada de conduzir esta pós-graduação até o fim e todo o apoio oferecido a que eu conseguisse idealizar, sistematizar e produzir essa dissertação. Mesmo nos momentos em que eu estava mais desanimado com a pesquisa, confiou em mim mais até do que eu mesmo. Seu apoio nesse aspecto foi de fundamental importância, sobretudo para

dar ânimo a minha evolução nos estudos exigidos pelo curso. Mesmo sendo uma área inscrita nas ciências humanas, tal como a História, a Sociologia Política mostrou-se inúmeras vezes um imenso bicho de sete cabeças, que eu teria conhecer e conviver durante dois anos da minha vida. O final do curso foi enrolado para ambas as partes, mas tudo deu certo. Desejo sorte e sucesso onde quer que esteja dando aula e pesquisando!

Agradeço muito aos amigos/militantes, guerreiros e guerreiras, que apesar de todas as dificuldades do sistema político e econômico que nos é imposto, continuam de pé, firmes na luta!

BIOGRAFIA

RAFAEL BORGES DEMINICIS, filho de Maria Lucia Borges Deminicis e Agostinho Serpa Deminicis, nasceu em Teresópolis, no dia 18 de maio de 1981.

Foi admitido na Universidade Federal Fluminense, em Niterói - RJ em fevereiro de 1999, onde foi bolsista de iniciação científica (2004-2005) de Daniel Aarão Reis Filho, Professor Titular de História, vinculado ao *Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC)*, ligado ao Departamento de História; foi coordenador do grupo de pesquisa *Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA-NEC/UFF)*; e desenvolveu trabalhos de pesquisa nas áreas de história social, história contemporânea, história da China e história do anarquismo, graduando-se como Bacharel e Licenciado em História em maio de 2006. Além disso, foi bolsista de iniciação científica (2001-2003) de Alfredo Tiomno Tomasquim, diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), desenvolvendo trabalho de pesquisa na área de História da Ciência e levantamento de conteúdo para a Bibliografia Brasileira de História da Ciência (BBHC). Foi organizador dos livros: *História do Anarquismo no Brasil (Volume 1)*. Niterói: EDUFF, 2006 – junto com Daniel Aarão Reis Filho; e *História do Anarquismo (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009 – junto com Carlos Augusto Addor. Ingressou no curso de Mestrado em do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, realizando estudos na área de Teoria dos Movimentos Sociais.

Submeteu-se a defesa para obtenção do título de Mestre em Produção Animal em 24 de junho de 2009.

CONTEÚDO

RESUMO.....	ii
ABSTRACT	iv
1. INTRODUÇÃO.....	2
2. CAPÍTULO I - A BUSCA POR UMA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ADEQUADA: PARADIGMAS, MÉTODOS E CATEGORIAS	4
2.1. Paradigmas e correntes teóricas.....	4
2.2. Avaliação entre o objeto e as teorias existentes.....	5
2.3. Avaliação sobre o objeto e a construção do paradigma latino-americano	7
2.3.2. Reflexões sobre a questão da <i>participação</i>	12
2.4. Contribuições teórico-metodológicas alternativas	19
2.4.1. Raúl Zibechi: a comunidade, o comum e a autonomia no “momento boliviano”	20
2.4.2. John Holloway: a luta pelo anti-poder	22
2.4.3. Rudolf de Jong: a teoria anarquista e as relações centro-periferia para entender os movimentos sociais	24
2.4.4. Relação de pesquisas realizadas sobre ocupações urbanas e suas tendências.....	30
3. CAPÍTULO II - “OCUPAR, RESISTIR E GARANTIR”: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA AUTOGESTIONÁRIA PELOS MORADORES E MILITANTES DAS OCUPAÇÕES URBANAS DO RIO DE JANEIRO	33
3.1. <i>Déficit</i> habitacional.....	33
3.2. Esclarecimento: Ocupação Urbana e Okupa	36
3.3. Entrevistando os ocupantes	37

3.4. OCUPAR !	38
3.4.1. As origens sócio-geográficas e econômicas	38
3.4.2. Moradores com experiência prévias em lutas urbanas	42
3.4.3. A origem e o problema com tráfico de drogas	44
3.4.4. Experiências comunitárias e consciência sobre a exclusão	46
3.4.5. Ocupação <i>chapa-branca</i>	48
3.4.6. Invasão e ocupação	49
3.4.7. Os primeiros mutirões	52
3.5. RESISTIR !	54
3.5.1. Lutar para não sair	55
3.5.2 “Uma laranja podre estraga o saco todo”	57
3.5.3. Residência-trabalho	59
3.5.4. As assembléias ou reuniões	62
3.5.5. A participação das mulheres	63
3.5.6. As festas e atividades culturais	63
3.5.7. Articuladores/as e as lideranças	64
3.6. GARANTIR !	66
3.6.1. A participação nas redes internas entre ocupações	66
3.6.2. Participação nas redes externas	69
3.6.4. Demonstração de experiência com as tentativas de despejo de outras ocupações	70
3.7. Considerações gerais sobre os movimentos sociais de ocupação urbana....	72
3.8. Tabela de Entrevistados e das Ocupações Urbanas	73
4. CAPÍTULO III - HISTÓRIA DA DEMOCRATIZAÇÃO E LUTA PELA REFORMA URBANA NO RIO DE JANEIRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS	75
4.1. O período de redemocratização	75
4.2. As associações de moradores	76
4.3. As ONGs	79
4.4. Retorno do Sindicalismo de Base e o Novo Sindicalismo	80
4.5. A questão urbana e o naufrágio da participação popular	82
4.6. Novos Movimentos Sociais: as Ocupações Urbanas	86
5. CAPÍTULO IV - AUTOGESTÃO ONTEM E HOJE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	90
5.1. Movimentos populares na Europa, autogestão e anarquismo	90

5.2. O movimento operário.....	92
5.3. A formação do sindicalismo	95
5.4. O Anarcosindicalismo e o Sindicalismo Revolucionário.....	98
5.5. A Revolução Mexicana	99
5.6. A Revolução Russa	100
5.7. A Revolução Espanhola.....	102
5.8. Sindicalismo e movimentos de resistência	104
5.9. A retomada dos movimentos sociais nos anos de 1960	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	124

RESUMO

DEMINICIS, Rafael Borges. M. S., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; setembro de 2009; “Ocupar, Resistir, Garantir”: Os Movimentos Sociais de Ocupações Urbanas do Rio de Janeiro na construção de uma política autogestionária; Professor Orientador: Prof. Sérgio Luiz Pereira da Silva.

A perspectiva de insuficiência dos instrumentos de análise adequados ao estudo dos movimentos sociais contemporâneos, principalmente dos movimentos da América Latina, trouxe a necessidade de percorrerem-se as teorias dos movimentos sociais existentes e fazer outras opções. Não adotar integralmente o paradigma norte-americano ou o europeu da TMS, e sim um caminho intermediário, pode ser a chave para a melhor compreensão de movimentos populares e autônomos. Com essas preocupações em mente é possível o entendimento das práticas cotidianas, da iniciativa coletiva, da organização autônoma, das estratégias de resistência e luta política dos movimentos de ocupação urbana do RJ como constituintes de uma proposta política autogestionária para a cidade. Informações extraídas da análise de conversas, depoimentos e entrevistas autorizadas com moradores – ocupantes e militantes do movimento social. A observação da trajetória sócio-política do Brasil e do Rio de Janeiro nos últimos 30 anos faz-se necessária para a compreensão da conjuntura atual de atuação dos movimentos sociais. Por fim, demonstra-se que a autogestão é historicamente originária da prática de movimentos sociais de base, adotada historicamente em mobilizações populares, periféricas, anti-estatais e anti-autoritários. Mostra-se que apesar da forte propagação internacional de movimentos sociais de cunho autogestionário e suas expressões teóricas, através de elaboração de estratégia para a ação política libertárias, em meados do século 20, houve grave

ruptura com a ascensão dos estados autoritários contemporâneos e o avanço do capitalismo. Por conta desta ruptura e da forte propaganda ideológica das diversas correntes centralistas e estatistas recentes, a prática autogestionária tornou-se aparentemente invisível em meio ao rol de possibilidades políticas – um quadro que mais recentemente tem se modificado com o aparecimento de movimentos sociais com essa prática e despertado interesse científico.

Palavras-chave: autogestão; movimentos sociais; ocupações urbanas.

ABSTRACT

DEMINICIS, Rafael Borges. M. S., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; setembro de 2009; "Occupy, Resist, Guarantee": The Social Movements of Urban Occupations in Rio de Janeiro on the construction of one self-management politics; Professor Adviser: Prof. Sérgio Luiz Pereira da Silva.

The perspective of insufficiency of the adequate instruments of analysis to the social contemporaries movements study, mainly of the Latin America movements, brought the necessity to cover some social movements theories and to make other options. Not to adopt integrally the North American paradigm or the European of the TMS, and so to an intermediate way, may be the key for the best understanding of popular and independent movements. With these concerns in mind, the agreement of practical the daily ones is possible, of the collective initiative, the independent organization, the strategies of resistance and fight politics of the urban occupation the movements of Rio de Janeiro as constituent of a proposal self-management politics for the city. Extracted information of the analysis of colloquies, depositions and authorized interviews with inhabitants - occupants and militants of the social movement. The comment of the social political trajectory of Brazil and Rio de Janeiro in last the 30 years becomes necessary for the understanding of the current conjuncture of performance of the social movements. Finally, it work is demonstrated historically that the self management is origins historically with the practical one of social movements of base, adopted in popular, peripherals, anti-states and anti-authoritarians mobilizations. One reveals that although the strong international propagation of self-management social movements matrix and its theoretical expressions, through elaboration of strategy for the libertarian action politics, in

middle of century 20, contemporaries had serious rupture with the ascension of the authoritarian states and the advance of the capitalism. On account of this rupture and the strong ideological propaganda of diverse recent centralists and statist chains, the self-management practical apparently became invisible in way the roll of possibilities politics – a picture that more recently if has modified with the appearance of social movements with this practical and shown scientific interest.

Key-words: self-management; social movements; urban occupations.

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem por objetivo o estudo das características identitárias e estratégicas que compõem os movimentos sociais de ocupação urbana na cidade do Rio de Janeiro dos últimos anos. A população das ocupações é composta em sua maioria por pessoas que estão em situação precária de moradia e emprego, que se fiam em suas experiências comunitárias e na projeção da conquista de uma local de residência próprio e auto-organizado.

A ação política destes movimentos, apesar de algumas intervenções isoladas, independe dos processos assistencialistas, isto é, organiza-se em larga em modo de ação direta para *ocupar*, *resistir* pela permanência e a posse do espaço, com fortalecimento da organização interna e *garantir* a estruturação de um movimento social. De um lado a opção política construída por estes atores é forjada a partir do acúmulo de experiências prévias, comunitárias e de classe, de adversidade econômica, atuação em outros movimentos sociais, na consciência sobre a exclusão. Na seqüência, depois do envolvimento com o processo de ocupação, surge a necessidade de organização popular para a conquista da moradia e de outros aspectos da vida social, como sustentação, trabalho, festividades e reuniões. A participação de membros de ocupações em passeatas, manifestações, fóruns e seminários de movimentos sociais, nas assembleias populares, nos conselhos populares e na exploração das heterogeneidades nos espaços de governo, concomitantemente, ampliam espaço e juntam forças para a construção de uma rede de resistência e garantir a sua autonomia.

O argumentativo desta dissertação está disposto nas análises de entrevistas com moradores/militantes das ocupações urbanas – entrevistas individuais formais e observação participante (ou participação observante) que permitiram análise de situações do cotidiano e que compõem um universo retrospectivo, das identidades, e ideológico.

Pois bem, com a mesma perspectiva da pesquisa de Sandro Soares Souza, por exemplo, enfatizamos que este processo permanece sem reconhecimento por estudos acadêmicos:

“Apesar dos vários grupos libertários contemporâneos estarem favorecendo a formulação de novos problemas acerca da autogestão, bem como possibilitando uma série de ensinamentos para os movimentos sociais em geral, ainda são bastante escassas as experiências de pesquisas que problematizem os processos organizativos autogestionários no âmbito da educação popular e dos movimentos sociais. O propósito deste texto é iniciar uma reflexão sobre as contribuições dos Movimentos Sociais libertários na produção de práticas autogestionárias que se contraponham à noção naturalizada de heterogestão.”¹

A vontade de pesquisar o objeto referido nestes primeiros parágrafos teve de ser precedida do debate sobre as teorias dos movimentos sociais (TMS) existentes e a mobilização de um quando teórico mais adequado. Em primeiro lugar, foi recusada a adoção de um modelo teórico que enquadrasse perfeitamente o objeto – o que tem ocorrido até o momento quando se trata de teoria dos movimentos sociais e, ainda, como é de praxe no mundo acadêmico. Ao reconhecermos a inexistência de uma ótica própria para os estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos, há uma buscar por autores alternativos e que têm correspondência com o pensamento expresso nas análises dessa dissertação, obviamente na tentativa de romper com o paradigma da ação política extremamente individualizada ou funcional-estruturalista, ambas orientadas para o Estado (mínimo ou máximo), e rebater a tendência de destituição das classes como categoria social ainda contemporânea. Nesse sentido, optou-se por um caminho intermediário entre os Novos Movimentos Sociais (NMS) e a Mobilização de Recursos (MR), contando com a contribuição de teorias marxistas ou neo-marxistas.

¹ SOUZA, S. S. 2007.

E na etapa final desse trabalho são realizados dois retrospectos. O primeiro, da história recente das lutas por reforma urbana e pela democratização política, e em enquadramento específico, mostra o processo seguinte de surgimento dos movimentos de ocupações urbanas no Rio de Janeiro e no Brasil no final da década de 1990, concomitante à deterioração da organização popular, fortalecimento do centralismo decisório e, fundamentalmente, a prevalência dos interesses capitalistas e estatais nos projetos de organização urbana. Esse retrospecto serve para mostrar minimamente que o movimento das ocupações urbanas tem seu papel diferenciado no panorama das possibilidades organização social e de políticas públicas.

O segundo, da construção da proposta política autogestionária ao longo da história, desde o movimento operário do século 19 às lutas urbanas dos últimos anos. Mostrando que apesar das rupturas pelas quais passaram os movimentos sociais e populares em diversos países não eliminaram por completo a proposta política autogestionária. Ao contrário, o conceito da autogestão foi constantemente avaliado pelos movimentos sociais mais proeminentes ao longo do tempo, adotado pelas mobilizações de setores de base, periféricos, anti-estatais e anti-autoritários. No entanto, com a ocorrência de alguns contrastes, foi adicionado teor ideológico à proposta, apesar de seu funcionamento ser independente dos projetos pragmáticos.

Nas últimas gerações, as teorias sobre a organização popular, que eram resultados ou possibilidades de expansão de práticas vigentes, ficaram isoladas de sua inserção social. Movimentos sociais da atualidade mostram uma retomada desse processo mais antigo. No entanto, a construção identitária dos movimentos de ocupação urbana no Rio de Janeiro da atualidade e as formas adotadas pelos diversos movimentos sociais tem caminhado para ser mais uma experiência de construção da autogestão, funcionando também como contexto de construção de uma rede política alternativa e anti-estatal.

2. CAPÍTULO I - A BUSCA POR UMA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ADEQUADA: PARADIGMAS, MÉTODOS E CATEGORIAS

2.1. Paradigmas e correntes teóricas

Antes de tudo, vale ressaltar que a partir dos anos de 1960, a temática dos movimentos sociais torna-se recorrente em várias áreas científicas, paralelamente à retomada dos próprios movimentos. Entretanto, o elevado desenvolvimento da tendência de setorização da prática científica, apesar das inovações interdisciplinares importantes, tornou a o campo de estudos dos movimentos sociais um “subsistema do social”², construindo e disseminando a categoria de “sociedade civil” e disputando o espaço e o *status* com a tradicional categoria *movimento operário*, ou *classe trabalhadora*.

A socióloga Maria da Gloria Gohn divide a produção científica ocidental sobre os movimentos sociais em dois grandes paradigmas, ou conjuntos explicativos onde se encontram teorias, conceitos e categorias: o *norte-americano* de um lado, onde estão contidas as teorias diferenciadas da ação coletiva e a Mobilização de Recursos (MR); e o *européu* de outro, subdividido em Novos Movimentos Sociais (NMS) e o neomarxismo. Gogh explica que o critério geográfico-espacial foi um recurso pedagógico utilizado não para definir o paradigma em si, mas para diferenciar correntes teórico-metodológicas compostas por formulações oriundas de realidades específicas. A América Latina, porém, segundo Gohn, não produziu um paradigma próprio, e as teorias que tiveram maior influência foram a vertente marxista-estruturalista mais na década de 1970 e as dos paradigmas europeus, com

² GOHN, 1997.

os Novos Movimentos Sociais nas décadas de 1980. Observa-se também que nas décadas de 1990 em diante, em período de globalização avançada, o paradigma norte-americano começa a ganhar bastante espaço no cenário latino-americano, acompanhado de silenciamento dos representantes das outras correntes e opositores e influenciado por pesquisas produzidas a partir de instituições não-governamentais e institutos privados, que substituem a perspectiva de “pressão e reivindicações” dos movimentos sociais por uma dinâmica de “projetos e resultados”.

2.2. Avaliação entre o objeto e as teorias existentes

Pois bem, a partir do estudo das informações que serão apresentadas nessa dissertação, sobre os processos históricos gerais dos movimentos sociais – sobre o panorama sociopolítico dos movimentos sociais brasileiros e cariocas das últimas três décadas e sobre o cotidiano e as trajetórias dos participantes na luta específica dos movimentos de ocupações urbanas do Rio de Janeiro, temos condição de estabelecer um importante debate sobre a Teoria dos Movimentos Sociais. A partir disso, a inserção da autogestão como vertente possível apresentada pelos movimentos sociais da atualidade, pode contribuir para a construção de um paradigma explicativo mais apropriado dos movimentos sociais contemporâneos ou, ao menos, dos movimentos tipicamente latino-americanos. Aliás, esse debate pode também ser realizado como contraponto a outras metodologias e teorias sobre os movimentos sociais existentes.

Em primeiro lugar, obviamente, essa dissertação não foge às tradições sociológicas dos estudos latino-americanos sobre os movimentos sociais, pois como mostra Gohn, concentram-se em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais *libertários* ou emancipatórios; nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural³.

Em relação aos dilemas apresentados no plano teórico-metodológico, tais como *estrutura* ou *ator social* (interacionismo) ou a construção de *estratégias* ou *identidades*, as escolhas seguem alguns critérios, nos quais estão o empréstimo

³ Idem.

alguns aspectos teóricos, a refutação de outros e/ou a criação de ainda outros. Por um lado, na contribuição que o estruturalismo venha a ter, por exemplo, consideramos mais conveniente a utilização dos conceitos de *desigualdades sociais*, *luta de classes*, *reivindicações*, etc., enquanto podemos considerar inconveniente a análise das possibilidades ou potenciais de transformações das condições econômicas dos movimentos sociais, tais como previsões. Na contribuição dos interacionistas, embora possamos utilizar as categorias *ações coletivas*, *ações estratégicas*, *associação* ou *comunitarianismo*, inversamente, não o fazemos considerando os movimentos sociais como mera reação às contingências sócio-econômicas, reação à exclusão, fruto das especulações instrumental, sobre oportunismo político ou interesses individualistas.

Tal como a pesquisadora Janaína Xavier do Nascimento, podemos reconhecer potencialidades e limites em ambas as correntes de abordagem sociológica, definidas por ela como “estratégicas” e “identitárias”, correspondentes aos paradigmas norte-americano e europeu. Ao reconhecer os limites e as potencialidades, aos quais não nos dedicaremos nesta dissertação, ela verifica que a síntese dessas duas abordagens seria bastante factível:

“Para além das ambigüidades, o que é importante ressaltar é que não é suficientemente forte o argumento segundo o qual a síntese entre esses dois paradigmas não seria possível por implicar no fim de um desses modelos explicativos. Isso porque uma síntese implica na emergência de algo novo. Nesse caso, na superação dos modelos explicativos que deram origem, o que significa que essa superação é intrínseca à síntese.”⁴

Portanto, buscando a síntese, e dando o primeiro passo para o exercício de reflexão sobre o nosso objeto apresentado e, inclusive, para a possibilidade de construção de um paradigma latino-americano, procuramos utilizar algumas categorias dos dois diferentes paradigmas que julgarmos mais adequadas ao objeto de estudo em questão e que apresentam complementaridade. As categorias *cultura*, *ideologia*, *solidariedade*, *autonomia* e *liberdade* advindas dos Novos Movimentos Sociais – por trabalharem mais com a valorização das identidades sociais, e seus processos de produção e reprodução, e a crítica à visão funcionalista – e as categorias de *lutas sociais*, *hegemonia* e *contradições urbanas* advindas do

⁴ NASCIMENTO, 1999.

neomarxismo, por oferecerem contextos externos que entram em diálogo com as identidades sociais nos parecem positivas. Podemos utilizar ainda a contribuição oferecida atualmente, pelos cientistas sociais inscritos na teoria da *ação coletiva*, que formaram importante tendência a se estabelecerem *approaches* entre as teorias pertencentes aos diferentes paradigmas⁵, que criaram a categoria *Mobilização Política* (MP), fruto da crítica e comparação entre as teorias dos Novos Movimentos Sociais e a Mobilização de Recursos (MR) ou a recriação do conceito da ação coletiva, mais especificamente no uso do conceito dos *frames* (ou seja, marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva): nos “*frames* das injustiças” de William Gamson (1988)⁶ e nos *frames alignment* e *master frames* utilizados por David Snow e Robert Benford (1988)⁷; e a focalização nas “oportunidades políticas”, pensada por Sidney Tarrow (1994)⁸.

2.3. Avaliação sobre o objeto e a construção do paradigma latino-americano

Na América Latina, além de não ter produzido um paradigma próprio, como se mencionou antes, a teoria dos movimentos sociais é muito pouco desenvolvida. Reforçam os fatos de terem apenas alguma expressão no Brasil, Argentina, México e Chile, onde a produção científica chegou a formar importante tradição em programas de pós-graduação nas ciências sociais e institutos de pesquisa, e nos demais países é quase nula e ainda predominarem os estudos de natureza empírico-descritiva⁹. Portanto, para contribuirmos para a transformação desta realidade, atentaremos para as importantes indicações metodológicas apresentadas pela obra de Maria Glória Gohn¹⁰ para a análise dos movimentos sociais, acompanhando todos os passos propostos, podendo até recusar alguns pontos, o que a própria autora considera razoável:

⁵ GOHN, 1997.

⁶ Ver: GAMSON, William. “Political discourse and collective action”. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROWS, Sidney. *International Social Movement Research, Volume 1, From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*. Greenwich: JAI Press, 1988.

⁷ Ver: SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. “Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization”. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROWS, Sidney. *International Social Movement Research, Volume 1, From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*. Greenwich: JAI Press, 1988.

⁸ Ver: TARROW, Sidney. *Power in Movement*. Cambridge: Un. Press, 1994.

⁹ GOHN, 1997. Ver: BURGWAL, G. “An Introduction to the literature of Urban Movements” In: ASSIES, W., BURGWAL, G. e SALMAN, T. *Structure of Power, Movements of Resistance*. Amsterdam: CEDLA, 1990.

¹⁰ GOHN, 1997.

“Não temos a pretensão de considerá-la ‘a verdadeira’, nem a arrogância de vê-la como ‘a melhor’. Ela é a construção possível dentro dos parâmetros adotados e poderá ser modificada, transformada ou alterada caso os fatos históricos postulem novos caminhos. Por ora, estes mesmos fatos, na realidade brasileira, têm comprovado o acerto de nossas premissas e do caminho ideológico adotado.”¹¹

Aliás, o livro *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* pode ser considerado um grande manual para os estudos sobre os movimentos sociais, por sua função quase “enciclopédica” – com descrição de forma sintética das inúmeras correntes do pensamento ocidental sobre os movimentos sociais e um resumo do pensamento de inúmeros intelectuais envolvidos em cada uma delas –, bem como pelo caráter propositivo de uma metodologia que tenha maior envolvimento com a realidade social, sem o enquadramento em modelos teóricos prontos antes da vivência. Pesquisa que talvez fosse digna de elogios por parte do emblemático sociólogo da ciência Paul Feyerabend, sendo aqui oportuna a reprodução de um trecho uma de suas idéias centrais:

“(…) Mesmo uma ciência pautada por lei e ordem só terá êxito se permitir que, ocasionalmente, tenha lugar alguns procedimentos anárquicos. Está claro que a idéia de um método fixo ou de uma teoria fixa da racionalidade baseia-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de suas circunstâncias sociais. Para os que examinam o risco material fornecido pela história e não tem a intenção de empobrecê-lo a fim de agradar seus baixos instintos, a seu anseio por segurança intelectual na forma de clareza, precisão, ‘objetividade’ e ‘verdade’, ficará claro que há apenas um princípio [o contra-método] que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio de que *tudo vale*.”¹²

Pois bem, a decisão de tomarmos orientação nas premissas metodológicas de Gohn vem de uma avaliação sobre o trabalho desta autora, que foi fruto de alto grau de experiência com a realidade e a reflexão sobre ela, gerando um respeito aos seus vinte e cinco anos de esforço intelectual para construir estes parâmetros. Voltando a dizer que, mesmo assim, não deixamos de refletir sobre eles, e duvidar-los quando necessário, pois essa dissertação também é base de uma experiência

¹¹ GOHN, 1997.

¹² FEYERABEND, 2007.

prática de alguns anos no movimento social de ocupações urbanas do Rio de Janeiro.

2.3.1. Referências teórico-metodológicas adequadas

A metodologia que pode contribuir com esse trabalho deve contar com três ângulos básicos: 1. visualizar a composição social do movimento e o repertório de ações coletivas que ele gera; traduzir o repertório de demandas e reivindicações condicionais, segundo valores, crenças, ideologias. 2. Observar as representações que os membros do movimento têm de si próprios e dos outros (suas conquistas e derrotas) e a cultura política que constroem ao longo do tempo. 3. Verificar as articulações do movimento social – internas: ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas; externas: o cenário social e político em que se insere, a relação com os opositores (quando houverem); redes: relações construídas pelas lideranças e militantes em geral (enquanto interlocutores) com os movimentos de lutas sociais, mídia, órgãos estatais, instituições, atores da sociedade civil.

As demandas e repertórios da ação coletiva, podem se basear na mistura de duas variantes apresentadas: a carência material e os projetos de uma utopia (nível simbólico, uma reinvenção da realidade). A composição dos movimentos foi orientada pelos itens: a origem dos grupos, os laços que os unem (que tem a ver com sua localização geográfica e/ou papel que exercem na sociedade, se rurais ou urbanos, por exemplo) e as alianças estabelecidas (alianças entre as classes médias e as classes populares, por exemplo). Para a análise das articulações atentamos para: as bases demandatárias, ou seja, o que o movimento social apresenta como necessidade; o que o movimento divulga e solicita a outros; o que as lideranças estão costurando de dentro para fora do movimento; e quem são e o que fazem os contribuintes externos (assessorias – fator que depende muito do tempo de existência do movimento, podendo ser pequena ou grande) e o alcance dos contatos com as redes de movimentos sociais. Além disso, devem-se preencher as informações sobre força social, ideologia, cultura política, organização, práticas, projetos, identidade, cenário sócio-político, opositores, conquistas e derrotas.

Embora não tenhamos categorias teóricas consistentes na América Latina, devemos nos orientar pelas categorias elaboradas para a análise dos movimentos de tipo predominante: o caráter popular, que podem ser citados como os de

exclusão social e resistência; e na reelaboração dessas categorias usuais de acordo com os movimentos que não tenham necessariamente as mesmas vinculações anteriores, que são: *participação, direitos, cidadania, experiência e identidade coletiva*.

As escolhas metodológicas consistiram também no uso das categorias (dentre as que são apresentadas Maria da Glória Gohn) que consideramos mais adequadas, que são as seguintes:

1. Participação, entendida como a ação política interna dos componentes dos movimentos do movimento social e suas articulações externas com redes de luta;
2. Exclusão social, como cognição sobre as desigualdades e injustiças e motivador da tomada de decisões, categoria predominante no universo dos movimentos sociais dos anos 90, abundantes nas referências de Gohn (1991);
3. Experiência, como acúmulo da produção da vida material e de sentimentos envolvidos, que seja depositária de forças, energias e motivadora da ação, contextualizada em termos culturais e de *consciência de classe* (consciência afetiva e moral), tal como está definida nos trabalhos de Edward Palmer Thompson¹³, mas livre do caráter estruturalista, pragmático utilitarista ou determinista. Tendo em vista que nem toda ação se insere numa luta por uma melhor distribuição das recompensas e sanções ou tem exatamente um “adversário”¹⁴, pode haver uma diversidade deles, inclusive com elementos internos aos próprios movimentos, como também a motivação pela cooperação, o voluntariado e a auto-preservação.
4. Identidade coletiva, entendida como criação a partir da ação e participação dos componentes do movimento social e de interesses em comum, decorrendo da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. Essa – categoria importada do paradigma europeu dos NMS, que na América Latina foi amplamente difundido pela teologia da libertação;

¹³ THOMPSON, 1987.

¹⁴ CASTELLS, 2001

As escolhas metodológicas estão ainda na análise das fases de organização do movimento social, relacionadas nos seguintes pontos:

1. Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir;
2. Formulação das demandas por lideranças e assessoria;
3. Aglutinação de pessoas;
4. Transformação das demandas em reivindicações;
5. Organização elementar do movimento;
6. Formulação de estratégias;
7. Práticas coletivas de assembléias, reuniões e atos públicos;
8. Encaminhamentos das reivindicações;
9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais) e execução de projetos;
10. Negociações com opositores;
11. Consolidação ou institucionalização do movimento;

Para as classificações gerais dos movimentos sociais, podemos utilizar as seguintes categorias e tipos:

- a) Variações entre os tipos: transformadores, reformadores, redentores e alternativos (DAVIDE ABERLE, 1996);
- b) resposta a estímulos externos – movimentos gerados por tensões estruturais; crenças generalizadas; distúrbios ou violências; situações de controle social; (GIDDENS / SMELSER, 1962);
- c) Enumeração, sem muita preocupação com a tipologia, entre: messiânicos, camponeses, de defesa comunitária, de defesa da identidade, lutas urbanas, novos movimentos sociais, movimentos históricos, etc. (TOURAINÉ, 1985);

Por fim, dos tipos gerais elencados por Gohn, o movimento das ocupações urbanas estaria na mistura da categoria dos movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais (no caso, a moradia) com a categoria dos de origem associada aos grupos que o apóiam. Então, conhecendo o universo mais amplo das teorias e métodos, podemos fazer as escolhas de base teórica mais específicas e a reavaliação do método apresentado com a seleção das categorias adequadas. Em primeiro lugar, a base teórica escolhida tende ao maior uso da vertente autonomista dos NMS, baseada nos clássicos anarquistas, particularmente,

Proudhon e em Kropotkin e na Escola de Frankfurt¹⁵, com abordagens neo-idealistas da realidade social que negam o papel das determinações e destacam a subjetividade dos agentes sociais em suas lutas cotidianas, cultura e busca de processos de singularidade. Mas as escolhas teóricas serão melhor debatidas mais a frente.

2.3.2. Reflexões sobre a questão da *participação*

Para o ponto sobre a participação devemos fazer boa ressalva. Foi refutada aqui a definição de “democratização do Estado” ou de suas instituições para a definição da categoria participação, pelo fato de considerá-la uma falsa questão. Como já mencionamos, refutamos qualquer análise funcionalista ou determinista, por esse motivo esse foi o caminho mais coerente a se seguir.

Avaliamos que essa definição induz *a priori* para o direcionamento dos movimentos sociais à incorporação ao Estado. No entanto, não descartamos que este possa ser um dos desfechos possíveis. Mesmo assim, se acabar sendo o resultado de um processo de ação do movimento social, ele não pode ser avaliado como a própria essência deste movimento. Pelo contrário, em casos em que a essência do movimento poderia ser considerada revolucionária, o Estado pode criar estratégias de incorporação das reivindicações do movimento e abertura para a participação, com o intuito de se manter e iludir a oposição, sem necessariamente ter que ativar meios violentos de controle.

A exemplo de uma pesquisa realizada por Noam Chomsky sobre os debates políticos ocorridos no interior do governo dos EUA nos anos 20, mostra-se que a “propaganda ideológica”¹⁶ foi o mais eficiente recurso de controle social. O governo e o empresariado forjavam um verdadeiro cavalo de Tróia à sociedade, pois escondiam que em troca da benevolente concessão ao direito de voto, exaustivamente midiaticizado, transportavam nele estratégias de atração. A exemplo da “fórmula de Mohawk Valley”, que procurava mobilizar a comunidade contra os grevistas e os sindicalistas, e assim destruir por dentro o movimento operário. Mantendo uma tradição nos EUA, a “propaganda ideológica” foi bastante frutífera, pois conseguiu conter as tensões sociais dos anos posteriores à crise de 1929,

¹⁵ GOHN, 1997.

¹⁶ CHOMSKY, 2000.

formou a base de apoio da política de bem-estar social, serviu para da perseguição anti-comunista anos à frente e até hoje serve como fundamento do nacionalismo exacerbado desse país. Essa perspectiva é tão importante que nos leva fazer a justa analogia às estratégias de contenção social do populismo latino-americano.

Na perspectiva das “tecnologias políticas”, as ações estatistas podem constantemente se utilizar dos discursos da liberdade para ampliar os espaços de dominação ou se favorecer de redes complexas de poder hierárquico espraiadas na sociedade e com isso garantir a manutenção do seu *status quo* – como lembra José Luís Solazzi, referindo-se à teoria da *Analítica do Poder* utilizada por Michel Foucault¹⁷. Entretanto, não pretendemos estender muito esta discussão, pois dela sairia o conteúdo exclusivo de uma outra tese, centrada apenas na verificação prática ou teórica das estratégias de cooptação dos movimentos sociais pelo Estado.

Verifiquemos então pelo ponto que nos interessa. Em seus estudos, Boaventura de Souza Santos já salientava sobre os “perigos da perversão e da cooptação”¹⁸, não estando eles fora da proposta da *democracia participativa*. Ele analisa que as aspirações revolucionárias da participação democrática dos últimos anos do século 20 foram reduzidas a “formas de democracia de baixa intensidade”, pela perversão criada pelo próprio movimento social de diversas formas: na burocratização da participação, pela reintrodução do clientelismo, pela exclusão de interesses, através do silenciamento ou da manipulação para preservação das instituições. No entanto, a perspectiva de Boaventura de Souza Santos parece-nos ainda insuficiente. Contraditoriamente, é dele que podemos extrair argumento que comprove. Ele descreve que, dentre as formas de participação que emergiram no Brasil pós-ditadura, “o orçamento participativo adquiriu proeminência particular”. O orçamento participativo foi amplamente estimulado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) junto ao movimento comunitário, articulando a criação de espaços de participação e mandatos representativos. Estava aí a matriz do fel. Por ser o responsável pela atração dos movimentos sociais para aquela “brecha” do Estado e por retirar a centralidade das decisões das mãos das instituições autênticas dos movimentos, transformava-se no agenciador da perversão.

¹⁷ SOLAZZI, 2004.

¹⁸ SANTOS; AVRITZER, 2002.

Vale aqui uma *release* histórico, pois antes mesmo do desenvolvimento da *teoria da dependência* na América Latina, o debate sobre a intervenção do Estado nos movimentos sociais já incendiava os anos de organização sindical das duas primeiras décadas do século 20. A institucionalização do movimento operário foi sentida na pele a partir dos anos de 1930 no Brasil, exemplarmente com a instauração do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Com a criação das leis trabalhistas, além de o Estado tornar-se intermediário nas relações de trabalho (planejamento regional ou nacional, salários-base, previdência, etc.) a atuação sindical ficava totalmente sob fiscalização, tornando a ação de sindicatos autônomos ou revolucionários um crime grave, sujeito a prisões e fechamento com ação policial violenta.

Nos anos de 1950 e 60, com a criação de movimentos sociais de associações e cooperativas de trabalhadores rurais, este debate é reaceso. Nos importantes estudos sobre o Direito Cooperativo, Fábio Luz Filho (militante do cooperativismo, na época, professor e presidente do Centro de Estudos Cooperativos)¹⁹, em sua análise sobre as proposições da Divisão de Assuntos Sociais (Seção de Cooperativas) da União Pan-Americana (1954), extrai a existência de posições contrárias entre estudiosos líderes do movimento cooperativista que “vêm com desconfiança a intervenção estatal na vida interna das cooperativas, o que traz consigo uma marca do paternalismo e, por conseguinte, estão decididos a manter uma independência absoluta em relação ao Estado”²⁰; e grupos integrados, que consideram a intervenção do Estado “não só necessária como indispensável e, por este motivo, a principal atividade desses líderes consiste em recomendar, mediante uma legislação extremamente regimental, o fomento e o controle das cooperativas pelo Estado”. Fábio Luz Filho, apesar de concordar com Oliveira Viana (estudioso da sociologia do Estado brasileiro) que os fundamentos teóricos direito devem ser o próprio “direito-costume” popular, o “direito do povo-massa”²¹ (bases do direito consuetudinário), e não por meio de elites políticas e universitárias (direito escrito), mas no plano prático

¹⁹ Herdeiro direto das concepções sobre a autogestão, pois filho do conhecido militante anarquista e sindicalista revolucionário, Fábio Lopes dos Santos Luz (Fábio Luz), escritor e médico baiano.

²⁰ LUZ FILHO, 1962. Talvez por ser esta uma obra produzida através de convênio com o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, foi adotada uma linha propositiva mais moderada, que ponderava a possibilidade de uma ação intermediária entre o estatismo e a autogestão. Ele próprio se justifica: “(...) quer funcionalmente, que particularmente, inclusive a repercussão onternacional de nosso labor, através do que escrevi como publicista livre e o que publiquei sob a chancela do poder público, pois ainda acredito muito no poder de convicção da palavra escrita.” (citação deste livro).

²¹ LUZ FILHO, 1962.

diverge radicalmente, sendo Fábio Luz Filho defensor do movimento social autônomo e Oliveira do estado autoritário. Nesse sentido, ele descreve várias referências históricas e contemporâneas da autogestão camponesa brasileira e de quase todas as nações do mundo, o que formava a base cultural do movimento cooperativista, mas que não formava uma base de ação consistente e que “vencido o estágio de imaturidade, que o movimento se desenvolva por si mesmo, com seus órgãos próprios de cúpula prepostos à assistência e à vigilância”²².

A partir de 1964, com mais um período de governo totalitário no Brasil (desta vez sob os interesses diretos dos Estados Unidos, que coordenaram a implantação de ditaduras em toda a América Latina), os movimentos sociais perderam muitos dos seus espaços de organização, pois estiveram sob forte repressão. No retorno dos anos de 1980, com a Constituição de 88 e um conjunto de leis que a sucederam e que aprofundaram mecanismos de co-gestão pública²³, realmente alguns setores da sociedade pleiteiam estrategicamente a abertura do Estado à participação, mas ao mesmo tempo os movimentos sociais fizeram forte rechaço contra ele. Numa concepção mais restrita, essas reivindicações de participação se identificaram como “participação popular” em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo legislativo, como pelo Executivo.

Pois bem, em seus estudos mais recentes sobre a participação nos conselhos gestores municipais Maria da Glória Gohn comete um equívoco ao considerá-los espaços de participação²⁴. O estímulo à participação paradoxalmente esbarra nas inúmeras restrições dos mecanismos de decisão e frustrava os ânimos dos atores sociais envolvidos: desde a desproporção numérica entre as cadeiras destinada aos movimentos sociais, subestimada, e aos representantes do próprio governo e das elites econômicas, superestimada; a característica apenas consultiva de muitos conselhos; a subordinação às instâncias decisórias regulares do Estado; a burocracia para o encaminhamento de propostas; até, por fim, a tentativa dos conselhos de tomarem o protagonismo na mobilização social, destituindo consentidamente os movimentos sociais deste papel, já que estes estão demasiados preocupados no enquadramento nas normas dos conselhos, etc. Esse modelo de gestão pública estatal somente é capaz de atrair os movimentos sociais à

²² LUZ FILHO, 1961.

²³ RICCI, 2008.

²⁴ GOHN, 2000.

dependência de suas próprias estruturas, na formação do “capital social”²⁵ (pressupostos para a articulação entre dimensão institucional e a dimensão da cultura política, considerados determinantes para o fortalecimento dessa democracia²⁶), e assim acaba por destituir todo o acúmulo político conseguido pelos movimentos sociais em suas experiências.

Do dilema da participação, não esteve a salvo nem um dos intelectuais do anarquismo contemporâneo, Murray Bookchin, com proposta análoga a dos *conselhos gestores* para os movimentos sociais norte-americanos: o “municipalismo libertário”. No afã da reconstrução da política autogestionária, fugindo da “atomização” a que estão condicionados os habitantes das cidades, reproduzida pelos partidos políticos e pelo eleitoralismo, creditava à participação nos conselhos, assembléias populares e reuniões de bairro municipais a potencialidade da transformação social, capaz de “municipalizar a propriedade” (ou seja, desprivatizar o espaço público)²⁷. Com razão Bookchin foi duramente criticado por integrantes dos movimentos autônomos, pois desta proposta não resultaram grandes movimentos ou movimentos com longevidade, restando apenas grupos de seguidores (os “comunalistas”), com alguns eleitos a conselhos municipais. A crítica principal ao municipalismo libertário centrou-se na proposta trans-classista do movimento social colocado em prática pelos colaboradores das idéias de Bookchin. Enfim, por essa e as outras razões apresentadas acima que é de fundamental importância a escolha da categoria seguinte.

Por conta disso, vale lembrar de um trecho do estudo de Flávio Villaça, quando se refere a participação no planejamento dos Planos Diretores:

“Não existe a população. O que existem são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores, seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram – e continuam sendo – as classes dominadas, ou seja, a maioria. Até agora foram essas as classes ausentes. Portanto, quando se fala de Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na ‘participação’ só pode se referir a maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma

²⁵ PUTMAN, 1996.

²⁶ SCHERER-WARREN, LÜCHMANN, 2004.

²⁷ BOOKCHIN, 2003.

ostensiva. (...) Os setores dominados econômicos – tanto empregados quanto empregadores – tiveram mínima participação nesses debates. Isto leva a suspeitar que os debates públicos, em grande parte, vem sendo usados pela minoria dominante, para ocultar as formas de pressão sobre os tomadores de decisões políticas. Vem sendo usadas para dar a aparência de democrática a decisões tomadas sob um jogo totalmente desequilibrado. (...) Neste Particular da Experiência de do Plano Diretor revelou outras formas de pressão – como as matérias pagas na imprensa, as pressões diretas sobre os vereadores e sobre o próprio chefe do Executivo – são na verdade muito mais poderosas do que as pressões, reivindicações ou contribuições manifestadas nos debates públicos formais.”²⁸

Podemos constatar que movimentos sociais que se integraram ao modelo de “gestão pública estatal via parcerias com a sociedade civil organizada”²⁹, ao invés de utilizarem suas próprias redes de articulação para proverem suas demandas, passaram a integrar os conselhos gestores juntos aos órgãos municipais em pouco tempo além de não conseguirem alcançar suas demandas e viram-se desgastados e deslegitimados com suas bases. Por essas conseqüências, os setores mais liberais acabam tendo razão, já que pensavam os conselhos gestores como instrumentos ou mecanismos de colaboração. Entretanto, como consta nos estudos de Ilza de Andrade, tornam-se visíveis nesse processo “atitudes do tipo *se hay gobierno, soy contra* numa clara demonstração do descrédito da sociedade em relação a possibilidade de um tipo novo de relação entre o Estado e a sociedade. E se não há confiança, não há participação”³⁰.

Em outras palavras, os movimentos sociais que pautaram pela participação com algum viés de democratização do Estado, a partir do momento que efetivam esta intenção, ou extinguiram-se em curto tempo (fato negativo a não ser que esta seja a intenção original do movimento) ou fundiram-se com as instituições estatais (como foram os casos dos conselhos gestores), pois entram em armadilhas quase sempre irreversíveis, tendo que aceitar propostas externas com certa facilidade e desistir de suas ações internas, sendo engolidos pela democracia liberal.

A incorporação desses atores sociais à esfera política do Estado acabou por inverter a lógica do *conflicto* para a da *cooperação*. Quando os movimentos sociais,

²⁸ VILLAÇA, 2005.

²⁹ GOHN, 2000.

³⁰ ANDRADE, 2006.

em suas ações reivindicatórias, buscaram mais reconhecimento perante o Estado, por parte das legislações, do status jurídico e político, o governo e suas instituições conseguiram se infiltrar mais facilmente (proporcionando maior “porosidade”³¹) nas práticas políticas cooperativas populares e demandas originais dos coletivos sociais, instrumentalizando-os e inventando novas políticas públicas. Aliás, este é o motivo que leva a autores acreditarem que a maioria dos movimentos sociais já entraram em uma fase em que não podem ser mais definidos genericamente como “não-institucionais”, Pasquino (1994).

O complicante disso tudo é que ao mesmo tempo o Estado tem transformado as estruturas do *bem-estar social* sob a rubrica de um *pluralismo de bem-estar* (*welfare pluralism* ou *Welfare Mix*³²), e esta nova modalidade de tratamento com as demandas sociais parte do pressuposto do compartilhamento de grande parte das responsabilidades com grupos da sociedade civil (organizações não-governamentais) e o mercado. Com esse processo o Estado legitimou-se ainda mais e colocou os movimentos sociais em situação cada vez mais difícil, chegando atualmente à enorme criminalização de suas ações, pelo fato ainda de se chocarem com os interesses dos grupos que participam das políticas públicas compartilhadas. O objeto dessa dissertação é exemplo, pois as ocupações urbanas entram em conflito direto com o mercado e as associações imobiliárias.

Portanto, o que se pode extrair sobre a “era participação”³³ dos anos de 1980 para os anos da globalização, foi que a proximidade do Estado apenas colheu a decadência dos movimentos sociais, pois foram destituídos de sua potência de transformação, ao perderem sua autonomia e, perante as bases demandatárias, serem destituídos de sua condição como instrumento legítimo (legitimidade freqüentemente não-institucional³⁴).

Tomando como inspiração a perspectiva da antropologia política Pierre Clastres, por exemplo, podemos pensar que as análises atuais sobre os movimentos sociais têm grande semelhança com o tipo de análise realizada sobre os povos primitivos estudadas pelo autor de *Sociedade contra o Estado*. Para ambos, as

³¹ MACHADO, 2007.

³² PEREIRA, 2000.

³³ GOHN, 1997.

³⁴ MACHADO, 2007.

considerações científicas realizadas caracterizam-nas como privados de alguma coisa, incompletos, sob a “experiência talvez dolorosa de uma falta: a falta do Estado”³⁵. No fundamento de sua pesquisa, Clastres indaga fortemente a idéia de que o Estado é o destino de toda sociedade, sendo um exercício que também podemos fazer para o debate sobre os movimentos sociais. Aliás, enquanto atualmente, para os movimentos sociais, o Estado passou a ser deslegitimado, criticado³⁶, simultaneamente, grande parte dos cientistas sociais preservam-no como objeto central de investigação. Portanto, é forte a similaridade da manifestação dos etnólogos e antropólogos criticados por Clastres com a dos cientistas sociais da atualidade, pois ambos conservam intactos o etnocentrismo e o evolucionismo estatista por trás de formulações modernas.

“Reconhece-se aqui a outra face do etnocentrismo, a convicção complementar de que a história tem um sentido único, de que toda sociedade está condenada a inscrever-se nessa história e a percorrer as suas etapas que, a partir da selvageria, conduzem à civilização “Todos os povos policiados foram selvagens”, escreve Raynal. Mas o registro de uma evolução evidente de forma alguma fundamenta uma doutrina que, relacionando arbitrariamente o estado de civilização com a civilização do Estado, designa este último como termo necessário atribuído a toda sociedade. Pode-se então indagar o que manteve os últimos povos ainda selvagens.”³⁷

2.4. Contribuições teórico-metodológicas alternativas

Fugindo do automatismo das perspectivas teórico-metodológicas que se encerram na complementaridade entre sociedade e Estado, alguns cientistas sociais da atualidade, situados no campo do que podemos denominar de “nova esquerda”, podem nos oferecer grandes contribuições mais adequadas aos movimentos sociais da América Latina. Eles identificam em alguns dos novos movimentos as novas classes de sujeitos políticos, portadoras de um novo projeto de emancipação, diferente daquele renunciado pela esquerda tradicional. Dos muitos intelectuais de esquerda que seguem essa linha interpretativa, podemos destacar Raúl Zibechi e John Holloway. Suas teses, cuja inspiração é encontrada na experiência dos movimentos sociais libertários históricos e atuais, estão dispostas respectivamente

³⁵ CLASTRES, 1975.

³⁶ GOHN, 1997.

³⁷ CLASTRES, 1975.

em seus últimos trabalhos: *Dispersar o poder: os movimentos como poderes anti-estatais*³⁸ e *Mudar o mundo sem tomar o poder*³⁹. Além disso podemos verificar diretamente a contribuição, valiosa embora discreta, do trabalho de Rudolf de Jong em seu texto: “Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social e revolucionária”.

2.4.1. Raúl Zibechi: a comunidade, o comum e a autonomia no “momento boliviano”

Raúl Zibechi, tem se debruçado sobre o atual momento de transformações na sociedade boliviana, através de uma tendência dos Novos Movimentos Sociais para realidade latino-americana. Em sua definição de “comunidades em movimento”, ele estabelece de maneira direta que este é o âmbito toda a vitalidade imediata do processo, ou fluxo, vital dos núcleos persistentes de resistência, que tanto se efetuam desorganizando (“dispensando”) o poder, como produzindo – simultaneamente – aberturas renovadoras de para energias e imaginários sociais. Com isso ele nos coloca no centro do desafio político atual: manutenção do ponto de vista das lutas sociais, das resistências e de certos modos de existência fora das instâncias centralizadas e difusas do poder estatista e capitalista hoje em escala global.

A abertura a que se forçaram os movimentos sociais bolivianos exprime uma nova modernidade até agora submersa. A noção de *comunidade em movimento* identificada por Zibechi, assume um peso decisivo em todas as estratégias alcançadas para “dispersar o poder”⁴⁰ e encontra-se em todas as estratégias discursivas, quando faz da comunidade não uma categoria general (útil para nomear uma infinidade de situações diferentes), mas como um conceito específico de um código político e organizativo de algumas classes em movimento, onde se conjuga uma a evocação de imagens antigas e as experiências coletivas atuais. Segundo ele, a comunidade desenvolve-se com eficácia alternativa, onde podemos perceber a existência de vínculos sociais naturais. Portanto, de modo algum é uma noção especulativa, senão concreta, que pode ser percebida como nominação das formas de *ação coletiva* quando nos ocupamos dos processos de emancipação em curso.

³⁸ ZIBECHI, 2006.

³⁹ HOLLOWAY, 2003.

⁴⁰ ZIBECHI, 2006.

Para ele a noção de *comunidade*. O texto de Zibechi se desdobra nos combates urgentes contra as perspectivas intelectuais menos integradas com a realidade dos movimentos sociais de anacronização modernizante do “momento boliviano” e na exposição do contraste destes movimentos com outras formas atuais de organização social e mobilização política. Nesse sentido a *comunidade* é percebida sem *apriorismos* nem folclorismos (que impedem a compreensão dos modos em que o comunitário se reinventa) e, sobretudo, sem reducionismo que leva a uma plenitude desproblematizada e desvinculada de outros segmentos de cooperação social. Pelo contrário, pensar a comunidade implica constantemente refazer as constantes pressões para a sua dissolução, entendendo os modos inéditos de sua rearticulação em outros espaços (do campo à cidade), em tempos diversos (de crise do fordismo periférico a de estruturação do neoliberalismo), em outras imagens (de povos em luta nas associações de bairro). A comunidade, ao invés de tratar-se de uma idealização, tal com um elo de continuidade da história de algumas regiões latino-americanas ou como um sujeito persistente no tempo (quase independente da ação social), é vista no plano no qual são decifrados os conjuntos de práticas, algumas delas raivosas e intempestivas, na formação do *comum*.

Zibechi percebe a construção do *comum* como *produção* (do *comun* sobre a forma do comunitário) e *dispersão* (do *comum* até os limites formais das próprias comunidades, ou até o início dos limites das instituições), mais que uma simples mobilização de recursos e lógicas completamente anteriores, atendendo inclusive a uma complexidade que inclui também a experiência com as lógicas opressivas e hierárquicas que as atinge (prisões e condenações de membros das comunidades), que desafiam a sua permanente reformulação. Em síntese, a *comunidade*, desenvolve-se como terreno de configuração particular e histórica do *comum* e o *comum* como se desenvolve como parâmetro latente que se atualiza na *comunidade*, mas não se acomoda nela e nem é completamente realizado por ela.

Portanto, seria um erro, sem dúvida, identificar esta lógica dispersiva do poder com um processo de isolamento, fragmentação (produzida sim pelo mercado) ou ausência de relações sociais. Pelo contrário a dispersão do poder é a condição para a conexão social transversal e, conseqüentemente, a condição para o aumento da cooperação. Durante os últimos anos a noção de autonomia foi uma das que melhor funcionou para identificar a dinâmica de produção do *comum* e da *dispersão* do

poder do Estado, do capital e também do modo que estes poderes se reproduzem no interior de das comunidades. Estas práticas de autonomia são tendências que aspiram a atravessar o campo social, e se esgotam quando não encontram um modo de se expandirem. De outro lado as conjunturas políticas não são o posto da autonomia, senão o momento de justaposição de forças nas quais a autonomia opera como tendência, de ruptura e polarização, o de problematização y aprofundamento, apontando a se superarem os limites da realidade aparentemente imutável, o que Zibechi considera que tem sido a prática das experiências de luta em boa parte do continente.

Enfim, Zibechi identifica a existência do quadro *comunidade contra o Estado*, contraste entre a energia produtiva e a gestão opressiva, respectivamente. Surgem novas resistências que se constituem nesta dinâmica de enfrentamento. A crise atua do aparato de controle na Bolívia, implicou na abertura do Estado, ou seja, na reformulação general das relações estáveis entre Estado e sociedade, entre Estado e comunidade. No entanto, deve-se pensar como esta situação aparentemente inédita aberta na Bolívia se procederá. Um novo contexto político do Estado surgirá a partir do reconhecimento da dinâmica comunitária, agregando sua capacidade de dispersão ou implicará em uma nova tentativa de subordinação da comunidade pelo Estado? Em todo caso, Zibechi adverte com propriedade que a encruzilhada boliviana atual, o “momento boliviano”, está determinado pelo reconhecimento dessa potência dispersante da lógica comunitária e a necessidade de se desenvolver as formas cooperativas em una nova escala de combate simultâneo contra as forças estatal-capitalistas e contra as próprias tendências internas que podem promover a sua estagnação. A criação de novos poderes baseados no reconhecimento da dinâmica comunitária (o “mandar obedecendo”) parece ser a chave positiva de una nova constituição política.

2.4.2. John Holloway: a luta pelo anti-poder

John Holloway ao longo de sua trajetória intelectual mostra que as experiências de “ilusão estatal” vividas pelos movimentos revolucionários e de esquerda do século 20, possibilitaram entender que o Estado não é “uma simples instituição, nem um fenômeno que diz respeito a toda as sociedades, mas uma

forma historicamente determinada e transitória de relação social”⁴¹, e foi envolvido em processo de *fetichização*, pois ele é especificamente uma forma, que estimula e é pelas formas capitalistas de conter as lutas sociais. Com isso, cada vez mais houve a fuga à centralidade do Estado no processo de transformação social e luta, sendo necessário pensar em outras formas de organização, como no exemplo recente do levante zapatista, quando o povo sai às ruas dizendo: “queremos fazer um mundo novo, mas não queremos tomar o poder”. Segundo Holloway, apesar do fato de o desenvolvimento de novas formas de luta da classe operária seja a contrapartida do desenvolvimento do próprio Estado, por outro lado a luta de classes (portanto, as formas mutantes do processo de constituição das relações políticas burguesas) está constantemente criando novas possibilidades de ação e extinguindo outras. Ou seja, se consideramos o Estado como um processo, ou se entendemos o capital como um processo, o dinheiro como um processo, significa que é “necessário abrir as categorias”⁴², e entender que todo processo implica uma luta, e implica uma luta com dois lados, uma luta antagônica (ex.: se consideramos o dinheiro um processo, então, há nele incessantemente a antagonismo monetização/anti-monetização). A luta pela transformação social, portanto, visa a construção de espaços de anti-poder. Por isso é um equívoco considerar o Estado e suas instituições como motores da mudança radical.

Então, a idéia de mudar o mundo sem tomar o poder está contida em outras formas de organização, mas não são invenções de agora, e sim uma questão de resgate da importância desta tradição que existiu em todas as épocas, devendo ressaltar então que temos duas tradições incompatíveis: a idéia da comuna, ou assembléia ou conselho popular é uma forma de organização assimétrica em relação à forma de organização estatal, “simplesmente porque toda a tradição do chamado Estado soviético, ou do que está se dizendo agora na Venezuela em termos da criação de um Estado tipo comuna, esta tradição apaga a distinção, e me parece muito importante dizer: não, aqui nós temos duas formas”⁴³.

Ademais, Holloway mostra que os movimentos sociais devem ir contra a *fetichização* do mercado, com a dessacralização da propriedade e através da autogestão da produção econômica, ação anti-capitalista. Para o marxismo isso seria algo profundamente pernicioso, porque arrastaria a vontade emancipatória à

⁴¹ HOLLOWAY, 1994.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

fragmentação social e, sobretudo, porque se desistiria de intervir na disputa concreta dos direitos sociais. Holloway retoma então a teoria de Proudhon (em que defendia a idéia da dupla natureza do valor, distinto entre *valor de uso* – ou de utilidade para o produtor – e o *valor de troca* – o valor socialmente reconhecido na troca mercantil) para rejeitar a idéia marxista sobre o valor, que se define na coerência da sociedade e da produção capitalista, isto é do seu modo de produção que estabelece o capital como uma relação social. Holloway, mostra que pelo contrário, as propostas autogestionárias tiveram muito mais eficácia na destituição do capitalismo do que a tentativa de reapropriação do mercado estipulada pela ideologia marxista.

2.4.3. Rudolf de Jong: a teoria anarquista e as relações centro-periferia para entender os movimentos sociais

Em seu breve texto, intitulado: “Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social e revolucionária”, Rudolf de Jong baseia-se nas relações centro-periferia como parâmetro para as análise teórico-metodológica mais adequadas, pois elas estão fundamentadas nas relações de domínio exercidas pelos centros sobre as periferias. Aliás, a origem do centro é proporcional a origem da periferia, sendo a primeira a sua criadora, isto é, “a situação periférica de uma área é criada, é o resultado da exploração de outra área”⁴⁴. Portanto, desde as questões mais complexas como o capitalismo e o Estado, até as relações de poder internas do movimento social podem ser analisadas por esta perspectiva.

Ao conceber um modelo teórico de *transformação social*, Rudolf de Jong buscou verificar nela o fim das relações centro-periferia, sugerindo uma reflexão crítica sobre a ação do Estado, do partido, do exército e das instituições centralistas e vanguardas. Sugere, também, uma definição do *sujeito revolucionário*, agente privilegiado deste processo de transformação social. Rudolf de Jong faz a distinção entre a teoria anarquista e marxista, relacionando as diferenças fundamentais que as separam desde o século 20, situada basicamente no debate de quem é o *sujeito revolucionário* e o qual é caminho mais adequado para a transformação social revolucionária:

“(...) os revolucionários marxistas, os reformistas sociais e, em geral, a maioria dos militantes de esquerda querem sempre usar o centro como um instrumento

⁴⁴ JONG, 1980.

- e na prática como o instrumento - para a emancipação da humanidade. Seu modelo é sempre um centro: Estado, partido ou exército. Para eles a revolução significa, em primeiro lugar, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro, para utilizá-lo como um instrumento para a construção de uma nova sociedade. Os anarquistas não desejam tomar o centro; desejam sua destruição imediata. É sua opinião que, depois da revolução, dificilmente haverá lugar para um centro na nova sociedade. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os anarquistas tentam evitar a criação de um novo centro.”⁴⁵

Ao realizar sua análise da econômica e histórica e identificar e evidenciar a contradição e a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, Marx colocaria grande expectativa no potencial revolucionário do proletariado industrial e urbano, das regiões mais desenvolvidas economicamente. Marx acreditou que, antes da revolução rumo ao socialismo, a sociedade deveria passar por uma revolução burguesa, que desenvolveria o capitalismo de maneira plena, com o desenvolvimento das forças produtivas e da criação deste proletariado industrial, futuro libertador da sociedade. Nesta fase intermediária, as forças progressistas da sociedade seriam a burguesia (que transformaria as economias pré-capitalistas em capitalismo) e o proletariado (que transformaria o capitalismo em socialismo), apesar de em realidade o conjunto de classes exploradas ser muito mais amplo que este setor de trabalhadores do centro da sociedade capitalista. Como para o marxismo clássico existe uma dimensão quase teleológica nas relações econômicas de exploração, portanto o desenvolvimento econômico traria consigo o gérmen da criação do sujeito revolucionário, por isso, não esperava o que os outros setores estivessem investidos desta função revolucionária. O *lumpenproletariado*, os camponeses, trabalhadores manuais e as culturas pré-capitalistas não teriam, segundo ele, nenhum papel revolucionário e, muitas vezes, seriam forças conservadoras, inclusive, vendo algumas áreas periféricas que estavam assoladas pela a miséria e pelas as tragédias como vítimas de um processo histórico inevitável e positivo (como foi o caso de sua defesa a dominação norte-americana sobre os índios mexicanos no período pré-revolução mexicana)⁴⁶.

Dentre os anarquistas clássicos, Bakunin, por exemplo, trabalhava com um conceito mais amplo de sujeito revolucionário. Incluía nele, com grande ênfase, os

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

camponeses, concebendo que a revolução não poderia ser realizada, plenamente, pelo proletariado industrial e urbano. Para muitos a revolução social, que conduziria ao socialismo deveria, necessariamente, contar com a contribuição dos camponeses, com os quais o movimento operário e urbano deveria se aliar. Bakunin diferenciava-se de Marx, ao discutir a revolução social na Europa e dar preferência aos países “periféricos” como Espanha, Rússia e Itália, dando, além desta atenção ao potencial revolucionário dos camponeses, ênfase ao “lumpenproletariado” (que aparece descrito abaixo como “proletariado esfarrapado”, em suas reflexões sobre a revolução na Itália⁴⁷).

Rudolf de Jong, ao mapear as relações centro-periferia, retoma estes conceitos do anarquismo clássico refletidos por Bakunin (e algumas vezes, utiliza-se de Kropotkin), mas também os extrapola de acordo na reflexão sobre o período contemporâneo, propondo uma série de relações que constituem a base para uma concepção do *sujeito revolucionário* de hoje. As relações de dominação, que constituem as relações centro-periferia, ao mesmo tempo econômicas e políticas, produzem as classes exploradas, identificadas com os habitantes da periferia de regiões desenvolvidas, sociedades e culturas distantes do centro e também daquelas que, em contato com o centro, buscam manter sua identidade (comunidades e povoados tradicionais e remanescentes). Identifica-se ainda os explorados das classes econômicas, como pequenos produtores, trabalhadores especializados, camponeses, o *lumpenproletariado* (trabalhador em situação desumana), desempregados, trabalhadores precários e assalariados, pobres etc., mesmo sabendo que várias destas categorias se sobrepõem. Todos estes “periféricos”, constituiriam o *sujeito revolucionário* de hoje. Porém, a condição de dominado não garante a mobilização de forças para a construção do processo revolucionário, pois esta estaria fundamentada na experiência de auto-organização da classe. Por isso que todas as revoluções e rebeliões ocorridas no final do século 19 e no século 20, fizeram as dissertações dos anarquistas parecerem prognósticas.

Como cada um destes sujeitos periféricos tem origens específicas, estabeleceram estratégias próprias de resistência e tiveram experiências próprias de ação, ocorridas em diferentes contextos e com diferentes relações com o meio, Rudolf de Jong nos ajuda a pensar que não há um modelo fixo de organização, que

⁴⁷ BAKUNIN, 2003.

variam desde a tentativa de preservação de identidades tradicionais até a ruptura radical com as regras e costumes, que podem recriar ou não relações de centro-periferia. Além disso, embora todos os centros, em qualquer parte, possuam estratégias comuns, ou seja, “modernização baseada na tecnologia, urbanização, a mesma concepção de crescimento, grandes instituições inevitavelmente ligadas à burocratização, alienação e despersonalização, dominação do meio ambiente e de áreas periféricas”⁴⁸, estas são sentidas diferentemente pelas as periferias e estas relações centro-periferia podem ser classificadas e relacionadas (sem pretender esgotá-las), segundo Jong, da seguinte forma:

- a) Culturas e sociedades completamente estranhas e distantes do centro, de modo algum “integradas, selvagens” aos olhos do centro. Seu destino é muitas vezes a destruição completa, após entrarem na órbita do centro. Na nossa época os índio da Amazônia são um exemplo trágico.
- b) Áreas periféricas relacionadas ao centro e pertencendo a estruturas políticas e sócio-econômicas que tentam, ao mesmo tempo, manter suas identidades. São dominadas pelo centro, ameaçadas em sua existência pela expansão econômica deste. Pelos padrões do centro são “atrasadas”, subdesenvolvidas e *marcam passo (laging behind)*. As comunidades indígenas do México e dos países andinos são bons exemplos. Outros exemplos nesta categoria – talvez devêssemos falar de um subgrupo B.1 – são pequenos produtores, trabalhadores especializados e camponeses ameaçados em sua existência econômica e social pelo progresso do centro e que ainda lutam por sua independência. Barrington Moore descreve estes movimentos anti-capitalistas como “o lamento de morte de uma classe que está para ser encoberta pela onda do progresso”.
- c) Classes econômicas ou mesmo sistemas sócio-econômicos que costumavam pertencer a um centro, mas que voltaram a uma posição periférica após inovações tecnológicas e desenvolvimentos sócio-econômicos no centro. Exemplos destes são: o *lumpenproletariado*, vítima da revolução industrial, o exército de pessoas permanentemente desempregadas durante a Depressão dos anos trinta e os habitantes de áreas que suprem um mercado mundial que mudou, tais como as *plantatios* no Nordeste do Brasil e na região de caraíbas. A “onda do progresso” já deixou suas marcas nestes povos.
- d) Classes sociais e grupos que fazem parte de um centro no sentido econômico, mas que são periféricos num sentido social, cultural e/ou político: as classes trabalhadoras, o proletariado em cidades emergentes.

⁴⁸ JONG, 1980.

- e) Grupos marginais e sub-culturais que não desempenham um papel econômico ativo dentro do centro: jovens, estudantes, artistas, intelectuais, boêmios e *elementos não integrados (drop-outs)*.
- f) Relações centro-periféricas de natureza política, seja entre estados ou dentro deles: relações coloniais e imperialistas, relações capital versus província, etc. Tais relações políticas no sistema capitalista desenvolvem-se paralelamente às relações econômicas mencionadas acima – ou se preferirem: sub-grupo F.1, dominação neo-capitalista, colonização interna e exploração.

Segundo Rudolf de Jong, as ações em que estão circunscritas nos movimentos autocontroláveis, autodirigidos, autogeridos, ou seja, contra os centros de poder e nas formas da democracia direta, são considerados por muitos especialistas como movimentos “pré-políticos” numa “área periférica”. Estes especialistas não se utilizam de um quadro de referências baseado nos próprios movimentos periféricos e sim no centro, por esse motivo o termo “área periférica” deixa implícito a necessidade da existência de um centro, e a noção da política da qual se utilizam é do centro, sendo que todas as outras estão em situação pré-política, isto é, em fase de desenvolvimento permitida e determinada pelo centro. É por esta razão que Jong inclui as categorias *aberto* e *universal* para definir os movimentos periféricos autogestionários, contra todas as definições de arcaísmo ou ausência de desenvolvimento. Mesmo com todas as inovações surgidas recentemente nas ciências sociais sobre a interpretação dos movimentos sociais, a mobilização de recursos, os novos movimentos sociais e o neo-marxismo, esta perspectiva continua vigente, a exemplo de todo o debate sobre participação anterior.

Para a interpretação sobre as características determinantes para a formação dos movimentos sociais autônomos, Jong, toma emprestadas as situações elencadas pelo antropólogo cultural Gerrit Huizer (estudiosos das organizações camponesas latino-americanas)⁴⁹ e delas também podemos tirar proveito:

- 1) Contato com forças modernizadoras, que para a maioria dos camponeses trouxe frustração e não melhoria em suas condições de vida e deixou-os à margem dos benefícios do desenvolvimento;

⁴⁹ Idem.

- 2) A consciência dos camponeses de seus interesses básicos e de suas queixas e da possibilidade de que possa haver uma ação unida para defender esses interesses.
- 3) Disponibilidade de líderes locais fortes e carismáticos.
- 4) Apoio dos aliados urbanos educados.

Enquanto para a grande parte dos marxistas, a transformação passa, necessariamente, pela ocupação do Estado (que responsável pela reestruturação das relações econômicas), inclusive, com o estabelecimento de um período de centralização e ditadura (processo que Rudolf de Jong chama de transformação do centro para a periferia), para os anarquistas o problema não estaria em quem ocupa o Estado ou o mercado, mas existência deles em si, constituídos desde a modernidade pelas classes dominantes para serem forma e conteúdo da dominação. Portanto a luta autogestionária, auto-organizativa, anárquica, pela transformação social não passa pela tomada dos mecanismos centrais, mas sim pela mobilização desde baixo para promover a *revolução social* e abrir caminho rumo à emancipação plena. A *revolução social* substituiria a dominação do centro por estruturas descentralizadas, dando lugar às estruturas cooperativas e solidárias dos movimentos das classes e periféricas. Os movimentos sociais, ao possuírem determinadas características – força, classismo, autonomia, combatividade, ação direta, democracia direta, articulação federativa e objetivos revolucionários, tem condições de garantir a luta pela *transformação social*, constituindo uma forma de organização popular ampla contra o Estado e o mercado.

Além disso, a diferença entre as perspectivas anarquista e marxista (sobretudo com os leninistas) está na definição dos níveis político e social. Os marxistas consideram que o nível político possui hierarquia e domínio sobre o nível social, o que se confirma quando analisamos sua proposta de ação através dos partidos como “vanguarda do proletariado”. O partido, colocado acima dos movimentos sociais, não é outra coisa senão um centro. Portanto, quando o partido se coloca acima ou à frente da ação política, busca a transformação social, ainda que seja revolucionária, desde o centro para a periferia. Ademais, quando em algumas propostas anarquistas (especificistas), defende-se a separação dos níveis político e social⁵⁰, a ação política é proposta como uma ação promovida por uma minoria ativa, inserida e mobilizadora do social, ou seja, para o desenvolvimento de

⁵⁰ Rudolf de Jong não aborda a questão exatamente dessa forma, mas vale a pena destacar.

movimentos sociais pela base e a construção de organização popular que vai da periferia em direção ao centro, não para ocupá-lo e sim destituí-lo.

Rudolf de Jong também faz observações sobre as diferenças entre marxistas e anarquistas, na discussão da luta armada. No íterim do processo de instituição da Revolução Russa, as diferenças entre o Exército Vermelho, que funcionava com disciplina e hierarquia militares obrigando seus soldados a lutar, e o exército makhnovista, ou mesmo a luta armada na Espanha de 1936, em que os combatentes eram voluntários e as posições de disciplina e hierarquia radicalmente diferentes. Lembremos que as próprias posições mais recentes sobre a guerrilha, daqueles que se insurgiram contra os regimes ditatoriais na América Latina, é emblemática, pois os marxistas deste período sustentaram o *foquismo guevarista* como estratégia de luta armada, que por um lado promovia algum impacto no combate à ditadura, mas por outro pecava no apoio popular e na inserção social junto às camadas da população que se propunham a defender. Se por um lado constituía um foco de resistência relevante na luta contra o regime militar, por outro se descolava como uma vanguarda que queria lutar, não com o povo, mas pelo povo, do centro para a periferia.

2.4.4. Relação de pesquisas realizadas sobre ocupações urbanas e suas tendências

Até o momento, em termos acadêmicos não se produziu quase nada sobre a ação dos movimentos sociais de ocupação urbana⁵¹. A maioria dos trabalhos produzidos estão circunscritos, em sua maioria, em um conjunto de dissertações com conteúdo ainda muito ensaístico e cheio de enquadramentos teóricos, geralmente nas áreas de planejamento urbano/geografia e sociologia, a partir de programas acadêmicos em universidades diversas como a UEL (Londrina), Unicamp, PUC-SP, UFRJ, USP, USFC, etc., mais detidamente sobre movimentos localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo⁵².

⁵¹ Não confundir com os trabalhos que falam sobre as questões das demandas urbanas, do déficit habitacional, da habitação social, dos fóruns da democracia participativa sobre habitação, etc., pois sobre estes há tem se produzido muita coisa.

⁵² Os movimentos de ocupações de Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte também aparecem em algumas pesquisas.

De um lado, nos estudos recentes desenvolvidos por Marcelo Lopes⁵³, Eduardo Tomazine⁵⁴ e Matheus da Silveira⁵⁵, pesquisadores do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED) do Departamento de Geografia da UFRJ, em suas dissertações analisam as questões das *espacialidades* das ocupações e dedicam-se ao enquadramento total deste objeto aos parâmetros teórico-metodológicos da “ação comunicativa” habermasiana. O curto trabalho de Ademilson Candido⁵⁶ (também situado na área de geografia), com trajetória similar, mas sem nenhuma mais teórica, dedica-se ao referenciamento social e geográfico das ocupações. Enfim, todos eles tratam da verificação das *identidades coletivas* formadas do movimento sem-teto no Rio de Janeiro, sendo assim, são muito proveitosos para outros estudos por conta da qualidade das informações contidas, fruto de visitas e convivência com os participantes do movimento.

Por outro viés, nos estudos desenvolvidos por Leda Velloso (com passagem também pela área de geografia, Mestrado na UnB)⁵⁷, a maior atenção é com a questão da *participação* e da *experiência* do movimento sem-teto. Pela escolha de um movimento com mais de origem partidária, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), seu esforço é o de fazer o enquadramento desse objeto nos parâmetros democratização das instâncias deliberativas da política habitacional do Estado, sob influência dos Novos Movimentos Sociais, e nos parâmetros neo-marxistas das *lutas sociais urbanas*, discuti as articulações do movimento social de politização dos espaços urbanos. Exatamente na mesma linha estão os dois estudos de Raphael Fontes⁵⁸ sobre a organização do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e o Movimento dos Sem Teto da Bahia (MTB).

Em outra frente ainda, aparecem os estudos enquadrados apenas nos parâmetros teórico-metodológicos do marxismo, sem nenhuma preocupação com os Novos Movimentos Sociais. É uníssona a perspectiva sobre as *lutas sociais urbanas* como resultado da reprodução capital x trabalho e sobre o desenvolvimento econômico capitalista para a formação das bases sociais e classe social a qual pertencem os sem-teto, além de sempre realizarem um balanço da trajetória de

⁵³ SOUZA, M. L. 2008.

⁵⁴ TEIXEIRA, GRANDI, 2008.

⁵⁵ GRANDI, 2008.

⁵⁶ RESSURREIÇÃO, 2007.

⁵⁷ BUONFIGLIO, 2007; BUONFIGLIO, 2004.

⁵⁸ CLOUX, 2007; CLOUX, 2008.

alguns movimentos estipulando sobre as suas potencialidades futuras destes movimentos. Os trabalhos mais representativos são as teses de doutorado de Sonia Lúcio⁵⁹, que faz uma análise sobre as transformações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); e de Narcisa Beatriz⁶⁰, que faz um balanço sobre os primeiros anos da atuação dos movimentos de ocupação em São Paulo (2001-2004); a dissertação de Nathalia Cristina⁶¹, fez a comparação entre a política dos diferentes Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em São Paulo; o trabalho de Maria Olívia⁶² debate as condições dos movimentos de ocupações no Rio de Janeiro; e o de Jair Pinheiro⁶³, com um debate sobre o papel dos movimentos sociais nas relações de classe no início desse século⁶⁴.

NOTA: Vale incluir à relação, com destaque, o trabalho organizado por Fernando Gonzalez Cruz de Mamari (geógrafo e coordenador de projetos Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ, intitulado: *Se Morar é um Direito, Ocupar é um Dever! As Ocupações de Sem-Teto na Metrópole do Rio de Janeiro*⁶⁵. Aos 45 minutos do segundo tempo antes de entregar à gráfica a presente dissertação, o autor do livro ofereceu um exemplar para apreciação. Com referências teóricas um pouco diferentes das utilizadas aqui, Fernando de Mamari apresenta resultados muito próximo, com entrevistas e coleta de informações com um público bastante amplo de moradores das ocupações *Chiquinha Gonzaga* (RJ) e *17 de Março* (SP), elaboração de tabelas estatísticas e iconografia.

⁵⁹ LIMA, 2004.

⁶⁰ VERRI, 2008.

⁶¹ OLIVEIRA, 2008.

⁶² MACEDO, 2008.

⁶³ PINHEIRO, 2005.

⁶⁴ ALVAREZ, 2006.

⁶⁵ MAMARI, 2009.

3. CAPÍTULO II - “OCUPAR, RESISTIR E GARANTIR”: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA AUTOGESTIONÁRIA PELOS MORADORES E MILITANTES DAS OCUPAÇÕES URBANAS DO RIO DE JANEIRO

3.1. Déficit habitacional

A demanda da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por habitação é estimada pelos órgãos públicos em quase 1 milhão de unidades. Esta estimativa está baseada no conceito de *déficit habitacional*, isto é, deficiência do estoque de moradias, seja com o objetivo de reassentamento de habitantes de áreas de risco, de áreas sem serviços básicos, de residências em condições estruturais precárias ou em condição de co-habitação (excesso de componentes em uma mesma residência familiar).

Na realidade, por trás dessas questões, existe o fato de que grande parte da população da metrópole vive em permanente situação precária e transitória, em situação de nomadismo interurbano cada vez maior. Grande parte da população, quando desprovida de moradia própria, tem de alugar ou adquiri-la por meio de compra (estando em condição de renda mais favorável ou tomando empréstimo), e, quando possui moradia própria, está sujeita à instabilidade empregatícia e salarial, tendo de vender ou alugar seu imóvel para adquirir renda e entrar novamente na ciranda do mercado imobiliário. A única garantia que a maioria da população metropolitana tem é a instabilidade: o permanente risco de “estar no aluguel” (expressão popular que pode ser elevada a uma categoria quase antropológica dos tempos atuais), tendo de se adaptar cotidianamente. Portanto se levasse em conta estas variantes, com certeza os dados sobre a demanda habitacional apontariam para uma situação social muito mais deficitária.

Como mostram os estudos realizados por Maria Olívia Macedo, a questão social nas civilizações modernas é um conjunto:

“(...) de processos sócio-culturais e políticos que se nutrem do atraso e do pauperismo. Segundo Octavio Ianni: ‘Em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna, ou de que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão’.”⁶⁶

De maneira geral, como mostra Eduardo Colombo, a recente tomada de decisão sobre a questão social pelos meios formais, após anos da experiência de ditadura e poder totalitário, resultou no tratamento dos “direitos humanos” como:

“(...) derechos individuales, en el centro de la dimensión política, contribuyendo, sin quererlo, a la juridización y a la privatización de la relaciones sociales. Para subsistir como régimen político la sociedad capitalista moderna *privatiza* a los individuos, los reenvía constantemente a la esfera sin relevancia de sus cosas, su casa, su trabajo, su televisión, sus diversiones. Concomitantemente el tejido social se distiende, la escena política, donde puede ejercerse la *voluntad del pueblo*, pierde consistencia y nitidez. La apatía, el sentimiento de impotencia, la idea de que el pensamiento y la acción individual son inoperantes para modificar las condiciones de la vida, se adueña de la mayoría y aísla aún más a los unos de los otros.”⁶⁷

Pois bem, em detalhe, a questão habitacional é tratada na projeção de um padrão médio de vida⁶⁸, definido, basicamente, pela necessidade de edificação de residências com dimensões cada vez menores, destinadas a unidades familiares isoladas e situadas em conjuntos verticais. As ações previstas para a reparação do *déficit* existente estão enquadradas nos parâmetros de dependência e assistência

⁶⁶ MACEDO, 2008.

⁶⁷ COLOMBO, 2006.

⁶⁸ Projeção que não está isenta de ideologias, pois é bastante variável de acordo com as expectativas dos responsáveis pela manipulação das pesquisas (definição das metodologias e interpretação dos dados).

dos serviços estatais e não pretendem mexer na estrutura fundiária, extremamente desigual, distribuir renda nem levam em conta os anseios e as expectativas sociais de utilização de outros padrões. Além disso, constata-se que a questão habitacional tem sido tratada, invariavelmente, sob o modelo do desenvolvimento urbano capitalista, no qual o crescimento das classes despossuídas (tanto pela reprodução demográfica quanto pelos fluxos migratórios da periferia para o centro) é proporcional ao crescimento do próprio sistema, logo, o *déficit* habitacional está em eterna ascensão.

Constata-se que, inversamente ao grande *déficit* habitacional, existe um grande *superávit* imobiliário, ou seja, grande quantidade de imóveis desabitados, bem acima da densidade populacional urbana residente (em aluguel ou em casa própria). As estatísticas mostram dados em termos numéricos bastante semelhantes em relação à demanda por habitação e a quantidade de imóveis desabitados. Todavia, se atentarmos para a reavaliação dos dados da demanda habitacional real e somarmos ao fato de que os dados sobre os imóveis desabitados levam em conta apenas os imóveis abandonados, mas não a faixa flutuante de imóveis que ficam sob a especulação financeira, isto é, que ficam desocupados durante prazos mais curtos (por alguns meses) ou mais longos (por poucos anos) em função da entrada e saída de inquilinos ou compradores, verificaríamos que o *déficit* habitacional é uma situação que é intrínseca à existência da propriedade privada.

Fora da lógica assistencialista e capitalista, surgem e expandem-se as alternativas de ocupação e apropriação de imóveis abandonados (terrenos e edificações) na busca pela posse sem a compra, que ao mesmo tempo representam um fluxo natural de reequilíbrio do contingente econômico criado pelo desenvolvimento urbano é também a expressão dos anseios das classes periféricas e, na criação de movimentos sociais de *ocupação urbana*, representam o anseio pela criação de uma estratégia política alternativa, que vai além, enfrentando o sistema econômico e político. As ocupações urbanas são literalmente os *espaços* de expressão, afirmação e reavaliação das identidades populares urbanas e a criação identidades coletivas específicas. As experiências vividas no processo de organização do movimento social de *ocupação urbana* exigem o aprendizado através de três momentos distintos e subseqüentes, que em plano básico são

responsáveis pela a construção de uma política, além de alternativa, autogestionária: “ocupar, resistir, garantir”.

3.2. Esclarecimento: Ocupação Urbana e Okupa

Mas antes de tudo, vale adiantar que, apesar da denominação semelhante, as ocupações urbanas tratadas nessa dissertação em nada tem a ver com as *okupas* (as *okupaciones* ou *centros sociales*, espaços criados pelos movimentos urbanos e contra-culturais recentes, que tem origem na Espanha, mas aparece em outras metrópoles pelo mundo), ou *squats* (como são chamados em países de língua inglesa). Os contextos sócio-geográficos das *okupas* ou *squats*, movimentos que têm características vinculadas à ação de tribos urbanas periféricas, compostas por jovens de diversas origens econômicas, público ou componentes de bandas de ritmos musicais como o *rock* e o *punk*. A proposta das *okupas* é a apropriação de imóveis abandonados para o desenvolvimento de atividades contra-culturais (festivais musicais, debates, oficinas, almoços, etc. e podem servir de moradia temporária para seus freqüentadores), para a criação de um estilo de vida alternativo⁶⁹. Apesar de as estratégias serem bastante similares aos movimentos de okupas, ou seja, recuperação da função social do espaço com fortes críticas sobre a especulação imobiliária e a desigualdade de oportunidades, os objetivos e o público envolvido são bastante diferentes das *ocupações urbanas* aqui tratadas. As *ocupações urbanas* são realizadas por classes populares e têm o objetivo fundamental de luta pela moradia.

Algumas *okupas* começaram a aparecer bem recentemente em algumas metrópoles brasileiras e o interessante é que atualmente algumas delas têm se aproximado do movimento social. Por exemplo, no Rio de Janeiro, mais recentemente duas *okupas* estabeleceram diálogo direto com as *ocupações urbanas*, a *Ocupação Lima Barreto* (*okupa* despejada em 2007 e que chegou a integrar a FIST), tendo promovido uma série de eventos culturais para o público de outras ocupações (teatro e exibição de vídeos) e a *Ocupação Flor do Asfalto* (metade *ocupação urbana*, metade *okupa*), que também ajuda a promover eventos culturais junto a outras ocupações – como, por exemplo, a mobilização para a

⁶⁹ LÓPEZ, 2003.

manifestação “Natal com Teto”⁷⁰ em frente à Central do Brasil em 17 de dezembro de 2007. Aliás, o movimento de ocupação do prédio da Reitoria da USP em São Paulo, em 2007, com o cruzamento de reivindicações de direitos básicos (que no caso era o direito à educação) com identidades do movimento contra-cultural, promoveu uma maior circulação e comunicação dos membros deste movimento com o movimento de *ocupação urbana*.

3.3. Entrevistando os ocupantes

Para a captação das informações a seguir, foi necessário o trabalho de entrevista com diversos moradores de ocupações urbanas. O critério de escolha dos entrevistados foi medido pelo maior grau de intimidade do entrevistador com o entrevistado e o maior grau de entrosamento do entrevistado com o movimento social, pois ao longo das primeiras entrevistas foi justamente com quem se conseguiu estabelecer maior diálogo e as entrevistas tiveram muito mais conteúdo para a pesquisa. Este universo não se estendia a todos os moradores das ocupações das quais o entrevistador participava do projeto de organização política, mas sim algumas famílias de algumas ocupações. Não houve seleção dos mais ou menos engajados politicamente ou dos mais articulados verbalmente, ou ainda os que são articuladores internos ou externos, mas sim os mais interessados no processo e nas ações e com os quais se possuía maiores laços afetivos. Para esta opção foi difícil inicialmente a desvinculação da postura formal de integrante de um movimento social e das interferências que a amizade provocava o que foi sendo contornado e melhorado na seqüência do questionário e de perguntas adicionais. O questionário foi estruturado em cima de um programa básico de perguntas que começavam com o estímulo para a identificação do entrevistado, depois com a passagem sobre a sua história anterior a chegada na ocupação (origem sócio-econômica), como se deu a entrada, como tem ocorrido a organização do espaço, como têm ocorrido os contatos com outros movimentos, etc.

Entretanto, as situações em que foram captadas as entrevistas foram as mais variadas possíveis tendo em vista a dinâmica de vida das pessoas envolvidas no projeto, do entrevistador e dos entrevistados, e dos acontecimentos e mudanças das condições de cada local. No começo de algumas entrevistas um determinado

⁷⁰ Informação disponível (com fotos) no site do Centro de Mídia Independente (CMI): <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/12/406613.shtml>. Acesso em 12/02/2009.

entrevistado que estava como morador poderia ter sido despejado, o entrevistado que estava despejado poderia ter entrado para outra ocupação, os dias das entrevistas variaram entre dias de lazer, dias de trabalho exaustivo, dias reunião ou outros. Não houve um momento ideal, e quando se tentou persegui-lo foi quando a pesquisa obteve maior dificuldade e, se assim prosseguisse, estaria fadada ao naufrágio.

3.4. OCUPAR !

Antes de entrarem, ao se reunirem com outras pessoas para pensarem em entrar em um imóvel abandonado, e como entrar, e logo após entrarem, algumas situações perpassam a vida dos integrantes do movimento de ocupação urbana: suas expectativas colocadas em contradição com suas condições sociais, reflexão despertada por experiências comunitárias, de solidariedade ou violência, pelo conhecimento sobre outros movimentos sociais ou a anterior participação neles.

3.4.1. As origens sócio-geográficas e econômicas

As ocupações urbanas são formadas tanto por ex-moradores de áreas periféricas do centro ou do subúrbio da cidade (favelas) como por ex-moradores do centro (sem-teto, ou seja, pessoas em situação de rua), dentre os dois tipos há uma boa parcela de migrantes nordestinos pobres recém chegados à cidade, em condições extremamente precárias. A situação laboral varia desde o emprego de baixa renda, ao subemprego, trabalho no mercado informal (a grande maioria) – vendedores ambulantes, camelôs e prestadores de serviços –, trabalho com coleta de material reciclável, ou a mendicância. Mas a realidade é de cada ocupação é um pouco mais complexa e faz o cruzamento destas origens sócio-geográficas de acordo com a sua localização, o que faz pensar de algum modo que cada ocupação forma um mundo à parte.

Nas ocupações situadas em bairros mais suburbanos, a origem dos ocupantes é geralmente das favelas ou áreas pobres mais próximas. Há uma minoria (quando há) de ex-moradores de rua. Em primeiro lugar, nessas ocupações muitas pessoas já se conheciam antes, por terem morado ou trabalharem próximas, ou possuem laços familiares, o que *a priori* não apresenta vantagens. O histórico de maior proximidade pode representar muitas vezes um maior grau de pequenos

conflitos, brigas, discussões, porém, representa essencialmente, maior grau de correspondência cultural. Para mal ou para bem, há maior sensação de pertencimento, facilidade de comunicação e maior grau de confiança entre os ocupantes, isto é, pode haver grandes discordâncias (o que muitas vezes atrapalha o processo de decisão), mas há pouca desconfiança. Aliás, nessas ocupações os costumes de origem tendem a sofrer pouca alteração, sendo estimulados a todo tempo mutuamente: o mais marcante deles, o alto grau de interferência coletiva, ou seja, pequeno grau de isolamento entre as pessoas. Enfim, a ação coletiva destas *ocupações urbanas* está inicialmente mais imbuída pela afinidade cultural do que por uma estratégia formal de organização.

A *Ocupação Poeta Xynayba*⁷¹, por exemplo, situada na Tijuca (zona norte, nas proximidades da Praça Sans Peña), era basicamente composta por pessoas vindas do Morro da Mangueira ou do Morro do Borel e das 41 famílias ocupantes apenas 3 eram de moradores de rua. Metade da ocupação tinha alguma ligação familiar: das 38 casas da vila, 5 eram ocupadas por irmãos mais velhos de uma mesma família e outras 6 eram ocupadas pelas famílias dos filhos deles e outras 6 eram ocupadas pelas famílias dos pais ou irmãos dos maridos ou mulheres desses filhos, e outras 7 casas eram de ocupantes que já tinham alguma convivência no local onde moravam antes ou no local de trabalho. O nível de participação dos moradores desde o início foi sempre alto, tanto na frequência das assembléias nos meses iniciais, como no envolvimento nos debates do cotidiano, até quando estes geravam brigas e discordâncias. Por exemplo, alguns dos irmãos e irmãs mais velhos da família mencionada não se falavam diretamente (por brigas anteriores), mas participavam conjuntamente das reuniões e comissões.

Essa situação é bem visível na fala de Tereza Jarbas, 45 anos, quando declara:

“A Cristina e o Marcos [seus irmãos] são muito cabeça-dura, mas sempre compareceram com tudo. Se era para puxar fio, eles puxavam. Se é para ficar de vigília, eles ficam. Se é para contribuir com a arrecadação, eles estavam lá comparecendo. Mas criam problema na reunião. E o Marcos se esquenta com tudo.” (Entrevista realizada em 08 de maio de 2008).

⁷¹ Como *ocupação urbana*, a O. Poeta Xynayba, durou ao todo 5 anos, até o despejo ocorrido em abril de 2007.

A *Ocupação Domingos Passos*, situada no bairro do Sampaio (zona norte) apesar de ser composta por ex-moradores do Morro do Jacaré ou do bairro de Maria da Graça, pelo fato de ser um local anteriormente alugado (quartos individuais) e ter saído dessa condição quando os moradores descobriram a irregularidade da cobrança por falso proprietário, não possuía grau de parentesco entre as famílias, nem se conheciam antes de irem morar no imóvel. Talvez por esse motivo o grau de desconfiança e correspondência cultural seja mais equilibrados e, em todos os sentidos, os conflitos e as brigas são menores (mas deve-se levar em conta que a ocupação é composta por poucas famílias, 15). O depoimento da moradora Nerivânia Souza, 37 anos, revela:

“O pessoal aqui sempre foi de vagar, sabe, mas aos poucos a gente vai correndo atrás de melhorar. A maioria sempre está, mas a gente de vez em quando tem que pegar pela mão. E está todo mundo sabendo do que está acontecendo e tão sempre na reunião nos dias que tem.” (Entrevista realizada em 02 de novembro de 2008)

Nas ocupações do centro da cidade as origens dos moradores são mais diversificadas. A maioria vem de favelas ou bairros do subúrbio mais distantes e há uma quantidade maior de ex-moradores de rua (presentes em todas as ocupações nessa área). Há maior quantidade de migrantes recentes do nordeste do país (e até uns poucos imigrantes, argentinos e peruanos) que as ocupações do subúrbio. Poucas pessoas se conheciam antes de irem morar na ocupação, pela diversidade de suas origens geográficas.

A localização da ocupação, em boa parte, é relacionada à proximidade de fontes de trabalho ou renda, tanto em ocupações do centro como da periferia. Essa lógica tem um peso bastante representativo na lógica do deslocamento de áreas mais distantes para estabelecer moradia em uma ocupação no centro. Os moradores são movidos pela expectativa de maiores oportunidades de trabalho e renda, (mesmo aqueles que já possuem emprego fixo⁷²): em trabalho formal (possibilidade de contratação por empresas de serviço, escritórios, bares e lojas, no emprego temporário) ou informal (como vendedores ambulantes nas ruas de passagem, nas ruas de comércio formal ou nas proximidades a locais de eventos

⁷² Por exemplo, cerca de 30% dos moradores da Ocupação Manoel Congo tem emprego fixo. (RESSURREIÇÃO, 2007)

festivos ou como vendedores com ponto fixo em mercados populares legalizados) – e à redução com o gasto em transporte (despesa que pode liquidar com mais da metade da renda familiar mensal).

Leonardo Pinheiro, morador da *Ocupação Guerreiros do 510*, confirma:

“Só pra fazer um serviço no centro às vezes a gente gasta quase o que ganhou. É a passagem e um lanche, porque a gente não pode ficar sem comer, nem que seja um salgado. E quando trabalha direto, irmão, vou te falar, tem dia que a gente não vendia nada e tinha que pedir para os outros parceiros para voltar.” (Entrevista realizada em 18 março de 2009).

Monica Herrera, 45 anos, ex-moradora do Morro do Pavão-Pavãozinho, que foi moradora da *Ocupação Alípio de Freitas* e atualmente é moradora da *Ocupação Manoel Congo*, diz:

“Enquanto eu ainda tinha o carrinho com o Edson [dono de carrinhos de churros e tapioca] e a gente vendia em Copacabana e dava pra ficar lá. Mas o quarto tava ficando muito caro e eu podia vender as sandálinhas e as fraldas, o que fosse, no Centro.” (Entrevista realizada em 05 de julho de 2008).

Essa realidade também opera nas ocupações periféricas, mas com menor intensidade em relação às expectativas. A *Ocupação Poeta Xynayba*, por exemplo, possuía cerca de 28 famílias com renda associada ao trabalho informal ao redor da Praça Sans Peña: em banquinha fixa de dia no Mercado Popular (de venda de utilidades), situado no final da Rua Almirante Cochrane; no mercado da própria praça de venda de roupas e produtos artesanais (toda 5ª e 6ª feira); ou com mercadoria em ônibus (de dia) ou nas calçadas (à noite, no horário em que a guarda municipal não atua).

Sula David, 28 anos, que foi moradora da *Ocupação Poeta Xynayba* e participou da *Ocupação 16 de Abril* (no bairro de Vila Isabel), é manicure empregada de um salão de beleza localizado na Praça Sans Peña e afirma:

“Se fosse pra morar longe eu nem conseguiria trabalhar lá. Morando aqui e sem ter que pagar aluguel e outras contas... só celular mesmo... dá pra ficar legal. (...) Tem empresa que, se sabe que a pessoa mora longe, nem chama. Pra conseguir a vaga, a pessoa mente, e até fica sem o dinheiro da passagem.” (Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2008).

A *Ocupação Domingos Passos*, outro exemplo, está localizada exatamente ao lado da estação de trem do Sampaio, o que tem vários desdobramentos: acesso mais fácil ao transporte⁷³ para o centro da cidade a trabalho; acesso com mercadorias ao Estádio do Maracanã (zona norte) para a venda em dias de jogo; possibilidade de venda de mercadorias na entrada da estação ou no interior dos trens (proibida pela companhia administradora e reprimida pela segurança, mas que nessa estação, por ter menor fluxo de passageiros, tem pouca fiscalização) durante a semana, etc. Monique Dias, de 39 anos, uma das moradoras, acrescenta:

“(...) Vim morar aqui porque dá pra se virar como pode. Se a coisa tá ruim a gente faz um bolo e um café e vende pro pessoal no trem. O outro aí [referindo-se ao ex-marido, que é morador da ocupação e divide os gastos com as três filhas deles], pega as coisinhas dele e vai pro Maracanã ou vai vender na praia. (...) Agora com o Engenhão, dá pra tirar um pouco mais de dinheiro, vendendo na rua.” (Entrevista realizada em 10 dezembro de 2008).

A religião evangélica também cumpre um papel de agregação importante quando convive harmoniosamente com outras religiosidades. Há algum conflito apenas quando há intenção de convencimento radical e intervenção de agentes externos à ocupação, promovendo cultos e rezas, que surtem como provocação aos demais. Em todo o resto, a religião aumenta a confiança entre os moradores. A *Ocupação Manoel Congo*, por exemplo, tem quase metade da Ocupação de uma mesma corrente evangélica⁷⁴.

3.4.2. Moradores com experiências prévias em lutas urbanas

Alguns moradores têm em adicional o histórico de participação em movimentos de luta pela moradia, outras ocupações ou outros movimentos sociais, em um passado mais recente ou mais recuado. Apesar de serem sempre uma minoria em todas as ocupações, estes moradores quase sempre assumem posição de destaque: nas falas das assembléias, onde suas opiniões são decisivas para

⁷³ Transporte que, até dois anos atrás, tinha passagem com quase metade do valor da passagem de ônibus.

⁷⁴ Contudo, não houve tempo para a realização de entrevistas direcionadas que dessem conto do alargamento dessa discussão. Não houve nenhum impeditivo para a realização de entrevistas com o público evangélico nem o tratamento desse tema com quem não se considera fiel da doutrina ou não é realmente. Seriam demasiadamente ricas as informações sobre esse assunto, tamanha a sua relevância, mas que infelizmente não puderam ser tratadas.

algumas situações, na articulação interna e na participação nas redes dos movimentos sociais.

Dona Cleuza Assis, 52 anos, moradora da Ocupação Poeta Xynayba, por exemplo, participou de outra ocupação anterior, e conta:

“Eu morava no Morro da Formiga, quando conheci o pessoal que ia fazer a invasão na Rua Mem de Sá... a ocupação do prédio que virou Revolta do Malês. Eu e minha filha participávamos de lá e era bom. A gente fez muita coisa. Mas até que começou a confusão e o Seu André (advogado) se retirou junto com o pessoal de apoio. Depois foi a gente que foi expulso. (...) Até vir de novo pra uma ocupação, eu voltei pro morro e só fiquei dando apoio pro movimento.” (Entrevista realizada em 12 de junho de 2008).

Rose Souza, 41 anos, moradora da *Ocupação Guerreiros do 510*, que também foi moradora da Ocupação Revolta dos Malês, menciona o fato:

“Foi lá que eu vi como é que era para fazer funcionar tudo direito e o que era para não ser feito. Tinha muita coisa organizada, mas a mentalidade de um pessoalzinho lá atrapalhou. Aqui nessa Ocupação a gente tem tudo pra ficar. Tá todo mundo participando e com outra mente.” (Entrevista realizada em 25 de março de 2008).

Em outra forma, alguns moradores guardam a memória dos movimentos de associação de moradores de um tempo bem anterior, como é o caso da Dona Solange Nunes, 67 anos, moradora da *Ocupação Vila da Conquista*:

“Na pastoral, na época, era parecido. A gente chegava lá e entrava no terreno. Aparecia polícia, aí ia a mulherada toda pra frente e levava as crianças. Tinham vezes que a gente jogava pedra contra a polícia. Teve uma vez que foi até bolinha de gude no chão pra polícia escorregar. Fazia uma bagunça! Depois, quando a gente conseguia ficar, já dava para levantar a casa e contribuir com a associação. Mas não tinha muita reunião. Só quando era para lutar em outro lugar. (...) Foi assim que surgiu muita favela de hoje.” (Entrevista realizada em 12 de agosto de 2007).

Sr. Romildo Almeida, 70 anos, morador da *Ocupação Poeta Xynayba*, ex-morador da Chácara do Céu (no Morro do Borel), tem memória dos movimentos das associações, mas mesmo não tendo se envolvido diretamente fala com orgulho e tem como forte referência:

“Tinha o pessoal dos movimentos na época que brigavam feio. Entrava para ficar, depois cadastrava todo mundo direitinho. Tinha as reuniões para explicar como era que ia fazer. Montava uma associação e tudo. (...) Tinha as coisas que a Igreja fazia também para ajudar.” (Entrevista realizada em 15 de novembro de 2007).

Outras atividades políticas também estão no universo destes moradores, como mostra, por exemplo, Edson Severo, ou “Zorro”, como gosta de ser chamado, 45 anos, morador da *Ocupação Margarida Maria Alves* (em São Gonçalo), que conta:

“Eu, quando estava nos movimentos no PT, há um bom tempo atrás, já participei de muita manifestação. Teve uma vez que a gente tacou fogo mesmo em alguns ônibus de umas empresas de São Gonçalo que cobravam uma passagem absurda. (...) Depois eu comecei a participar de uns cursos, foi quando eu comecei a trabalhar na comunicação e fiquei mais no movimento dos radialistas, dos profissionais.” (Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2009).

3.4.3. A origem e o problema com tráfico de drogas

A atuação das facções do tráfico e das milícias nos bairros e favelas inicialmente interfere muito na decisão individual de se escolher em qual ocupação morar ou restringem as escolhas coletivas da região em que vai procurar o imóvel abandonado para ocupar. Neste caso, a origem comum dos ocupantes é resultado de situação inevitável. Ainda mais, porque os ocupantes não deixam de freqüentar o local onde moravam anteriormente, visitando constantemente amigos e parentes ainda residentes. Mas de acordo com a organização interna e o tempo de afastamento do ambiente de convivência com estes grupos, pode-se criar alguma autonomia para romper com esta barreira.

O depoimento de Nuvem Catarina, moradora da *Ocupação Poeta Xynayba* e integrante da breve *Ocupação 16 de Abril*, esclarece menciona estas questões:

“A ocupação começou com a entrada primeiro dos meus parentes [ela é filha da Tereza Jarbas, outra entrevistada], depois a gente foi chamando mais gente. No começo só apareceu mais pessoal do Borel e da Mangueira mesmo. Mas como ainda tinha casa vaga, começou a aparecer pessoal de outros lugares. (...) O Borel e a Mangueira é CV e aí quem é de outro morro fica com

receio de o pessoal do outro movimento apelar quando ela for pra casa de algum parente. Ou até dentro da ocupação pode ter problema. Vai que alguém do Borel fica sabendo e vai tirar satisfação... É aqui do lado.” (Entrevista realizada em 05 de junho de 2008)

O depoimento de Aparecida Matos, de 42 anos, moradora da Ocupação Domingos Passos, também relata sobre isso:

“Tem uma menina que mora aqui que é muito problemática... Você entendeu, né? (risos) Ela era do Jacaré e vira-e-mexe tem uns rapazes aqui com ela. A mãe deixa ela com a avó, que já tem o menino com problemas mentais pra cuidar. A gente não sabe direito quem eles são. Quem é fora fica até com medo de eles serem alguma coisa lá do morro e querem fazer alguma coisa aqui.” (Entrevista realizada em 20 de março de 2009).

Os moradores da *Ocupação Guerreiros do 510* em um ocorrência delicada, tiveram que recorrer à negociação com o “chefe do morro”, por causa de um rapaz que havia invadido um quarto no prédio, traficando no local, e atrapalhava o processo de organização. Fato relatado pela moradora Maria da Penha Pinheiro, 45 anos:

“Aqui já teve muita coisa assim, que deu pra moralizar. Mas agora a gente teve que conversar com eles. Lá no Morro dos Prazeres. (...) Juntamos uma comissão das mulheres e fomos lá. Poxa, justamente quando as coisas estavam andando tão bem... ajeitando cadastro com o Dr. Alexandre [advogado], fazendo o mutirão, comprando os tijolos... o morador animado... (...) Eles fizeram a gente esperar um tempão, mas o chefe veio... um rapaz brancão, que nem você, parrudo, meio cara de militar... e só mandou o papo de que o rapaz ia sair, mas que se tivesse gente de outro movimento [tráfico] eles iam mandar voltar.” (Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2009).

Esse problema ainda se fazia pior pois alguns moradores estavam recém saídos de situações de contato com o tráfico entre entes da família e a violência que essa situação conduz. Angélica, outra moradora, diz:

“(...) Minha história é mais complicada. Eu estive sem condição de sair de lá, porque meu ex-marido era do ‘movimento’ e eu era muito dependente dele. Vindo pra cá eu consegui ficar mais tranqüila e me distanciar dessas coisas, e até dele, né? E agora eu até to conseguindo convencer ele a não ficar mais nisso. É muito risco que a pessoa corre. Ele ta vendo que a organização vale a

pena. Já veio pra mutirão... (...) Eu é que quero distância disso. Aqui tem uma vida boa. É só todo mundo entrar nos eixos.” (Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2009).

3.4.4. Experiências comunitárias e consciência sobre a exclusão

Grande parte das pessoas que resolvem fazer parte de um movimento de ocupação e resolvem investir de imediato muita energia, encontraram-se basicamente em duas situações-limite em seu lugar de origem (à exceção da situação dos moradores de rua): a) limite da falta de condições para arcar com as dívidas de aluguel (por acúmulo das cobranças não pagas ou ter entrado em desemprego e não poder pagar) ou ter sofrido ou convivido com alguma violência grave (sofrer atentado ou ter algum ente da família ameaçado ou assassinado). Estas situações compõem uma das parcelas mais conscientes da identidade, ou seja, do reconhecimento sobre a composição da sociedade e o seu lugar nela. A primeira situação é simples de ser dita, todos dissertam sobre ela com desenvoltura e detalhes, mas segunda, dependendo dos fatos, ou é velada ou tem que ter um nível de intimidade maior para que seja mostrada em detalhes.

Dona Cleuza Assis comenta sobre a sua situação antes da ocupação:

“Antes de ir para a Xynayba, eu já estava com quase seis meses devendo para a dona da casa lá no morro. Teve um rapaz que teve que deixar as coisas toda dentro da casa, de garantia. Ele até ta ficando aqui de vez em quando. Ela me conhece a mais tempo, mas a gente não sabe, né... vai que quando eu voltasse pra casa ela fizesse a mesma coisa. Mas teve um rapaz que me ajudou a tirar os móveis e eu fiquei de pagar depois. (...) Eu só estava com o carrinho do coco e cuidando de uma senhora mais velha. O que eu tenho só dava para pagar aos poucos o que eu tava devendo... e ficando fora não aumenta mais. Na ocupação eu consigo juntar algum dinheirinho. (risos)” (Entrevista realizada em 12 de junho de 2008)

Dona Regina Jarbas, 50 anos, moradora da *Ocupação Poeta Xynayba*, também relata:

“Eu não trabalho. Tenho que cuidar da casa. O Leo e o Rafael [seus filhos] estavam desempregados... Agora que o Rafael conseguiu alguma coisa e o Leo está trabalhando no Girafas no Nova América [shopping]... E o Arnaldo só me ajuda comprando as coisas pra dentro de casa. O aluguel tava com mais

de 5 meses que agente não pagava. Já tinha ficado chato.” (Entrevista realizada em 05 de junho de 2008)

A violência traz a vontade de não morar mais, pelo constante medo e a oportunidade de buscar um outro lugar é bem vista. Carlos Eduardo, “Pipo”, 31 anos, morador da *Ocupação Poeta Xynayba*, relata que para ele não estava tranqüilo morar no morro depois que seu irmão foi assassinado durante uma troca de tiros:

“A minha cabeça ficou virada depois do que aconteceu com meu irmão. Eu tive que fazer tratamento. E no final o jeito era ‘meter o pé’. Mesmo com o ‘bafafá’ todo a Ocupação era melhor. Dava pra ir pro mercado [popular] sem ficar com a cabeça cheia e depois voltar pra casa.” (Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2008).

Nuvem Catarina comenta o caso do seu ex-marido:

“O pai da minha filha, o Tiago, estava voltando da rua quando a Polícia apareceu para fazer uma operação de repente no Morro do Borel. (...) Foi no dia 16 de abril que ele foi executado pelos policiais. A polícia plantou uma arma na mão dele, depois que pegaram os documentos dele e viram que ele era trabalhador. (...) Quando ele morreu eu não me achava no direito de continuar na casa da minha ex-sogra. Ele não estava mais lá. Só que a questão é que eu era mais nova e tive que cuidar da Gabriela sozinha. Não ia ficar lá, já tinha perdido o vínculo. Foi quando eu decidi entrar na vila da Praça Hilda [Ocupação Poeta Xynayba]. (...) Eu não tinha a ajuda de ninguém, a mãe do Tiago, eu entendo o lado dela, ela já estava na luta com o caso do filho, já apareceu no *Linha Direta* e tudo falando. Conseguiram muita coisa lá pro Borel. E ela e o avô da Gabriela de vez em quando ficavam com ela. (...) Eu morro de medo de morar no morro. Não só pelo que aconteceu com o pai da minha filha mas por todos os casos que eu já via acontecer. A Polícia chega no morro não respeita mesmo, não interessa se você é trabalhador, se você não é, entendeu? É muito difícil. E não quero que minha filha e meu filho sejam criados num ambiente desses... Assim... a ocupação é uma oportunidade que é dada as pessoas de estarem em sociedade. Porque hoje em dia ninguém que mora lá em cima quer morar lá. Você acha que todo mundo gosta de morar num lugar que quem não mora acha que é fácil, que não pagam água, não pagam luz... é muito difícil. Por que em troca disso a vida da gente está em risco o tempo inteiro. As pessoas que moram aqui em baixo acham que é fácil. Quem mora lá, mora por necessidade. A ocupação é uma luta, uma escolha.” (Entrevista realizada em 05 de junho de 2008)

Maria da Penha Pinheiro reconhece o transtorno de sua vida depois que perdeu seu filho em uma situação adversa:

“Eu morava em um apartamento bom, com tudo. Minha criação não foi pobre. Mas desestruturou quando meu filho mais velho acabou fazendo besteira. Todo mundo falava para ele não namorar uma garota que era de outro grupo, de outro lugar, mas ele nem ligou. E foi o que aconteceu. Eliminaram ele. Foi quando eu fui para Costa Barros, na ocupação de um terreno no Neira. (...) Antes disso até nas várias vezes que ele foi pego eu tive de ficar pra lá e pra cá para acompanhar. Era uma sacanagem o que faziam com a gente. Não davam informação... às vezes eu não sabia para onde ele tinha ido. Depois foi o mais novo que virou a cabeça para esse lado também. E com isso eu acabei me desestruturando toda. Perdendo as coisas. (...) Depois eu acabei vendo não dava para se manter estando em Costa Barros e fui para o Centro onde dava para me virar e tirar alguma coisa com o que eu oferecesse. Tenho habilidade como cozinheira. Faço umas coisas que o pessoal fica bobo. Já fiz muita quentinha pro pessoal dos camelôs e até para escritórios.” (Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2009).

3.4.5. Ocupação *chapa-branca*

Cabe distinguir que as *ocupações urbanas* como movimento social não englobam todas as ações de ocupação de imóveis, que estavam em estado de abandono, por famílias sem teto e desempregadas. Aliás, algumas ocupações têm ocorrido por ação de indivíduos que se utilizam de seu cargo público de repressão (policiais, militares, etc.), de sua profissão de representante dos serviços jurídicos (advogados) e sua posição econômica privilegiada (empresários de imobiliárias), se apropriam de imóveis abandonados, mesmo não sendo legalmente os seus proprietários (fato não declarado) e se utilizam famílias que têm necessidade de moradia para ainda auferirem lucro com a cobrança de aluguéis. Ou, quando é sabido que o imóvel não é de sua propriedade, chegam a prometer a regularização ou a proteção contra a remoção.

O processo de uma *ocupação urbana* pode originar-se em uma circunstância destas, mas de acordo com a mudança de concepção e a tomada de atitude por parte dos moradores ou com experiências de ameaça de violência ou despejo, elas podem se tornar um movimento social. No conhecimento da situação de “falsidade ideológica”, os moradores expõem os supostos proprietários com apoio jurídico

(algumas vezes do movimento social), expulsam-nos e passam a autogerir o espaço. Para o mal ou para o bem, o contato do movimento social com este tipo de ocupação é bastante intenso e faz parte da mentalidade coletiva.

Marco Augusto da Cruz, 43 anos, morador da *Ocupação Vila da Conquista*, conta sobre esta situação para o histórico da ocupação:

“Por volta de 1996 foi que eu conheci a Vila da Conquista, que ainda não era Vila da Conquista, mas simplesmente algumas famílias que compraram alguns lotes de terra na mão de um especulador. Eu também comprei um pedacinho de terra. Pensávamos que estávamos comprando terras, mas fomos lesados por este cidadão. Como não tínhamos formação política, apenas alguns conhecimentos libertários que não sabíamos como encaminhar, pensávamos que o Estado era aquela certeza, o pai de todos, mas não era.” (Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2009).

Edson Severo, “Zorro”, também descreve o início da sua ocupação:

“A minha família veio toda de Carpina, no interior de Pernambuco. Os irmãos todos de uma vez. Isso já tem uns 15 anos. Compramos a terra de um homem que se dizia da Prefeitura e tudo mais. E a prefeitura agora está aí batendo na nossa porta, dizendo que a terra é dela. Por isso decidimos formar a ocupação e resistir. E mobilizar o povo do bairro também.”

Monique Dias, da Ocupação Domingos Passos também relata:

“Na época do aluguel vinha um homem aqui todo mês para cobrar aluguel. Ameaçava se alguém não pagava... Não tinha contrato nenhum e o papel de recibo que ele entregava para a gente era um negócio esquisito. Não tinha quase nada escrito. Eu tenho tudo guardado numa pasta. Já mostrei pro Dr. André [advogado], desde de quando ele chegou aqui. Mas o homem sumiu depois de um tempo e depois de uns meses apareceu outro dizendo que era o dono. Mas não voltou mais. A gente viu que era tudo história. Decidiu ver o que dava pra fazer. Até que já tinha morado aqui e teve que sair por que não tinha pra pagar voltou.” (Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2008)

3.4.6. Invasão e ocupação

Para uma parte do senso comum (que sejam contra ou a favor da estratégia de ocupação, inclusive junto à população mais pobre), ambas as ocupações são mencionados como *invasões*. Fato compreensível, frente à força da propaganda

ideológica e à ação política das instituições e das classes proprietárias em favor da propriedade privada e de sua especulação financeira. Boa parte da propaganda ideológica é divulgada de forma pelos meios de comunicação quando se dedica a este fato social. Em circunstâncias isoladas, digamos, em momentos “tranqüilos”, o fato social é desligado da ação do movimento social e o tratamento geralmente é de condolência, a exemplo da matéria “Vivendo no Abandono” (de autoria de Fátima Sá), publicada na *Revista O Globo*, Ano 5, N. 226, 23 DE NOVEMBRO DE 2008. Já em momentos de conflito explícito, a faceta que a propaganda ideológica apresenta trata a ação como fora do âmbito do fato social, criminalizando-o ou mostrando-o como fato artificial forjado pelo movimento social, usando, predominantemente, a denominação *invasão*, inclusive, dando *status* jurídico a esse termo (o termo não consta em códigos legislativos ou processos judiciais). O exemplo disso está na matéria “Famílias de Sem-Teto invadem imóvel na Gamboa” (de autoria de Arthur Rosa), publicada no *Jornal O Dia* (com sua versão no *O Dia Online*), de 22 de novembro de 2008.

Vale ressaltar também que maioria das pessoas que fazem parte das ocupações tinha residência antes de se mudarem para elas, mesmo que em situação fosse precária ou estivesse em dívida com o pagamento do aluguel, e este é um forte motivo para que a denominação *sem-teto* não seja utilizado entre os membros dos movimentos de ocupação, como diz, com um tom mais ideológico, Zorro (Edson Severo):

“Na verdade não somos sem terra [teto], somos impedidos de usá-la. A terra sempre foi nossa.” (Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2009).

Muitas vezes é utilizada apenas no plano discursivo quando os indivíduos são acessados pelos meios formais, órgãos de governo e mídia, que se utilizam disso como categoria classificatória a todo tempo. No discurso para a mídia, por vezes a autodenominação *sem-teto* pode ser utilizada, inclusive, para se tentar fugir da classificação invasor (que beira ao criminoso) que é também um lugar comum destes meios. Para a autodenominação as categorias a serem utilizadas são resgatadas dos locais de origem, como “morador”, “morador da comunidade x” e posteriormente, em adicional, circulará com alguma intensidade a denominação “ocupante”.

Além disso, é de uso comum e popular definir o ato de ocupar ou o processo ainda de organização de uma ocupação como *invasão*, principalmente pela adrenalina e a apreensão nos primeiros momentos de entrada no imóvel abandonado, uma mistura da sensação de risco pela ousadia de famílias excluídas conquistarem uma casa na marra e a satisfação de pensar que pode conseguir uma moradia própria. Por isso, a verbalização transita horas como *invasão*, horas como *ocupação*.

O arsenal do imaginário popular sobre invasão circula em outras práticas. Por necessidade, é usual a apropriação individual de imóveis abandonados por pessoas de menor renda, sempre discretas, e quando é o caso, há a apropriação individual apenas de bens do interior de imóveis abandonados (como pias, privadas, instalações elétricas, encanamentos, portas, janelas, etc.), sempre com a máxima discrição do mundo. Pelo fato de serem discretas, essas situações não recebem uma visibilidade maior, uma classificação. Mas quando a proporção aumenta, isto é, na hora que um imóvel grande é ocupado por um monte de famílias, é que vem a prática sai do secreto e a ação é encarada com intensidade, de uma avalanche, uma *invasão*.

Por este motivo até, há moradores que acham que para ser uma *ocupação* tem de ser feita “no sapatinho”, sem barulho, sem algazarra, sem chamar a atenção, só com seletas famílias que são firmes com a idéia da organização, para as quais a associação com a *invasão* é prejudicial. Portanto, quando outros movimentos sociais estrategicamente fazem questão de entrar e chamar atenção, o fazem acreditando que estão mais protegidos contra alguma violência que o poder policial possa cometer alegando flagrante, já que a imprensa estará presente. Mas dentro dos movimentos isso é apenas uma divergência sobre a estratégia. Nenhum dos dois é a verdade absoluta na garantia para a preservação contra criminalização ou despejos.

A opinião de Nuvem Catarina, exemplifica um desses posicionamentos:

“Quando a gente ocupou a vila da Praça Hilda [Ocupação Poeta Xynayba], não tinha quase ninguém. Inclusive o policial que tomava conta deixou durante algum tempo a minha tia ficar, a Cristina, tomando conta quando ele não estava. Mas aí ela foi deixando chamando mais gente e depois que a gente entrou casa por casa foi sendo ocupada. O policial não aceitou e chamou a polícia pra tentar tirar todo mundo. Aí foi quando o pessoal decidiu colocar o

policial pra fora e entrar em contato com outros movimentos para ter apoio jurídico e se organizar.” (Entrevista realizada em 05 de junho de 2008)

Até em ocupações fora do movimento social isso também está expresso. No depoimento de uma moradora de uma ocupação do Bairro de Costa Barros (ocupação conhecida como Neira, com cerca de 120 famílias), que chegou depois, Ireni Pereira, 41 anos, a questão é bem visível:

“A minha casa já não é da invasão. Eu vim pra cá depois. Estava passando de ônibus quando vi uns barracos construídos e desci para perguntar o que era. Se era invasão. Aí falaram para eu conversar com o Coroa, que é quem toma conta daqui. Ele me mostrou um barraco e um pedaço de terreno que eu poderia ficar. E assim foi. Eu tava precisando. Quase ficando sem ter como pagar o aluguel em Belford Roxo. (...) Invasão foi o pessoal de antes até do Seu Coroa que fez.” (Entrevista realizada em 28 de abril de 2009).

3.4.7. Os primeiros mutirões

Os primeiros mutirões, ao mesmo tempo em que dão a medida das possibilidades de organização futura da ocupação e o nível de envolvimento com o movimento social, demonstram uma vontade contida dentro originada na vida mais coletiva, mas nem tão organizada coletivamente, das comunidades de origem e parecem perpassar a ansiedade de juntar as pessoas para melhorar o espaço. Há uma felicidade iminente ao se realizarem os primeiros mutirões, pois as pessoas conseguem ver que o lugar pode melhorar e servir como local de moradias dignas. Depois de entrar no imóvel, então, a grande preocupação é como colocá-lo em condições dignas. Muitos dos imóveis abandonados ficaram muito tempo sem qualquer manutenção e por conta disso, há focos de ratos, baratas, água acumulada, plantas ou mato crescendo para todos os lados, acúmulo de lixo, paredes sujas ou com umidade, encanamento enferrujado, ausência de instalações elétricas, falta de fornecimento de água e luz, etc. No depoimento de Maria da Graça Lourdes, relata-se sobre isso, após os primeiros mutirões na *Ocupação 16 de Abril*:

“Os moradores rapidinho começaram a juntar o lixo perto do porão, espalhado na entrada da vila. A rua agora está parecendo nova. Nós abrimos a última casa que estava a mais suja, e agora já tem uma família morando lá. Tinha muito galho de planta e elas estavam crescendo pra tudo que é lado. Tem uma casa que cresceu a árvore na parte de trás, dentro da parede. (...) ‘O pessoal

da rua, os vizinhos, né, vinha e falava. 'Está alugando?', 'Como a vila está limpa!'. Veio uma moça aí da frente oferecer uma garrafa de água e falar parabéns. Porque ela disse que tinha muito mosquito da dengue aqui e como ela é uma senhora de idade ficava preocupada de ficar doente. (...) Mexemos nos telhados, mas se chover, algumas casas ainda vão ter problema. Arranjamos os fios para ligar a luz, mas só tem luz nas 3 primeiras casas e uma no meio da vila. Dentro de casa ainda é vela. Arranjamos canos, e ligamos a água. Limpamos e tampamos as caixas d'água por causa da dengue. Ficou todo mundo cansado, porque a gente fez isso em 3 dias, mas depois a gente tomou uma cerveja. (risos)." (Entrevista realizada em 20 de janeiro de 2008).

Nas ocupações chapa-branca isso também ocorre, pois os moradores são impedidos de atividades coletivas e, ainda mais, de gastarem com melhorias. Até porque com poucos recursos e desorganizados ninguém quer gastar do seu próprio bolso ou trabalhar sem ter a participação dos outros, quando isso acontece é apenas para melhorar uma situação interna da casa, para benefício individual. Quando essas ocupações passam a se manifestar como movimento social, os primeiros mutirões podem até ter um significado maior, de revitalização do espaço no qual se morou todo o tempo tendo frustradas as expectativas de melhora, onde os moradores ficavam todos em isolamento e não podiam decidir sobre nada. Marco Augusto da Cruz, demonstra o processo de organização dos mutirões em sua ocupação:

"Na época agente conseguiu um dinheiro com uns sindicatos. Aí deu para comprar os encanamentos e começar a fazer o esgoto, que não existia. Porque só tinha as casas mesmo. Aos poucos a gente foi rasgando o chão e instalando as manilhas, capinando tudo, decidindo onde ia ficar as ruas e começando a pensar no projeto pros postes de luz. Foi nessa época mesmo que o pessoal começou a acreditar mesmo que a coisa ia dar certo. Já não tinha mais o cara que vendeu o terreno na área. (...) Porque tava todo mundo desacreditado, só tinham participado mesmo quando a polícia veio pra tirar, derrubou duas casas (uma delas era a minha)... aí o povo decidiu ficar e consertar tudo. (...) Nessa época a gente fundou a associação de moradores, a AMAVICO [Associação de Moradores da Vila da Conquista]. (...) Funcionava um lixão em uma parte do terreno. Ainda continua no começo da rua que vem pra cá. Mas a gente parou com isso e começamos a tentar organizar o povo que mora aí do lado [*Ocupação Nelson Faria Marinho*], eles se animaram também e hoje em dia a Nelson Faria e a Vila da Conquista são uma luta só." (Entrevista realizada em 30 de julho de 2008).

Durante os mutirões também começam as primeiras cobranças de mais participação e empenho das pessoas que não estão presentes. Manifestação que está dentro da ansiedade de se fazer mais coisas ou enxergar que em pouco tempo pode tudo estar tranqüilo e mais organizado. A moradora Evelin (codinome), que costuma pouco se expressar em reuniões, é a que melhor comenta sobre isso:

“Não está bom não. Está horrível. Não tem união nenhuma, entendeu? De uma dúzia que mora aqui, 3 estão aqui... para dizer assim, a porcentagem, né? Pouquíssima gente. Acho que tem que ser todo mundo. Em relação ao mutirão anterior, melhorou com certeza. (Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2009)

A própria companheira de Evelin, que mora com ela, Vandara (codinome), em tom de ironia, automaticamente a contradiz (mas não deixa de cobrar a participação):

“A metade estão aqui e já deu para dar um andamento bom. Só hoje agente tirou entulho demais do fosso aqui de baixo e lavou a parte da frente. Sem dizer que antes disso quase todos os andares estão com as escadas pintadas. (...) Aos poucos vai tudo ficando limpo. Eu me sinto realizada, na moral. (...) Só que as pessoas continuam acumulando o lixo de casa, que tem fezes e restos de comida. Aí é trabalho dobrado. A gente vai continuar fazendo todo sábado.” (Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2009).

3.5. RESISTIR !

As primeiras trocas de experiência entre os moradores após algum tempo de residência dão suporte para a seqüência da luta e à garantia da organização autogerida da ocupação. Caso não ocorram grandes imprevistos nos primeiros momentos de ocupação, o momento seguinte é o de se precaver contra as possibilidades de remoção por parte dos órgãos de repressão do Estado, da propaganda ideológica dos meios de informação das elites e da divisão interna, portanto, é o momento de consolidação de instâncias mais regulares de debate e organização.

Ainda sim, se houver grandes pressões internas e externas, os moradores podem formar a resistência apenas com as experiências iniciais. Quaisquer

dificuldades enfrentadas nessa fase passam a ser muito mais pedagógicas. Como diz Nerivânia Souza, da *Ocupação Domingos Passos*:

“O povo que estava meio dormindo acabou sendo obrigado a aprender. Acabou tendo que acordar pra vida.” (Entrevista realizada em 02 de novembro de 2008).

3.5.1. Lutar para não sair

Na maioria dos casos, quando a ocupação já conseguiu alguma tranquilidade em relação ao direito de permanecer no imóvel, que geralmente ocorre quando o processo jurídico já conseguiu ser colocado sob os parâmetros usuais (ou seja, demora no julgamento, divulgação da data da decisão, divulgação do conteúdo do processo, respeito ao tempo de recorrer da decisão, adiamento de decisões, etc., pois está sendo acompanhado publicamente, por movimentos sociais e algum apoio jurídico), entra a fase de preparação para os possíveis enfrentamentos e desistências.

Por obra do destino, uma parte do casarão onde habitavam a maioria das pessoas da *Ocupação Domingos Passos* desabou, justamente no momento auge de integração inicial entre os moradores. Por sorte, apenas a moradora, Aparecida Matos, se machucou. No mesmo momento a Defesa Civil compareceu ao local e sem autorização derrubou uma parte do casarão que não estava comprometida e tentou remover os moradores e seus pertences para um suposto abrigo. Houve resistência e com apoio de movimentos sociais e sindicatos, foram compradas lonas e madeiras para as moradias provisórias. Ao longo de alguns dias, com o apoio recebido já se podia comprar material de construção e refazer a alocação definitiva das famílias no local. Ao contrário do esperado, os moradores passaram a se mobilizar mais do que já estavam antes, como relata Nerivânia Souza:

“Quando o telhado veio a baixo ainda era de madrugada. Foi um desespero. Tava escuro e não dava para ver quem tinha conseguido correr para fora. Como a maioria das famílias eram no 1º andar, e o piso é forte, não teve muito problema. Só a Cida [Aparecida], que mora na pontinha e lá arrebentou o teto dela. (...) No dia seguinte a prefeitura apareceu aí e falou que ia tirar tudo, que era para todo mundo sair e prometeu abrigo, mas não dizia onde era e se era só para deixar as coisas. E todo mundo sabe que depois que eles levam é uma vida pra conseguir tirar de lá. (...) Na parte que não era perto de parede que

ainda estava de pé e onde não tinha muito entulho, nós começamos a juntar as coisas de casa que sobrou. A gente protegeu com uns plásticos que a Defesa Civil deixou e depois a gente foi lá no centro buscar os que os sindicatos deram. Ficou todo mundo no plástico, tudinho que nem sem-terra. (risos). (...) Eu mesma saí e acabei voltando para o aluguel, num quartinho por perto. Mas continuei participando das reuniões. E depois eu juntei dinheiro e consegui fazer de novo a minha casa. Particpei de vários mutirões para aproveitar o material que desabou mas que ainda estava bom... tijolo, cano... pra aterrar... depois construí a minha.”

Na *Ocupação Poeta Xynayba*, em meio a organização, a aparição de um funcionário de uma empresa imobiliária (que disse cuidar do setor de leilões), também faria “balançar as estruturas”. Nesse momento em houve grande debate, em que os moradores ficaram divididos, houve uma votação em que a maioria aprovou a continuidade da organização. A partir daí, apesar de algumas desavenças, houve mais participação das pessoas, aumento da comissão e maior interesse. Como relata Tereza Jarbas:

“Tinha muita gente querendo conversar com aquele homem. Ele falou que poderia comprara a vila. Aí ficou todo mundo de olho. Todo mundo sem dinheiro e o homem fala que a vila estava avaliada em 2 milhões. Tinha gente achando que ia vender e sair. Eu também achei que dava para conversar para saber se era verdade. Mas era fácil de mais para ser verdade e a Rafaela [dita proprietária] não ia perder esse dinheiro assim. (...) Eu até fui a favor de deixar o homem falar e entrar na reunião. Só que maioria ficou do outro lado. Aí eu não falei mais nada. Em toda reunião eu ia só pra ouvir e fazer depois o que tivesse que fazer. Tinha pessoal que não participava e passou a participar... dar opinião.” (Entrevista realizada em 08 de maio de 2008).

O processo inicial de organização é bastante complicado pelas dificuldades econômicas das famílias. Ainda mais porque muitas vezes a intensidade da organização, que necessita de forte participação e atenção diária, ou o começo da busca por emprego próximo a esse novo local de moradia são impeditivos para o trabalho e para a aquisição de renda. Alguns moradores não conseguem permanecer. A luta dos que ficam passa a ser para convencer de ninguém sair e há solidariedade e trocas que possam garantir essa condição, como diz Nuvem Catarina:

“As únicas casas que tinham banheiro legal eram a 7, a 32 e a 29. Eu fiquei em uma que não tinha e ia na casa dos outros. Várias casas não tinham água, depois ainda que nós tínhamos puxado a instalação da CEDAE para dentro. Só tinha em alguns pontos. Para lavar roupa ia todo mundo para casa 32, da outra Teresa, filha do Seu Romeu [Romildo]. (...) O Alexandre várias vezes veio pedir prato de comida. Ele comia com todo mundo. Tava sem emprego.” (05 de junho de 2008).

3.5.2 “Uma laranja podre estraga o saco todo”

Alguns moradores destacados podem estragar o processo de organização. Geralmente acham que vão tirar alguma vantagem disso. Por vezes, moradores isolados desrespeitaram a construção coletiva e entraram individualmente em contato com parlamentares e advogados. Ao invés de abandonarem a ocupação se dedicam a falar mal e tentar desmobilizar as outras, tentando convencer do seu discurso, provocando desconfianças e desunião. A preocupação nesse caso é a de “gritar mais alto” que as vozes dissonantes de ocupantes, por ventura, pessimistas e interesseiros. Coincidência à parte, a referência recorrente nesses momentos sempre se remete à metáfora da laranja podre. São exemplares as falas de Rogério José dos Santos, ou “Naval”, morador da *Ocupação Guerreiros do 510* como prefere ser chamado:

“O pensamento aqui dentro tem que ser um só. Tem que ter respeito com as opiniões diferentes... Não quer dizer que todo mundo tem que pensar igual igual. Mas todo mundo tem que ter certeza que vamos ganhar. E para ganhar tem que todo mundo se mexer. Aí um vai e se encosta achando que é só esperar e não precisa ajudar em nada. Esse aí está colocando todo mundo para perder. Vê se você me entende. É que nem a laranja podre num cesto, que se você deixar ela ali ela vai contaminar as outras. Essa pessoa não pode ficar assim, porque outra olha e fala que então também não vai fazer. Daqui a pouco não tem ninguém fazendo e tudo volta a ser como quando estava abandonado. Tudo sujo, com detritos, sem condição para morar. Esses tipos de pessoas precisam ser educadas.” (Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2009).

Essa mesma expressão é utilizada por Monique Dias, quando fala deste tipo de problema na *Ocupação Domingos Passos*:

“Os homens que viam o pessoal que vem apoiar a gente aqui ficavam desconfiados. Depois ficaram só na sombra e água fresca, achando que esse pessoal ia trazer tudo e não precisava fazer mais nada. Ficou todo mundo acomodado. Mas vou dizer logo... é porque não queriam ajudar também... é isso... (risos). Inventavam história que o Seu André [advogado] estava levando dinheiro, de que as pessoas que aparecem aqui querem se aproveitar que nem se aproveitava o advogado de antes. Falam também que vão ter que pagar pro Seu André se ganhar o processo de poder ficar aqui. Bem assim, sabe? Com esse pessoal, como eles estão desde o início tem que tentar fazer a cabeça.. ou não dar muita bola. Porque aí é uma fofoquinha daqui, outra dali... é que nem uma laranja podre que você tem que separar, porque se não tem uma dentro de um saco, daqui a pouco está tudo estrado. (10 de dezembro de 2008).

Muitas vezes, ocorrendo a saída de moradores ou havendo vagas para mais famílias, os moradores que ainda resistem resolvem chamar novos moradores ou aceitam pessoas que apareceram no local pedindo lugar para morar. Nesse momento em que a maioria dos moradores estava se acertando, estes novos componentes podem vir a atrapalhar. O trabalho também passa a ser o de conscientizar, para ter a garantia de que essa pessoa vai se engajar, participar, etc.

Nuvem Catarina comenta sobre o assunto:

“Nós ficávamos com pena de todo mundo que aparecia na vila. Algumas famílias a gente acabou aceitando, porque tinha gente que já conhecia, entendeu? Mas não podia ser assim. Nós não nos valorizávamos... depois que já estava tudo mais tranqüilo, a polícia já não entrava toda hora, a gente já tinha colocado água e luz... A gente já tinha expulsado a Naja, que estava cobrando aluguel dos moradores que chegavam. Aí era fácil. Todo mundo queria. A comissão de moradores tinha que investigar para saber quem era mesmo a pessoa. Porque depois a gente ficava sabendo que a pessoa já tinha casa no morro e que alugava a casa lá. Essas eram as primeiras a falar em vender a casa da ocupação. Desorganizavam geral. (...) A Verônica foi assim. O pessoal conhecia ela. Ela morava com as três crianças pequenas na casa da mãe em Cascadura mas estava ficando na rua. A gente aceitou. No começo era um doce, participava da limpeza. Depois foi ficando uma cobrinha. Não fazia mais nada, reclamava de tudo. Deixa tudo sujo na porta da casa dela. As crianças todas doentes, peladas e o dia em inteiro do lado de fora da casa. A gente daquela vez arrumou a luz para todo mundo colocar geladeira e televisão e ela dizia que estava sem dinheiro.”

De algumas situações adversas e problemas com moradores, em algumas ocupações começam a surgir debates sobre os critérios de aceitação ou permanência dos moradores. Em algumas ocupações é formado um documento de regras, um estatuto, geralmente baseado em: participar das reuniões (pelo menos um representante adulto por família), participar das atividades de mutirão, não sujar, não sair da ocupação e deixar a casa fechada por mais de 15 dias, não beber e brigar, não deixar as crianças na rua, não gritar, concordar com as regras depois que começarem a operar (principalmente quando se é morador novo e as regras já estão prontas), etc. Daí em diante há uma interessante seleção de quem entra e quem não entra, que demonstra o grau de organização da ocupação e o reflexo que tem na necessidade da população mais pobre da cidade, repassando a idéia da formação de mais ocupações. Rafael Jarbas, 26 anos, ex-morador da *Ocupação Poeta Xynayba*, comenta sobre o assunto:

“As pessoas viam que a coisa estava ficando mais organizada e apareciam querendo morar. Mas não tinha lugar para todo mundo. Só quando alguém saía. Você foi o último [referência ao entrevistador]. Já tinha um monte de gente de olho na sua casa. (risos). (...) Com a lista a pessoa se inscrevia e esperava vagar a casa. Nós chamávamos e ela vinha conversar com a comissão, a gente dava um prazo pra ela vir: uma semana e, dependendo como a casa estava, até um mês. As que apareciam e a gente sabia que não ia dar certo nós nem colocávamos na lista, nem chamava. Quando a comissão mudou isso acabou parando, mas voltou quando a comissão nova. Quem está na comissão é que tem que fazer esse trabalho. Pode até colocar na reunião, mas tem que um grupo pegar para fazer isso direto, se não vira bagunça, entendeu? (...) Muitas vezes aparecia gente que queria saber como fazia uma ocupação. A gente não sabia quem era a pessoa e nem falava nada. Nós passávamos esse contato para a comissão jurídica, do advogado... Teve aquelas reuniões para fazer uma nova ocupação, mas não deu certo, não caminhou, porque nós não íamos ficar de frente. A gente já tinha casa, quem não tinha era que tinha que botar a cara.” (Entrevista realizada dia 15 de junho de 2008).

3.5.3. Residência-trabalho

Os movimentos de ocupação atuam prioritariamente para compensar a carência de moradia, mas outro grande problema social continua descoberto, o trabalho. Uma alternativa que se tem de firmar as condições econômicas e ao

mesmo tempo garantir a participação na ocupação é constituir a moradia também como local de trabalho. Nesse âmbito, os acordos estabelecidos de não transformar a moradia em local de comércio é em parte quebrado pela imposição da necessidade. Nesse momento é visível o diálogo entre as origens e as novas estratégias, gerando uma identidade coletiva dos grupos de trabalhadores ocupantes.

Freqüentemente, além de haver debates sobre a criação de trabalhos cooperativos, ou até a constituição de uma cooperativa formal, grande parte das moradias são adaptadas para o alcance de alguma renda. O caso mais recorrente é a casa servir como pequeno depósito de material a ser vendido na rua, já que a maioria da população das ocupações está em trabalhos informais, como camelôs ou ambulantes: pacotes de doce, caixas de bebida, pacotes de biscoitos, mostruários de CD e DVD, isopores de gelo, matérias-primas de artesanato, etc. Os espaços coletivos, como corredores que não servem para circulação, vãos ou cantos, são também utilizados para o armazenamento de materiais de trabalho maiores: carrinhos de pipoca, carrinho de churros, carrinho de tapioca, ferramentas de obra (pás, escadas, carrinhos-de-mão), carrinhos de carga (conhecidos como “burro-sem-rabo”), etc. Outros exemplos são as casas que, além de armazenar, são os locais onde se produz os materiais para a comercialização. Tereza Jarbas comenta sobre isso:

“Na Xynayba tinham várias pessoas que guardavam material para vender. Na Biju e no Vitor tinha um monte de pacote pendurado para levar para o ônibus ou para o sinal. Eles ficavam as vezes um dia inteiro ensacando bala. (...) No Marcos e no morador do 12 [casa 12], sempre eles guardavam madeira. Um era para fazer gaiola de passarinho (porque ele cria canários)... o Seu Max fazia barco, escultura... cada coisa linda! (...) No Cristiano, tinha um computador que o pessoal reproduzia os DVDs para colocar de noite na Sans Peña e na casa da Cristina o pessoal guardava os carrinhos de mercado com os DVDs, as madeiras e os ferros [mostruários]. A Cristina também colocou um freezer no quintal atrás da casa, para guardar cerveja, gelo, carne... porque ela organizava festa de criança.” (Entrevista realizada em 08 de maio de 2008).

Mas a diferença entre tirar o sustento e comercializar com o local de moradia, quando não há um dispositivo coletivo mais forte para manter o controle, pode tender contra a própria ocupação. O caso mais emblemático foi o da *Ocupação*

Confederação dos Tamoios situada em uma antiga mansão do bairro do Cosme Velho, no histórico Largo do Boticário. No começo de 2007 os moradores, a maioria camelôs do Largo do Machado ou catadores de material reciclável de Laranjeiras e adjacências, começavam a se organizar para tentar reformar algumas áreas do casarão, que, pelo tempo de abandono, havia ficado com o telhado quebrado e uma imensa cisterna entupida, o que estava provocando uma série de infiltrações no seu interior. O orçamento estipulado pelos moradores estava além das possibilidades dos pedidos para os sindicatos, contribuições dos moradores e dos apoios. Houve a idéia de se fazerem exposições de arte, nas quais os freqüentadores deixariam uma contribuição ou pagariam uma entrada, pois turistas freqüentemente visitavam o local, roteiro próximo à entrada para o Cristo Redentor, e foi criada uma campanha de apoio entre os movimentos sociais, tudo decidido e planejado em reuniões. Nos primeiros meses o movimento foi regular, mas logo surgiu a proposta de um cineasta que ficou solidário a causa de pagar para usar o casarão como cenário de uma filmagem que ele estava fazendo. Depois de ocorrida a filmagem, pôde-se limpar e reformar a cisterna, instalar uma bomba d'água e consertar uma parte do telhado.

Todavia, no afã de conseguir mais dinheiro, alguns moradores decidiram por conta própria “alugar” o casarão para um empresário promover uma festa *rave*. Uma coisa interessante: é típico que este tipo de festa aconteça em casas abandonadas e em terrenos baldios, onde se cobra muito caro para entrar (voltado para um publico de alto poder aquisitivo) e se paga muito pouco para fazer (quando se paga). Mas deste tipo de “invasão” não há fórum jurídico que se interesse e condene. Foi justamente esta bomba que caiu no colo dos moradores desavisados: de repente inúmeras pessoas entrando, seguranças engravatados no portão, muita bebida, muitas drogas e música alta. A festa havia sido muito divulgada (na internet, inclusive) e caiu como uma luva para a imprensa comercial, pois a disputa contra a ocupação havia era extrema desde a época da entrada dos moradores, quando ela ainda era chamada de *Ocupação Com Jeito Vai*. Em poucas semanas houve brigas entre os moradores e o processo judicial terminaria na reintegração de posse favorável à outra parte, sem qualquer poder de resistência daquelas poucas famílias que ainda residiam na ocupação.

3.5.4. As assembleias ou reuniões

O processo de organização geralmente inicia-se pela montagem de uma comissão de moradores que tem maior afinidade ou conseguem ser operativos em suas ações, isto é, uma minoria ativa estratégica até o momento. A comissão tem o desafio, depois disso, de reunir as outras pessoas para colocar em pauta as questões mais importantes a se fazer, como o cadastramento dos moradores, pedido de apoio, convocação dos mutirões, organização de festas, a discussão sobre as regras gerais de organização do ambiente, e tornar essa prática política algo regular, ou seja, por assembleias. Começa em diante uma luta pela tomada de iniciativa de todos, pela autogestão, pois é a garantia da criação de um espaço legítimo para continuidade da coletivização dos acontecimentos, debates, criação de novas demandas, tomada de decisões e resistência.

Dona Elizabeth Silva, 52 anos, ou “Beth” como é chamada, moradora da *Ocupação Guerreiros do 510*, comenta sobre essa necessidade e suas vantagens para a organização da ocupação:

“A gente aqui chama de ‘dona assembleia’. Quem quer fazer alguma reclamação, dizer como deve ser feito, se assim, se assado, não é para ficar falando na orelha de cada um, como se estivesse fazendo fofoca. É para falar com a ‘dona assembleia’. Aí acaba com o disse-me-disse. Tem que tudo ser resolvido na reunião, que agora é toda segunda-feira, 7 horas [19 horas]. Todo mundo sabe falar, gente, então deixa pra falar na reunião. (...) Na reunião saem as pessoas para correrem atrás do que for... reúne uma comissão. Se um não puder ir o outro vai e assim tudo anda... Tem que ir na rua comprar um cimento? Então alguém aparece ali para fazer. Se é para ir numa reunião fora do prédio, no advogado, ou em uma manifestação, vê quem vai poder no dia e reúne o grupo para ir no dia. Não tem mistério. É isso, gente.” (Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2009).

Inimá Leite Flores, 61 anos, ex-morador da *Ocupação Confederação dos Tamoios*, morador da *Ocupação Domingos Passos*, com característico otimismo, também se ocupa desta questão:

“A assembleia da ocupação é imprescindível. Todo mundo se sente bem. Você sente aquela energia boa, as pessoas ficam mais confiantes. Tudo sendo resolvido ali. (...) Claro que em um momento mais preocupante fica todo mundo tenso. Tem que ter mais atenção, fazer o que se comprometer. Ir nas reuniões

fora para saber o que está acontecendo e repassar na assembléia. Prestar atenção no que diz os advogados e os apoios. Eu faço isso muitas vezes, quando está todo mundo trabalhando. Eu tenho mais tempo durante a semana. Meu problema todo é dinheiro para me locomover. Mas quando estou aqui dentro eu só não posso mais é participar de mutirão, mas tento animar as pessoas, ajudo a chamar. Converso com todo mundo e depois falo isso na reunião.” (Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2009).

3.5.5. A participação das mulheres

Em todos os âmbitos de ação nos movimentos de *ocupações urbanas* as mulheres têm hegemonia. As mulheres estão sempre à frente dos momentos de organização das ocupações, na iniciativa de levar a família para ir para ocupação, convencendo o marido e/ou os filhos, na resistência inicial, no interesse e nas falas das reuniões e são elas a maioria na participação nas assembléias regulares, pois como geralmente é apenas um o representante de cada família nestes espaços são as mulheres que fazem esse papel. São elas também as que mais participam da articulação interna, apenas reduzindo um pouco a sua atuação nas atividades externas. Deve-se observar também que há um número bastante expressivo nas ocupações de famílias compostas apenas por mulheres solteiras acompanhadas de seus filhos (quase sempre dois ou três), e, em número equivalente, há casais jovens com filhos bastante pequenos (recém nascidos) e homens solteiros (sem filhos em sua companhia, mas com filhos sendo cuidados pelas respectivas mães que não residem na ocupação).

3.5.6. As festas e atividades culturais

Neste momento em que há alguma tranquilidade para os moradores das ocupações, organizam-se algumas confraternizações, baseadas tanto em datas comemorativas mais comuns, coincidentes – como aniversários, dia das crianças, dia das mães, etc. – como em festas para arrecadação de fundos ou apenas festas comemorativa do período (geralmente em meses) de permanência no local – com almoços, churrascos, etc., que acontecem em articulações com o restante dos movimentos sociais. Aliás, ao convocar outros movimentos sociais, algumas vezes são planejadas atividades culturais, como exibição de filmes, música, dança, poesia, palestras, etc.

As festas são geralmente organizadas por uma comissão de moradores, mas que contam em sua realização com a participação de todos, pois como momento informal apenas a presença basta. Aliás, esse é o momento em que as pessoas que não conseguem se expressar direito em reuniões, de alguma forma, expõem algumas opiniões. É o momento em que as preocupações dão espaço a descontração e ao divertimento, momento em que os moradores se conhecerem melhor, aumentando o nível de confiança, momento de troca de experiências entre membros dos movimentos sociais, criam-se afinidades e identidades e tiram-se dúvidas ou conhece-se sobre outras estratégias dos movimentos. Pode ser que pela localização da ocupação e a origem de seus moradores (por conta da existência de diferentes facções do tráfico, como já foi mencionado antes), apenas alguns moradores conseguem transitar em outras ocupações. Na ausência de maiores informações ou contatos, são essas as pessoas que funcionam como canal das informações, mas elas podem ser ou não os articuladores políticos do movimento social.

3.5.7. Articuladores/as e as lideranças

Mesmo com as assembléias de moradores, algumas funções de minoria ativa continuam. São pessoas que se formaram no processo de luta e que acabam se interessando por ficarem como os animadores das atividades quando estas reduzem a sua regularidade, pois passam a sentir essa necessidade mais dos que os outros. Além disso, pode haver o excesso de convivência entre os moradores nos debates no cotidiano e assembléias, por conta da necessidade de organização do movimento social e, conseqüentemente, a ocorrência de conflitos. Por isso, esses articuladores internos naturalmente acabam sendo as que costumam para que a dinâmica interna não seja prejudicada ou implodam-se as reuniões.

Praticamente são as mesmas pessoas que fazem o trabalho de articulação interna e externa. Os trabalhos de saber o que está acontecendo, entender sobre os processos jurídicos, participar de frentes de luta que integram as ocupações aos apoios, indo às festas, etc. acabam gerando uma expectativa de retorno à ocupação de origem, por isso as mesmas pessoas cumprem os dois papéis. Essa expectativa passa a ser mais intensa em momentos de maior risco ou possibilidade de apoio das

redes de movimentos sociais. Estas questões são visíveis no depoimento de Nerivâmia Souza:

“Quanto tinha reunião da FIST no começo, era sempre eu quem ia, porque era final de semana e eu não trabalhava, aí dava para ir. Agora são outras pessoas, porque onde eu estou trabalhando eu também fico no final de semana e só domingo de tarde que eu estou mais folgada... Nessas vezes quando se dizia que ia combinar organização de cooperativa, ou quando alguém ia pedir o apoio de sindicatos, o povo ficava nervoso para saber se ia dar certo, o que tinham combinado. (...) Mas o chato era ter que parar em cada um para falar tudinho a mesma coisa. Muito chato! Eu falava logo para um só e esse falava pros outros, para acalmar o povo, e deixava para falar mesmo na reunião, que já era no dia seguinte. Mas você acha que não ia gente bater lá na minha porta?...” (Entrevista realizada em 02 de novembro de 2008).

E como foi dito antes, são as mulheres as que mais participam dessas articulações. Os homens acabam fazendo um papel mais efetivo de estarem nas assembléias dos movimentos sociais e nos sindicatos, entretanto, são recorrentes as reclamações de que eles ficam pouco dentro da ocupação ou participam pouco das atividades internas. Talvez esse seja um dos maiores motivos de as articulações com as redes dos movimentos sociais ainda estarem bastante mal concretizadas. Essas questões são levantadas por Tereza Jarbas:

“O Seu Edson e o Vicente davam conta na hora de ir para as reuniões do Centro. Mas depois não sabiam falar do que estava acontecendo, ficava todo mundo querendo saber e eles não explicavam. Só chegavam para dizer o que tinha que ser feito... assim... e ainda diziam que as mulheres não podiam se envolver com essas organizações, que era coisa de homem. Mas eles nem sabiam direito do que estava acontecendo... duvido. Por isso que saíram da comissão. Na hora de anotar as coisas, participar do mutirão... eu acho até que as mulheres tem que varrer e colocar o lixo porque estão acostumadas com isso em casa... e o homem tem que ir lá tirar o entulho, usar a força... mas até nisso agente se metia. (risos) (...) Mas na hora de apartar uma briga, bater de porta em porta para chamar para reunião éramos nós mesmo. Eles as vezes demoravam ‘uma hora’ para sair de casa para começar a reunião. E na hora de falar mais pesado com quem não estava fazendo... participando das coisas... sempre passavam a mão na cabeça de quem estava errado. É porque eles também não estavam fazendo.” (Entrevista realizada em 08 de maio de 2009).

3.6. GARANTIR !

O momento de garantir é a encruzilhada que definirá a construção do movimento social por moradia mais amplo e as bases da resistência contra as tentativas de desestruturação. De articulação de maiores esforços para a ampliação de consolidação de valores, para a incorporação da ocupação no circuito de redes de recepção de apoio e em troca a oferta de solidariedade.

3.6.1. A participação nas redes internas entre ocupações

Embora seja bastante recente (pode-se considerar que ganhou força apenas a partir de 2002), o movimento de ocupações urbanas conseguiu esboçar uma rede de relações solidárias e de discussões de políticas gerais para os movimentos. Essas redes são bastante carentes de recursos econômicos, portanto, ficam dependentes dos apoios externos, acontecem esporadicamente e geralmente não tem caráter decisório, apenas propositivo. Todavia já apresentam resultados positivos, pois têm animado a criação de uma rede substancial de apoios externos (político, jurídico e econômico) e conseguido prestar solidariedade a outros movimentos.

Em dezembro de 2006, foi organizado, na *Ocupação Confederação dos Tamoios* (por conta da estrutura da ocupação, que tinha cômodos grandes), o Pré-encontro da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), contando com a participação de representantes de 6 ocupações. Ao longo de dois dias de encontro foram exibidos vídeos de outras experiências (de ocupação de terras e de movimentos de ocupação urbana de São Paulo), debates (com a presença de militantes de outros movimentos como a Associação Livre dos Aqüicultores das Águas do São João – ALA) e uma assembléia (ao final do segundo dia); no começo de 2008, realizou-se o II Encontro da FIST (no Centro de Cultura Social/CCS-RJ), e no começo de 2009, o III Encontro (estadual), com a participação de vários movimentos sociais, no Sindicato dos Trabalhadores da Petrobras (SINDIPETRO).

Em diversas oportunidades houve reuniões de articulação entre as ocupações do Centro da cidade, basicamente *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, *Ocupação Zumbi dos Palmares* e *Ocupação Quilombo das Guerreiras*, com o apoio da Frente de Luta Popular (FLP), gerando discussões sobre projetos culturais e planejamento da

melhoria das condições dos imóveis, através de alguns canais de órgãos públicos que tem presença de apoios do movimento social, com a Defensoria Pública (Núcleo de Terras), que atua junto ao Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Dessas reuniões que contaram com o apoio da Central dos Movimentos Populares (CMP), organizou-se estrategicamente uma comissão de moradores que ficaria responsável por brigar pelos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Uma constatação muito presente entre os membros dos articuladores externos do movimento de ocupação é de que há poucas pessoas para fazer este trabalho, mesmo que seja o de pedir apoio, com necessidade, portanto, de maior formação militante dos moradores, como enfatiza Sérgio Xavier, 47 anos, morador da *Ocupação Xynayba 2*:

“As pessoas são pouco lutadoras. Tem que ser mais militante. A gente fala muitas vezes mais ainda tem muitos que ficam vendo televisão o final de semana todo. Não ajudam em uma reunião. E tem umas que nem querem saber do que está acontecendo. Eu venho a todas as reuniões. Porque nós precisamos. É um trabalho que precisa fazer. Estar nos lugares, ouvir, falar. (...) Essas pessoas precisam de uma formação de militante. Saber como funciona a sociedade fora do lugar onde a gente mora e porque que está acontecendo isso tudo... saber dos direitos.” (Entrevista realizada em 21 de novembro de 2008).

Mas alguns militantes da FIST começam a produzir um discurso bastante expressivo em relação à defesa ideológica da autogestão, como é citado nos estudos de Álvaro Ferreira:

“(...) outros movimentos de sem-teto, como a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST). Afirmam seus dirigentes que ‘a importância que damos ao trabalho com essas ocupações existe por acreditarmos que as ocupações urbanas questionam, em primeira instância, a propriedade privada, a especulação imobiliária e a lógica do lucro, ou seja, pilares centrais do capitalismo que, como tais, devem ser questionados e combatidos por meio da organização dos explorados’.”⁷⁵

⁷⁵ FERREIRA, 2008.

Ou como mostra o trabalho de pesquisa junto aos moradores realizado pela cientista social Scherer-Warren:

“Vale mencionar a organização de uma rede denominada Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), que é um Fórum geral de articulação dos movimentos de luta pela moradia, com atuação principalmente no Rio de Janeiro, com o objetivo de que as ocupações saiam da política estritamente local, que diz respeito só à comunidade, e passem a ‘trabalhar articuladas com as outras ocupações, com práticas de solidariedade e apoio mútuo’.”⁷⁶

Em 2005 articuladores da FIST já se mobilizavam, inclusive, para prestar apoio à resistência de moradores em situação de despejo, como foi o caso da ameaça à ocupação de um prédio da Ladeira do Russel no bairro da Glória (que acabou despejada).

No ano de 2006 houve a criação do Conselho Popular, que desde o início passou a contar com representantes (ou “presentantes”, como são denominados) de ocupações do Centro e da FIST. Essa rede de articulação é apenas para a elaboração de estratégias de resistência e solidariedade entre comunidades pobres ou em risco de despejo, articulando-se com apoios externos, que garantam defesa jurídica e propaganda. A resistência dos moradores da Comunidade do Canal do Anil (zona oeste) no final de 2007, articulada com o Conselho Popular, foi emblemática, pois impediu que houvesse a remoção de inúmeras famílias (ação determinada pela prefeitura do Rio de Janeiro, sob acusação de poluição ambiental, enquanto próximo à área permitiam e financiavam-se as obras da Vila Panamericana, com dano ambiental comprovado muito superior ao da comunidade).

Um dos momentos de bastante ricos tanto para a articulação da rede interna das ocupações como para a formação política dos seus moradores, são as manifestações de rua. As manifestações como o 1º de Maio e o Grito dos Excluídos, são exemplos e que tem sido organizadas nos últimos anos pelos próprios movimentos sociais (com forte apoio de movimentos externos). O *Primeiro de Maio* de 2007 e 2008, foram realizados nas proximidades da comunidade do Canal do Anil, articulado pelo Conselho Popular, e em 2009 em Santa Cruz, por uma rede mais ampla de sindicatos e organizações de esquerda, em apoio aos moradores de

⁷⁶ SCHERER-WARREN, 2009.

comunidades de pescadores e moradores da região expulsos pelas obras realizadas pela TCKSA (Companhia Siderúrgica Nacional).

3.6.2. Participação nas redes externas

Os articuladores das redes externas do movimento das ocupações urbanas, muitas vezes acabam cumprindo um papel “passarem o chapéu”. A estrutura e recursos para a autogestão compartilhada entre as ocupações ainda *anos-luz* insuficiente. Portanto, as redes externas servem em grande parte do tempo para dar apoio econômico à realização de reformas para a melhora das condições das habitações ocupadas, para a promoção de festas e encontros e a participação em manifestações de rua, quando não garantem também a renda de alguns articuladores das redes internas entre as ocupações. Essas redes externas têm sido essenciais também no apoio à elaboração das estratégias políticas de contato com os órgãos do Estado e na formação política dos moradores. As redes externas de apoio econômico são formadas basicamente por sindicatos de trabalhadores, compostos por direções com tendência política de *esquerda*. Já os apoios políticos e estratégicos são compostos por grupos de defesa jurídica e movimentos sociais ideológicos.

Em 2005 ocorreu um encontro de movimentos sociais em apoio às ocupações, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), articulado por estudantes universitários pertencentes ao Movimento Educação Libertária (MEL) e a Frente de Luta Popular (FLP) e moradores de duas ocupações da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST). Em setembro de 2006, com esta mesma articulação, ocorreu também o *Ocupando o Circo Voador*, convocada pelos estudantes universitários para as ocupações, realizado na casa de show *Circo Voador* no bairro da Lapa. O evento contou com a participação de representantes de mais de 17 ocupações urbanas e, como declara um dos organizadores do evento Fernando Mamari⁷⁷, tinha a proposta de:

“...reunir o movimento dos sem teto do Rio de Janeiro. (...) Fazendo um paralelo com São Paulo, o panorama é bem diferente. Hoje existem

⁷⁷ à época estudante de Geografia da UFRJ e integrante da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da COPPE – UFRJ.

movimentos de sem-teto bem fortes. Aqui no Rio existem muitas iniciativas espontâneas, mas que carregam consigo um teor de autogestão, democracia direta, uma nova cultura de solidariedade, que vão espontaneamente surgindo. Mas se isso não for cultivado por acabar se perdendo, inclusive com a conquista do direito à moradia. E essas áreas podem acabar se tornando 'cortiços', digamos assim. (...) Neste evento nós reunimos 17 ocupações, pessoas se conheceram, pessoas tomaram noção da amplitude desse movimento (que configura de forma não organizada, mais de 60 ocorrências), teve apresentações teatrais, manifestações artísticas e falas políticas abertas e ficou marcada uma articulação para o dia 11 de outubro na Ocupação Zumbi dos Palmares, que fica na Praça Mauá..." (Entrevista realizada em 23 de setembro de 2006)⁷⁸.

Em 2008, fruto da participação de militantes de outros movimentos sociais na resistência dos moradores do Canal do Anil, criou-se a Plenária dos Movimentos Sociais, com uma linha bastante forte de apoio às ocupações urbanas e participação de moradores de ocupação. A Plenária foi a rede responsável pela articulação do *Primeiro de Maio* no bairro de Santa Cruz, do presente ano, conseguindo estrutura para mobilizar diversos movimentos, dentre eles moradores dos movimentos de ocupações.

3.6.4. Demonstração de experiência com as tentativas de despejo de outras ocupações

Neste prazo de crescimento e desenvolvimento dos movimentos de ocupação urbana, com a ocorrência de novas ocupações realizadas pelo movimento social já mais articulado, ou ocupações que se integraram aos movimentos sociais ou o surgimento de novos militantes, houve também algumas perdas. Tanto com ocupações mais articuladas e organizadas como a *Ocupação Poeta Xynayba* ou mais desarticuladas como a *Ocupação Confederação dos Tamoios* e a *Ocupação Lima Barreto*. A violência policial e a carga de injustiça provocada pela perda da posse da ocupação podem causar desmobilização e descrédito, principalmente por causa da desorganização ainda maior da vida social e econômica dos moradores. Todo ato de despejo sempre está cercado de violências promovidas pelas instituições do Estado, através do desrespeito e da humilhação, das agressões

⁷⁸ Site *Youtube*. Disponível na internet: <<http://www.youtube.com/watch?v=dVVUNHy3zbs>>. Acesso em 07/08/2008.

(mais violentas quando há resistência) e danificação dos pertences das pessoas envolvidas.

Entretanto, vários dos moradores que passaram pela situação de despejo levam isso como aprendizado. O despejo para quem consegue ainda se reerguer serve como momento de formação e estímulo um posicionamento individual mais ativista, como demonstra Maria da Penha Pinheiro:

“No dia em que o choque da polícia veio para nos tirar, eu fiquei arrasada. Tinha muita polícia. Eu fiquei gritando da janela e nem eu sei direito o que eu estava gritando. Só sei que eu fiquei com uma raiva e falei mesmo, sobre a minha dívida do aluguel que eu nem queria que ninguém ficasse sabendo⁷⁹. (...) Quando eles arrombaram minha porta para tirar as coisas e eu olhei na cara dos policiais e da senhora [oficial de justiça] eu não tive mais reação nenhuma. Sentei e comecei a chorar. (...) Meu filho tava todo tenso também, porque era justamente quando ele tinha acabado de juntar o dinheiro para pagara a pensão da filha. A mãe colocou ele na justiça e ele já quase foi preso por isso. (...) Mas depois que a gente resistiu e conseguiu voltar, a vontade é de ser militante. Tem que ser militante. Estou de corpo e alma na luta da ocupação *Guerreiros do 510*.” (Entrevista realizada em 29 de fevereiro de 2009).

Nuvem Catarina que depois de ter sido despejada da Ocupação Poeta Xynayba, estimulou-se para organizar moradores que quisessem formar uma nova *Ocupação, a 16 de Abril*, que também foi despejada, e embora esteja morando novamente de aluguel no Morro do Borel, continua alerta para uma próxima oportunidade, como declara:

“Eu não tenho dúvida de que ir para uma ocupação é uma oportunidade para nós que não temos condição de pagar e estamos sem emprego. Eu só acho que tem que fazer bem organizado. Nós estamos conversando para reunir as pessoas, mas ta difícil é achar um lugar seguro e que não esteja dominado. Se não, não vale a pena. (...) A ocupação em Vila Isabel era um sonho, mas vamos esperar que vai aparecer e um dia a gente vai ter a nossa casa.” (Entrevista realizada em 05 de junho de 2008).

⁷⁹ Um grupo de apoio (Centro de Mídia Independente / CMI) filmou a ação de despejo e tomou algumas entrevistas com militantes e membros do movimento de ocupação. Site *Youtube*. Disponível na internet: <<http://www.youtube.com/watch?v=mJtoyP7VIE0&feature=related>> Acessado em: 08/05/2009.

3.7. Considerações gerais sobre os movimentos sociais de ocupação urbana

A partir da realização de entrevistas com moradores/militantes de ocupações urbanas do Rio de Janeiro e da observação do cotidiano, foram analisadas as características identitárias e participativas existentes e com isso possibilitar a descrição deste tipo de organização em um panorama de desenvolvimento da política autogestionária, baseadas inicialmente nos três distintos momentos.

Pelo visto, a experiência prévia de cada morador, compartilhada entre os demais, através das comunicações realizadas no interior do novo espaço de sociabilidade, a ocupação, é capaz de promover os primeiros significados de morar e pertencer a uma nova comunidade. Posteriormente ao momento de *ocupar*, as trocas de experiência são capazes de criar novas identidades. As primeiras experiências de organização interna possibilitam que se faça o reconhecimento de si como sujeito da própria ação política, individual e coletivamente. Nesse momento surgem as primeiras vivências de democracia direta, na realização de assembleias regulares e na participação de todos os moradores em reunião, organização de comissões ou atribuições individuais na realização de algumas funções, organização de mutirões, confraternizações e festas, são elementos práticos que garantem a unidade para a *resistência* e a organização de um movimento social autogestionário de fato. O momento de *garantir* desdobra-se na capacidade de aperfeiçoamento da organização interna, ao mesmo tempo em que articula a busca de apoio externo e a solidariedade aos demais movimentos sociais, isto é, na construção de articulações políticas e sociais para a criação de estruturas de formação e comunicação mais amplos.

Todavia, se deste ponto em diante, o movimento de ocupações urbanas se aproximar dos espaços de articulação política oferecidos pelo Estado, algo que se configura distante da vontade da grande maioria, o evento deve ser analisado com precaução. Há grande possibilidade de que ações cooptação estão sendo ativadas, por terrorismo, propaganda ideológica massiva ou favorecimento político ou financeiro de indivíduos. A ousadia de se apropriar de imóveis, muitos deles propriedades particulares e patrimônios públicos sem função social, organizar-se autônoma e democraticamente e fazer propaganda sobre a eficácia da ação destes movimentos, inclusive em lemas como: “*se morar é um direito ocupar é um dever*”,

fazem deles perigosos. A ação dos movimentos de ocupação urbana mexem com princípios basilares estatistas e capitalistas, sem exagero. Portanto, pode-se constatar que configuram uma realidade com a qual vale a pena para as classes dominantes dedicar-se em abduzir suas demandas e lideranças e deslegitimar suas estratégias.

3.8. Tabela de Entrevistados e das Ocupações Urbanas

Entrevistado/a	Ocupação em que reside	Idade
Tereza Jarbas	Poeta Xynayba / 16 de Abril	45
Nerivânia Souza	Domingos Passos	37
Nuvem Catarina Jarbas	Poeta Xynayba / 16 de Abril	26
Sula David	Poeta Xynayba / 16 de Abril	28
Edson Severo	Margarida Maria Alves	45
Cleuza Assis	Poeta Xynayba	52
Rose Souza	Guerreiros do 510	41
Solange Nunes	Vila da Conquista	67
Romildo Almeida	Poeta Xynayba	70
Aparecida Matos	Domingos Passos	42
Maria da Penha Pinheiro	Guerreiros do 510	45
Leonardo Pinheiro	Guerreiros do 510	23
Regina Jarbas	Poeta Xynayba / 16 de Abril	42
Monique Dias	Domingos Passos	39
Marco Augusto da Cruz	Vila da conquista	42
Ireni Pereira	s/n – “Neira”	42
Marco Augusto da Cruz	Vila da conquista	42
Evelin	Guerreiros do 510	28
Vandara	Guerreiros do 510	31
Rogério José dos Santos	Guerreiros do 510	41
Rafael Jarbas	Poeta Xynayba / 16 de Abril	26
Elizabeth Silva	Guerreiros do 510	52
Monica Beatriz Herrera	Manoel Congo / Alípio de Freitas	45

Sérgio Xavier	Poeta Xynayba 2	47
Inimá Leite Flores	Domingos Passos / Conf. dos Tamoios	52

Ocupação	Bairro/Localidade	N. de famílias	Existente/despejada
Poeta Xynaíba	Tijuca	41	despejada
Domingos Passos	Sampaio	15	existente
16 de Abril	Vila Isabel	10	despejada
Alípio de Freitas	Centro - Rua Relação	> 20	existente
Guerreiros do 510	Centro, Rio - Rua Gomes Freire	20	despejada acidente* junho 2009
Manoel Congo	Centro, Rio - Rua Alcindo Guanabara	40	existente
Revolta dos Malês	Centro, Rio - Rua Mem de Sá	70	despejada
Margarida Maria Alves	Trindade – São Gonçalo	10	existente
s/n	Centro, Rio - Rua Rodrigues Alves	80	existente
s/n	Costa Barros, Rio - Estada de Botafogo, Neira	120	existente
Vila da Conquista / Nelson Faria Marinho	Costa Barros, Rio - Estada de Botafogo, Neira	120	existente
Confederação dos Tamoios	Cosme Velho, Rio – Largo do Boticário	24	despejada
Xynayba 2	Praça da Bandeira, Rio	6	Existente

4. CAPÍTULO III - HISTÓRIA DA DEMOCRATIZAÇÃO E LUTA PELA REFORMA URBANA NO RIO DE JANEIRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

4.1. O período de redemocratização

Depois de encerrados os anos de ditadura militar e iniciada a trajetória de reconquista de espaços democráticos de algumas parcelas da sociedade brasileira, o panorama político do país entra em um círculo de transformações bastante diferenciadas. No final da década de 80 o aparelho estatal brasileiro recobra o desenvolvimento de suas funções administrativas e institucionais, visando o desempenho dos organismos públicos para atender a população que reclamava pela utilização de seus serviços. Os objetivos perseguidos pelas parcelas da sociedade que tinham inserção neste novo Estado – setor privado (lucrativo ou não) e sociedade civil/classes médias – buscaram consolidar a eficiência, a efetividade e a democratização, com o envolvimento das comunidades setoriais nas decisões relativas às ações públicas e à descentralização dos serviços sociais. Tanto correntes à direita quanto à esquerda destacavam a descentralização na reforma do Estado, embora sob fundamentos diferenciados: para uns a defesa do liberalismo político, como instrumento de defesa das liberdades individuais, para outros a construção de uma gestão do Estado com alargamento da participação nas decisões públicas. Em nível governamental, houve mobilização de ambos os setores para que as municipalidades adquirissem maior autonomia, principalmente as capitais, com o estabelecimento políticas e legislações próprias.

Contudo, as cidades haviam adquirido enorme contingente populacional e a acumulação de renda havia crescido absurdamente durante o período de governo

militar. O quadro de mudanças do espaço rural, que se mecanizou em larga escala e, conseqüentemente, expulsou em massa comunidades de trabalhadores camponeses, acrescido à falsa propaganda do eldorado urbano, de larga disponibilidade de emprego e qualidade de vida, consolidou novos espaços geográficos e identitários no interior das metrópoles. Os movimentos populares advindos desta realidade e novas identidades, com infundáveis demandas que variavam desde as necessidades materiais básicas ao direito de organização, observavam condições um pouco mais favoráveis para seu desenvolvimento político, no rastro do processo de reformas do Estado.

4.2. As associações de moradores

Antes mesmo da ditadura militar, algumas associações de moradores de bairros pobres e favelas consolidavam-se em torno da identidade comunitária e formavam canais de articulação dos movimentos populares. Na metade da década de 1950, surge, no rastro da movimentação original dos moradores de favelas, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), com a presença expressiva de lideranças sindicais, especialmente dos sindicatos dos têxteis e o da construção civil (que se definia como organização apartidária, mas que tinha algumas integrações com o Partido Comunista – PCB). Com o crescimento do movimento de favelas, em 1961, o governo estadual do Rio, através do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA)⁸⁰, propõe a “operação mutirão” e funda artificialmente associações de moradores “em 75 favelas, todas comprometidas a executar, sempre em acordo com o poder público, melhorias nos espaços das favelas (...) que, na prática, contribuía para a subordinação política dos moradores. No mais das vezes, atuavam como intermediárias no jogo entre os ‘interesses dos favelados’ e os interesses das diferentes instâncias de governo, reforçando uma cumplicidade pouco produtiva para os moradores das favelas entre as lideranças locais e o poder público”⁸¹.

Neste prazo, no Rio de Janeiro (que junto com São Paulo formavam as cidades com maior contingente populacional e com os mais graves índices de déficit habitacional), criava-se a Federação das Associações de Favelas do Estado da

⁸⁰ Criado em 1956.

⁸¹ MEDEIROS; CHINELLI, 2001.

Guanabara (FAFEG)⁸², composta por cerca de 80 associações comunitárias, mas com atuação bastante restrita. No espaço político dos setores privados e sociedade civil criava-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que englobava políticos, intelectuais e entidades de pesquisa com o intuito de promover uma nova estrutura de organização do estado para a cidade.

Em 1981, no 1º congresso da FAFERJ eram defendidos, dentre vários pontos, a luta pela desapropriação de todas as áreas faveladas e da posse aos moradores, reconhecimento das favelas como área urbana e participação no planejamento de instituições públicas, exclusivas para estas áreas (como CEDAE, COMLURB, etc) e reivindicação de orçamento público (3% da renda bruta do Estado) para aplicação em obras. Durante o governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, a pressão destes movimentos teve repercussão no destaque que foi dado à redução das remoções para conjuntos habitacionais distantes, maior regularização fundiária, investimentos em infra-estrutura e auxílio à autoconstrução em favelas. Por outro lado, em 1982, o referido governo aprovou o programa *Cada Família, um Lote* (CFUL), clientelista (financiado com fundos de agências financeiras internacionais, como o BID) e sem grandes espaços de participação. As associações de moradores fizeram pressão e ao menos conseguiram a aprovação do *Projeto Mutirão* e insistiam em canais que possibilitassem a formulação de políticas que comportassem as populações de favelas, atentando para o direito de participação da população que sofreria a intervenção do Estado. Além do caráter de exceção e personalista das ações que ocupam o espaço político das favelas e bairros pobres, freqüentemente o Estado praticou a cooptação de lideranças dos movimentos populares e esvaziou as organizações combativas tanto na base do movimento como na própria representação da FAFERJ.

Paralelamente, junto aos movimentos populares, a ação da Pastoral de Favelas auxiliou na organização de uma parte bastante significativa de associações de moradores empenhadas numa concepção de movimento autônoma em relação ao Estado, priorizando a mobilização da comunidade⁸³. O incentivo à organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o auxílio de um serviço de assistência

⁸² Com a unificação dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em 1974, a FAFEG, passou a denominar FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. (BRUM, 2006)

⁸³ BRUM, 2005.

jurídica, foram essenciais como instrumento de mobilização e articulação das bases dos movimentos populares e na luta pela posse da terra urbana. Para além da prática, a *Teologia da Libertação* foi o elemento ideológico que consolidou um sentimento de autonomia nestes movimentos populares (inclusive dentro das estruturas da igreja católica), com matizes que iam do socialismo libertário, ao anarquismo e à adoção de elementos marxistas⁸⁴.

Na década de 80, como iniciativa dos advogados que atuavam para as Comissões Pastorais da Terra (CPTs) e para o Instituto de Apoio Jurídico Popular (IAJUP), com sede no Rio, formou-se a Associação Nacional de Advogados Populares (ANAP). Destes grupo de advogados que mais tarde fará a defesa de movimentos sociais como Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), às CPTs e movimentos de sem teto surgentes e será criada a Rede de Advogados Populares (RENAP) em 1996, no então II Encontro Nacional (São Paulo), como resposta à crescente criminalização dos movimentos sociais e transformação dos problemas sociais do país, partindo da necessidade de agregar e aglutinar profissionais do Direito para melhorar o trabalho de assessoria jurídica, debatendo e esclarecendo as estratégias na defesa jurídica processual e com a finalidade de fomentar a defesa dos direitos humanos como políticas públicas, articulando atores da sociedade civil capazes de atuar na ação concreta de promoção e efetivação destes direitos, contribuindo com a luta emancipatória dos movimentos sociais populares⁸⁵.

No final da década de 1990 o movimento popular encontra-se esfacelado, a exemplo da redução da FAFERJ a mera correia de transmissão dos programas de governo (vide criação do *Grupo dos 16*, para o favorecimento de presidentes de associações de moradores isolados, das 16 áreas que foram atendidas na primeira fase do programa *Favela-Bairro*), observando-se que quase nenhuma regularização fundiária entrava em pauta, muito menos o direito de organização política de base das comunidades sem que fossem criminalizada. Os poucos espaços de discussão e planejamento político urbanos existentes, os fóruns do Plano Diretor da sociedade civil, foram suplantados pelos governos dessa época, chegando, inclusive, à desativação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) em 1997, que já

⁸⁴ RICCI, 2000.

⁸⁵ STURZA e CASSOL, s/d.

havia sido anulado desde 1994 pela criação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH-RJ).

4.3. As ONGs

No rastro do crescimento dos problemas sociais nas áreas pobres e favelas e da realidade de cooptação dos movimentos populares surgem inúmeras instituições multiclassistas e auto-denominadas como “Terceiro Setor” (ou seja, que cumpriam um papel intermediário e de mediador entre governo e grupos econômicos do mercado): as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estas instituições se constituíram basicamente pelo voluntarismo de setores da sociedade civil que tem a ideologia de conciliação de classes e, por conta disso, atraíram as atenções de empresas e indivíduos da elite econômica da cidade e do exterior.

A classe empresarial, por dentro do Congresso Nacional do estado brasileiro, desde os primeiros anos do governo Collor já havia conseguido aprovar uma lei que previa o estímulo ao investimento em ações sociais no campo da cultura por empresas instaladas em território no Brasil, que seriam revertidos em desconto nos impostos pagos por essas empresas ao governo, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet. A repercussão destas instituições e o lobby promovido nos governos posteriores foi tanta que começaram a surgir uma série de leis que permitiam a empresários e indivíduos destinarem parte de seus impostos a ações ligadas à área sociocultural. No âmbito municipal foi criada a Lei de Incentivo Fiscal – Lei 1.940 de 1992. No âmbito Estadual foram criadas a Lei de Incentivo Fiscal – ICMS, Lei nº. 1.954 de 1992, e os decretos em 1994, 1998 e 2001. No âmbito federal, as principais criadas foram: os Fundos da Infância e da Adolescência (regulamentada pela Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995) e a Lei de Doação às Entidades de Utilidade Pública Federal e às entidades qualificadas como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) pela Lei 9.790 de 23 de março de 1999.

Vale ressaltar que a década de 1990 foi marcada por governos neoliberais e privatistas. Portanto, era (e ainda é) forte a conveniência foi incentivar as iniciativas do Terceiro Setor para que substituíssem a responsabilidade do Estado na execução

de políticas públicas e promoção de serviços⁸⁶ nas áreas de pobres. Esse panorama deu ensejo ao início de um período de “bem-estar pluralista”⁸⁷. Ou seja, diferentemente das políticas de bem-estar social tradicionais do século XX, onde o apenas estado atuava na promoção de políticas de minoração da graves desigualdades sociais, agora a própria sociedade civil atuaria como executora dessas políticas, tutelada pelos governos e mantida pelos grupos econômicos do mercado. ONGs como a *Viva Rio* cresceram e se enraizaram justamente na guia das leis de incentivo fiscal e de programas sociais do governo, que nesse caso ocorreu junto ao desenvolvimento do *Favela-Bairro* no início da década de 1990. Mais recentemente as ONGs *Afroreggae* e *Central Única das Favelas* (CUFA) cresceram com os recursos de novas leis de incentivo como a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 29.de dezembro de 2006) e o recentíssimo a Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em menos de uma década esse ramo daria um salto, com forte estratégia de mobilização da opinião pública e injeção de capital para a criação de projetos que promovessem ações democráticas, de direitos humanos, inserção social, redução da violência, etc. Portanto, as ONGs, em pouco tempo, pela maior disposição de recursos e investimentos, ocuparam o lugar das associações de moradores ou forçaram a que estas entrassem em sua lógica projetos comunitários “de resultados”⁸⁸ e, conseqüentemente, destituíram os movimentos populares da posição de interlocutores hegemônicos das reivindicações populares.

4.4. Retorno do Sindicalismo de Base e o Novo Sindicalismo

No início dos anos de 1980, organizações de trabalhadores empregados, reunidos em encontros estaduais, os Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (ENCLATs), preparavam a organização de um movimento nacional. Em 1981 realizava-se a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em São Paulo, da qual participaram não apenas confederações e federações mais tradicionais, como também muitos núcleos de base, que prefiguravam. Por conta deste último fator, surgiu da I CONCLAT a formação de uma Comissão Pró-Central

⁸⁶ BRUM, 2006.

⁸⁷ PEREIRA, 2000.

⁸⁸ TENÓRIO, 1995.

Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), dando protagonismo mais aos setores mais radicalizados do que à antiga burocracia sindical. Em 1983 os grupos mais à esquerda organizaram as bases para a criação da CUT, e convocaram o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (usando também a sigla CONCLAT). O tema da greve geral (bandeira do tradicional sindicalismo revolucionário), era aprovado como estratégia da organização (encampada pelo “Bloco Combativo”, agregado entorno da bandeira “CUT pela Base”, composto por militantes da base sindical, grupos da esquerda radical, setores progressistas da Igreja Católica e independentes) e, em 1982, deveria ser posta em prática como forma de anunciar o nascimento da CUT e pressionar o governo e patrões. O bloco contrário (“Bloco da Reforma”, de composição de indivíduos de pouca atuação sindical, além de partidários dos dois Partidos Comunistas e do MR-8), no mesmo ano, inaugurava uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras e conservava a legenda CONCLAT (bloco que seria responsável pela criação da Central Geral dos Trabalhadores / CGT, em 1986). Em 1983, mesmo dividida, foi fundada a CUT, sustentada pelas teses mais à esquerda. Mas até o III CONCLAT, em 1988, em Belo Horizonte, gradativamente a hegemonia da direita ganharia força, encampada cada vez mais por uma burocracia sindical, que passava a ser representada pela corrente *Articulação*, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT)⁸⁹.

Em 1991 é fundada outra central sindical, a Força Sindical, no 1º Congresso da Força Sindical, para a construção do “sindicalismo de resultados”. Era a fusão entre o sindicalismo atrelado ao Estado e a adoção da agenda pragmática do neoliberalismo. A CUT, passa a dificultar mais ainda a participação das bases ao adotar o conceito de Câmaras Setoriais; participa no acordo da reforma da Previdência (FHC); acolhe as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na sustentação da estrutura sindical; participa na flexibilização dos direitos e regulamentos, por meio de Programas de Demissão Voluntária (PDVs); defende o “sindicalismo orgânico”, mediante a participação tripartite; privilegia a conciliação em detrimento da mobilização; e limita-se às preocupações com a produtividade, a competitividade e a lucratividade das empresas: é o “Novo Sindicalismo”.

Enfim, esse processo foi importantíssimo para modelar a CUT e transformá-la em correia de transmissão do governo da república do PT, a partir de 2002. Nos

⁸⁹ SAMIS, 2009.

primeiros momento do governo Lula são incorporados dirigentes sindicais às estruturas do Estado, à administração dos fundos de pensão (a PREVI e a PETROS), etc. e a CUT participa, diretamente, do debate das reformas sindicais e trabalhistas, alegando que representa 3.326 entidades, 7.468.855 trabalhadores(as) filiados(as) e 22.487.987 trabalhadores(as) na base. No entanto, a unidade da CUT duraria apenas alguns meses durante o governo Lula, havendo a desfiliação diversos sindicatos e a criação de inúmeras “centrais” sindicais: CONLUTAS, INTERSINDICAL, CTB etc. e aprofunda-se a tendência de distanciamento entre as cúpulas e as bases sindicais. Essas novas centrais são fundadas cada uma delas por um partido (dos contrariados e dissidentes da aliança com o governo Lula), sendo utilizadas como instrumentos e base de suas campanhas, portanto, constituídas por uma elite sindical burocrática e corporativa e com pouco interesse na inserção e participação da base.

4.5. A questão urbana e o naufrágio da participação popular

No início da década de 1980 houve o processo de composição das bases do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais à frente, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com propostas democráticas, de distribuição de renda, proteção social e participação, o que fez com que um conjunto de associações de bairro e de moradores de favelas aderissem à via partidária. Propostas como as do *orçamento participativo* ganharam aceitação entre os movimentos populares. Entretanto, a redemocratização do plano de escolhas governamentais, pelo contrário, não evitou que setores de direita ganhassem mais espaço e que propostas mais populares, com algumas exceções localizadas, tivessem pouca ou nenhuma expansão.

Entretanto, a experiência na tentativa de participação institucional mostrava aos movimentos sociais que esta via política era em si excludente às parcelas mais pobres e da classe trabalhadora, o que fica explícito no processo de aprovação Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (1992) e no decorrer dos governos de César Maia (1993-1996) e Luis Paulo Conde (1997-2001), pautados pela “reconstrução” da cidade, com a criação de programas como o *Favela-Bairro* e o *Rio-Cidade*. Neste sentido, o espaço de negociação política, já limitado, foi substituído por trabalho técnico de ordenamento social, escondendo questões ideológicas de fundo.

Os novos programas intensificaram o caráter clientelista das políticas governamentais, com aplicação de investimentos financeiros altíssimos e obras de grande visibilidade, forte instrumento de cooptação dos movimentos populares. Neste processo as áreas pobres passaram a serem consideradas como território integrado à cidade, ao mesmo tempo que suas expressões políticas passaram a serem associadas aos riscos que ofereciam à ordem urbana estabelecida, pois que as questões sociais não se resolviam e crescia a violência, associada tráfico de drogas e à marginalidade.

A entrada de Luiz Inácio da Silva (Lula) na presidência da república em 2002 apenas mudava a orientação do planejamento urbano, mas que em essência continuou sendo o mesmo. Inicialmente, houve entusiasmo em torno da expectativa de democratização política e da realização de uma reforma urbana profunda, confirmada pela criação do Ministério das Cidades e a regulamentação de Conselhos Municipais de política urbana. O setor privado, movimentos da sociedade civil e movimentos populares aproximaram-se destas instâncias, inclusive organizando um espaços de debates públicos denominados Fóruns Estaduais de Luta pela Reforma Urbana (FELRU) – compostos por representantes de centros e institutos de pesquisa social, grupos de defesa dos direitos humanos, ONGs, intelectuais, advogados e movimentos sociais – e sua congregação nacional (FNLNU). Contudo, a desorientação destes movimentos, a completa desarticulação para assumir uma estrutura política nova (que representava alguns traços dos anseios de diversos setores, mas que foi construída de cima pelo governo federal), adicionados ao fato que o governo federal gradualmente passou a centralizar as decisões e a criar programas nacionais de investimento urbano, engessou o desenvolvimento político da própria estrutura recém criada.

Entretanto, como mostra Luiz Antônio Machado da Silva, discutindo a tese de Alba Zaluar e Marcos Alvito na obra *Um Século de Favela*, se por um lado a Favela “venceu”⁹⁰, no nível da visibilidade, por outro os moradores dessas áreas não⁹¹. O fato de a favela ser encarada como questão social e estaria extinta a política de remoção não proporcionou a maior participação política, ao contrário, desestimulou

⁹⁰ Ver ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁹¹ MACHADO DA SILVA, 2004.

a organização dos movimentos sociais, que haviam lutado para a conquista de direitos nos anos anteriores.

Nesse paradoxo, se por um lado a remoção não era a solução para o “problema da favela”⁹², as favelas continuaram a não serem incluídas pelos aparelhos do Estado no plano dos direitos civis de segurança pública. Ao contrário, ganhou força nas esferas estatais o argumento de que a população moradora, por estar em convivência cotidiana com as quadrilhas criminosas nesses territórios, contribuía para a apologia ao crime praticado por elas. Conseqüentemente, ao invés de segurança o Estado investe no ataque generalizado às áreas pobres (a exemplo dos tiroteios a esmo nas favelas em atuação de combate ao tráfico de drogas). Conseqüentemente, estas ações não dissociaram a organização de movimentos sociais de luta por direitos à resistência das quadrilhas do narcotráfico contra a Polícia. Nesse sentido, há um intenso processo de criminalização dos dirigentes dos movimentos sociais de associações de moradores e de defesa de direitos humanos nestas áreas, que se opõem às ações policiais desenvolvidas sob essa lógica⁹³.

O quadro opressivo completou-se com o despotismo da ação de traficantes, que ao final da década de 1990 já se constituíram em uma rede de atuação coordenada em quase todas as favelas da cidade e era dividida em facções em disputa por território. Mais recentemente, expandiu a ação da *Polícia Mineira* (as *milícias*), que foi forjada como o braço do poder estatal onde o ele ainda não tem total controle repressivo e para onde o governo ainda pode deslocar sem grandes conflitos o contingente da população das áreas valorizadas da cidade. As *milícias*⁹⁴ são oriundas dos grupos de extermínio liderados por militares e ex-militares (alguns deles desligados da corporação), que tem o objetivo de garantir a sua ordem com a expulsão do tráfico de drogas local. Em muitos casos, o comércio de drogas é refeito pelas milícias com maior eficiência, sem os desvios e as disputas da juventude que compõe o tráfico das facções. Em paralelo, as milícias formaram uma rede de serviços sob seu controle, como os de transmissão de TV a cabo, transporte alternativo, eletricidade, etc.; além disso, promovem festas e atuam também na especulação imobiliária informal, loteando, alugando e vendendo terrenos. Neste

⁹² MACHADO DA SILVA, 2004.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Termo já bastante popularizado, mas que foi intensamente propagandeado pela grande imprensa, por darem a idéia de que são apenas frentes de segurança a favor da própria população para áreas pobres dominadas pelo tráfico, mesmo reconhecendo a ilegalidade delas.

processo, alguns deles garantem a eleição para os governos estaduais e municipais⁹⁵.

Nos últimos anos a atuação de movimentos sociais e, inclusive, das ONGs foi em grande medida inviabilizado por essa situação. Em 2001 articulou-se o *Movimento Popular das Favelas*, composto de mais de 60 lideranças comunitárias, ativistas ligados a ONGs, militantes de movimentos sociais específicos e representantes de instituições governamentais, porém, durou um pouco mais de dois anos. Em 2006, integrando alguns representantes de associações de moradores, movimentos comunitários e algumas ocupações urbanas, surge o *Conselho Popular*, com apoio da Pastoral das Favelas, da RENAPE e um grupo de defensores públicos. Esse movimento social é criado com a finalidade de resistir contra os despejos e a violência promovida pelo Estado contra as comunidade pobres. São ativas neste movimento as comunidades de Vila Autódromo, Arroio Pavuna, Canal do Anil (em Jacarepaguá), Itanhangá, Recanto da Barra, comunidades do bairro de Vargem Grande ligadas ao Movimento de União Popular (MUP), comunidade do Horto, comunidade do Alto da Boa Vista (ligada ao Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista / CONCA), moradores do Morro do Alemão e ocupações do Centro. Paralelamente, forma-se a *Plenária dos Movimentos Sociais* para dar apoio e divulgação à resistência dessas comunidades.

Há menos de 2 anos, o governo federal, aliado ao governo estadual, vem intensificando a política do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), como aperfeiçoamento dos programas criados no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para “limpar caminho” para a implementação do projeto, ele tem destinado grande volume de recursos ao Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado, para o uso da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE). Em muitos casos os recursos têm terminado com as milícias e traficantes, já bastante implantados dentro das associações de moradores ou montado suas próprias associações de onde fizeram acordos com o governo para que haja a tranquilidade das obras. Os recursos do PAC oferecem destinam-se também às empreiteiras responsáveis pelas obras, com a redução das alíquotas de impostos dos materiais de construção reduzidos em cerca de 7% e outras facilidades da implantação da

⁹⁵ R.D.P., 2009.

“engenharia cidadã”⁹⁶; os novos imóveis, por ficarem em áreas de realização de projetos milionários de teleféricos, elevadores e planos inclinados, passam a ser supervalorizados, inviabilizando sua ocupação pela maioria da população. Ou seja, a expulsão em massa dos moradores destas áreas tem se dado pelas falsas promessas, pela especulação imobiliária, pelo medo ou pelos assassinatos em chacinas como a das favelas da Coréia, Alemão e Muquiço em 2007 (somando mais de 60 mortos em poucos dias de intervenção)⁹⁷.

Em janeiro de 2009, o governo federal colocou em ação o PAC da Habitação, ainda mais desprovido de concepções sociais e definido pelo pragmatismo eleitoral para a possível candidata do PT à presidência da república, Dilma Rousseff. Além disso, o governo federal também iniciou as ações do PAC da Segurança, o Programa de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que prevê o aumento do número de policiais federais, o aumento dos salários da polícia e a construção de mais presídios, com orçamento previsto de mais de quase R\$ 7 bilhões. Portanto, como todo o volume de recursos do PAC da Habitação, quanto da Segurança, passará pelas respectivas secretarias municipais e estaduais, estes foram locais estratégicos de ocupação de cargos para os setores ligados a especulação imobiliária, ao desvio de verba e ao apoio aos grupos paramilitares.

4.6. Novos Movimentos Sociais: as Ocupações Urbanas

Entretanto, em fins da década de 1990, em meio à crise da mobilização política dos movimentos sociais, despontava discretamente a alternativa de organização das ocupações urbanas, um alento à construção da democracia na área urbana. Esses movimentos eram forjados no tumulto da explosão do déficit habitacional e, ainda, da violência promovidas por instituições estatais e de facções marginais, forças paramilitares autorizadas (ou parapoliciais), contras as populações mais pobres e da institucionalização e perda da legitimidade social das associações de moradores.

Em 1998, formavam-se já alguns movimentos de luta pela moradia que discutiam a expropriação de imóveis abandonados e em atividades isoladas esses

⁹⁶ SACKS, 2009.

⁹⁷ SALLES, s/d.

movimentos agregam famílias, que tem prévia discussão sobre a organização, para ocupar, resistir contra o despejo e desenvolver outras atividades políticas. A Ocupação Revolta dos Malês, em um prédio de mais de 80 apartamentos (patrimônio abandonado da UERJ) na Rua Mem de Sá, Centro do Rio, foi o primeiro exemplo. Porém, após dois anos de existência, a ocupação acaba se desestruturando, pois há forte divisão interna, ocasionada pela infiltração de agentes policiais a serviço da especulação imobiliária por parte da administração da prefeitura da Universidade. Nesta mesma linha surge a Ocupação Olga Benário, em um grande terreno em Campo Grande, com mais de 120 famílias, que em pouco tempo já tem praticamente todas as casas feitas de alvenaria, ruas demarcadas e sistema de esgoto, água e luz organizados. Com o crescimento dos grupos da *polícia mineira* (que ficaram conhecidas pela imprensa como “milícias”) essa Ocupação acabou sendo ameaçada e em 2006 perdia sua organização interna, tendo pessoas expulsas, assassinadas e venda de lotes e casas. No Centro da cidade, com a mesma composição de grupos responsáveis pela organização da Ocupação Revolta dos Malês, juntam-se novamente para realizar a Ocupação Chiquinha Gonzaga, com quase 70 famílias, em prédio abandonado pelo INCRA, próximo à Central do Brasil. A grande inspiração das ocupações urbanas estavam na correspondência com a ação das ocupações de terras em áreas rurais, especialmente pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A partir destas ocupações respectivamente formam-se os movimentos sociais Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST) e Frente de Luta Popular (FLP), que agregarão força para resistir junto às próximas ocupações. Surgem a Ocupação Vila da Conquista e Ocupação Nelson Faria Marinho que apareciam em dois terrenos abandonados no bairro de Curicica (que mais tarde, por serem lado a lado, juntaram-se), com cerca de 150 famílias; e a tentativa da Ocupação Quilombo das Guerreiras (I) (em prédio abandonado pelo INSS no Centro)⁹⁸. Porém, no transcorrer dos processos de organização e mobilização, cada uma das frentes terá atuação separada. A Ocupação 17 de Maio, com cerca de 200 famílias (em terreno abandonado nos fundos do local conhecido como Vila Olimpo II, no município de Nova Iguaçu); a Ocupação Zumbi dos Palmares, com quase 100 famílias, em prédio

⁹⁸ A tentativa de ocupar o Prédio n. 20 da Rua Alcindo Guanabara no centro da cidade durou apenas um dia. Posteriormente o mesmo prédio será ocupado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), formando a Ocupação Manoel Congo.

abandonado pelo INSS (próximo à Praça Mauá, no centro, no Bairro da Saúde, entre a Zona Portuária e o Morro do Santo Cristo); e a tentativa da Quilombo das Guerreiras (II) (em prédio de propriedade particular abandonado no Catumbi)⁹⁹; a Ocupação Quilombo das Guerreiras (III) (em prédio abandonado pela Companhia DOCAS no bairro da Leopoldina); Ocupação Machado de Assis (em prédio abandonado no bairro da Praça da Bandeira) – apoiadas pela FLP.

Surgem a Ocupação Poeta Xynayba (em uma vila operária abandonada no bairro da Tijuca), com mais de 40 famílias; a Ocupação Domingos Passos, com cerca de 15 famílias (em um casarão no bairro do Sampaio)¹⁰⁰; a Ocupação Margarida Maria Alves, com 10 famílias com casas construídas em um terreno com situação fundiária indefinida e abandonado (no município de São Gonçalo); a Ocupação Confederação dos Tamoios (casarão histórico abandonado no Largo do Boticário, no bairro do Cosme Velho), com 15 famílias; a Ocupação Lima Barreto (sobrado abandonado pela Prefeitura no bairro do Centro), ocupada por cerca de 20 pessoas (todos artistas de rua, não havendo famílias); a Ocupação Poeta Xynayba 2, com 5 famílias (em vila no bairro da Praça da Bandeira); Ocupação Alípio de Freitas, com mais de 20 famílias (em no bairro do Centro); e Ocupação José Oiticica, com cerca de 20 famílias (no bairro do Centro) – com a FIST.

Pelas semelhanças e influências, os movimentos de ocupação urbana adquiriam características bastante próximas aos movimentos camponeses, de sem-terras. O lema do MST, “ocupar, resistir, produzir”, é apropriado pelas experiências vividas no cenário dos movimentos urbanos e adaptado como “ocupar, resistir, garantir”. A evolução e o crescimento dos movimentos populares de ocupação urbana exigiram o aprendizado desses três diferentes momentos exaltados no lema, de acordo com o processo de amadurecimento organizativo, que em plano básico são os responsáveis pela a construção de uma política autogestionária.

Surgem outras ocupações, mas essas centralizadas por outros movimentos sociais, de âmbito nacional ou regional, como a Ocupação Carlos Lamarca com mais de 70 famílias (em terreno abandonado na Baixada Fluminense, no município de Belford Roxo), ligado ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); a

⁹⁹ Ocupação que só durou um dia também.

¹⁰⁰ Em 2006 a parte de cima do casarão desabou, ferindo uma pessoa. Os moradores demoliram o restante do casarão e dividiram o terreno, construindo pequenas casas.

Ocupação Carlos Marighella com cerca de 40 famílias (em prédio abandonado pelo INSS, na Rua do Riachuelo, no bairro do Centro), a Ocupação Serra do Sol, com mais de 400 famílias (em terras abandonadas na beira da Av. Brasil, no bairro de Santa Cruz), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹⁰¹; a tentativa de ocupação de um prédio do INSS na Rua Primeiro de Março (Centro do Rio) organizada pelo Movimento Unificado dos Camelôs (MUCA), que é filiado a CUT; e a Ocupação Manoel Congo, com cerca de 40 famílias (em prédio que permanecia abandonado pelo INSS no bairro do Centro), pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Sem integração com estas frentes ou movimentos, surge ainda a *Ocupação do Movimento dos Tamoios*, com caráter bastante particular, pois é composta por 10 famílias do movimento indígena, da etnia guarani, ocupando o casarão abandonado onde ficava o antigo Museu do Índio. Outra ocupação, com cerca de 200 famílias, surge em Campo Grande em conjunto de prédios abandonados pela Caixa Econômica Federal, organizada por um grupo que se chamou Movimento dos Trabalhadores Unidos (MTU)¹⁰². As últimas a surgirem foram a Ocupação 16 de Abril, com 10 famílias (em vila abandonada de propriedade particular no bairro de Vila Isabel)¹⁰³; a Ocupação Guerreiros do 510 (em prédio-garagem abandonado no bairro do Centro), com cerca de 20 famílias; e uma ocupação na Rua Rodrigues Alves, com mais de 80 famílias (em prédio abandonado de propriedade particular no bairro da Leopoldina).

¹⁰¹ Ocupação que teve a atuação do MTST durante alguns meses, mas que se desfez por intervenção de agente do tráfico de drogas do bairro da Lapa.

¹⁰² Esta ocupação foi violentamente afrontada pela *polícia mineira* local e terminou expulsa por ela ao final do 1º dia.

¹⁰³ Ocupação que durou apenas 1 mês.

5. CAPÍTULO IV - AUTOGESTÃO ONTEM E HOJE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

5.1. Movimentos populares na Europa, autogestão e anarquismo

Antes de tudo, vale ressaltar que uma definição teórica da autogestão (inserida no do contexto geral da política libertária, ou anarquista) torna-se incompleta se não estiver acompanhada de respectivas referências históricas. O movimento histórico demonstra que a autogestão, ou o anarquismo, não se constituiu apenas como um ideal, um objetivo futuro, mas que teve desenvolvimento nas experiências reais, inicialmente nas lutas das classes operárias do século 19, até a atuação de movimentos sociais da atualidade.

Na obra *Ciência Moderna e Anarquismo*, escrita em 1894, Piotr Kropotkin observa justamente que o anarquismo (a organização autogestionária) é um movimento social que não nasceu da ciência ou da filosofia, mas sim da organização popular. Ademais, foi a partir das fortes rupturas sociais e políticas produzidas na idade moderna que o trabalho intelectual pode interagir de maneira importante junto às manifestações sociais:

“Como o socialismo, e em geral todos os movimentos de caráter social, o anarquismo originou-se do povo e só conservará vitalidade e força criadora que lhe são inerentes enquanto se mantiver com a sua peculiaridade de movimento popular.”¹⁰⁴

¹⁰⁴ KROPOTKIN, 1970. O título da obra foi alterado nesta edição brasileira de *O Humanismo e a ciência moderna para tentar desviar da ditadura militar*.

Pois bem, o movimento operário, desde a Revolução Francesa de 1793, já havia se manifestado politicamente, em sua tendência autônomas, desde correstes ludistas às organizações autogestionárias. Na Revolução Francesa algumas características libertárias podiam ser verificadas mais claramente entre os *enragés*, aglutinados em torno da figura de Jaques Roux, os quais os “jacobinos” já denominavam como “anarquistas”¹⁰⁵, pois reivindicavam a descentralização do poder, e contra o governo popular proposto por Robespierre e Saint-Just. Neste período na França surge também uma linha ideológica bastante próxima ao campo libertário expressa pelo revolucionário Gracchus Babeuf, que escreve o *Manifesto dos Iguais*, alertando o abismo que separa a igualdade formal da tríade “liberdade, igualdade, fraternidade” e da desigualdade real, política e econômica.

Na Inglaterra, ainda no final do século 18, formaram-se grupos de intelectuais e trabalhadores revolucionários que se reuniam nas tabernas de Londres, entre eles estavam Samuel Coleridge, William Blake, Mary Wollstonecraft¹⁰⁶, o sapateiro Thomas Paine e o pastor protestante William Godwin. Paine e Godwin foram autores respectivamente dos importantes escritos libertários: *Os Direitos do Homem* (1791) e *Da Justiça Política e da sua Influência sobre a Moralidade* (1793). Por muitos cientistas sociais Godwin é considerado o precursor do pensamento anarquista moderno¹⁰⁷, pois defende essencialmente que todo estado e todo governo são a concretização da injustiça social, e defende que a sociedade poderia se organizar sem eles.

Durante as Revoluções de 1848, transformações de caráter liberal democrático e nacionalista ocorriam em diversos países da Europa, iniciadas por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais. A revolução irrompeu primeiramente na França, onde adeptos do sufrágio universal e uma minoria socialista, sob a liderança de Louis Blanc, conseguiram derrubar a monarquia e instauraram a *Segunda República*. Os operários, influenciados pelas propostas de reforma estritamente econômica, dos projetos de Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, criavam cooperativas mutualistas para adquirir independência do capital. A origem destas propostas, enquadradas no conceito de

¹⁰⁵ WOODCOCK, 1984.

¹⁰⁶ Feminista, autora de *Reivindicação dos Direitos da Mulher* e futura companheira de William Godwin.

¹⁰⁷ GETTELL, 1941.

autogestão social, remonta também à Alemanha do primeiro pós-guerra, quando há o debate sobre o problema da “socialização da economia” e sobre o papel dos conselhos operários, que surgiram em toda a Europa nesta época. Aparece na Alemanha neste período a proposta de fusão entre cientificismo e socialismo com a criação da Liga dos Justos (1836), posteriormente transformada na Liga dos Comunistas (1846) e a redação do Manifesto Comunista (1848) pelos filósofos e economistas Karl Marx e Friedrich Engels apresentado como programa político dessa mesma Liga.

5.2. O movimento operário

A expressão da proposta política autogestionária aparece pela primeira vez na França, com o *federalismo libertário* do operário (tipógrafo) e sociólogo Pierre Joseph Proudhon, que propunha a organização política e econômica da sociedade pela base, através da fundação de livres associações de trabalhadores e a federalização e confederalização destas associações. Foi efetivamente com a elaboração da tese sociológica intitulada *O que é a Propriedade?* (1840) – na qual concluía que, tal como se instituiu, a propriedade é fruto da espoliação dos trabalhadores pelas classes donas dos meios de produção – e, mais à frente, com o trabalho *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (estudo sobre os meandros das relações sociais e os meios de produção), que Proudhon lança as bases da luta política contra os partidários da ideologia capitalista e estatista. A organização social próxima à idealizada por Proudhon, e a influência deste através da divulgação de suas obras, crescia nos meios operários e socialistas da época, o que em um primeiro momento causou a admiração dos intelectuais alemães, mas depois de algumas querelas, gerou forte divergência.

Em 1864, ocorria a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) na Inglaterra, conhecida como a *1ª Internacional*, justamente com boa participação de setores influenciados pelas idéias de P.-J. Proudhon, que ficaram conhecidos como *mutualistas*, ao lado dos partidários de Auguste Blaquí, de Karl Marx, de Giuseppe Mazzini e de Ferdinand Lassalle. Apesar da importância teórica de Proudhon, foi através do grupo de operários ligados ao russo Mikhail Bakunin que se consagrava a proposta política anarquista, no interior da AIT, como um bloco

adjetivado de “antiautoritário”¹⁰⁸. Tendo posteriormente colaborado para a tendência anarquista na *Internacional*, antes da chegada de Bakunin, estavam em um conjunto de independentes organizados em torno do grupo *Le People (O Povo)*, liderado pelo jovem socialista César De Paepe, e militantes proudhonianos do bloco liderado por Henri Tolain.

Mais adiante, o contexto histórico dos anos de 1870 é marcado pelas influências socialistas e libertárias na resistência dos *communards*, união dos soldados e a população parisienses contra a Assembléia Nacional da França, que, em meio a guerra Franco-Prussiana, foi decidido o armistício com o governo de Bismark. Este fato geraria a organização da *Comuna de Paris*, em 1871. A *Comuna de Paris* duraria 72 dias, mas sua constituição realizou algo inimaginável até aquele momento, ou seja, a tomada da cidade e a sua gestão econômica e política através das *câmaras sindicais*, baseando-se nos princípios mutualistas e nos da 1ª Internacional; separação entre Igreja e Estado; organização de comitês de ocupação de residências; instituição do ensino público, gratuito e laico; etc¹⁰⁹.

Aliás, o termo “libertário” tem sua origem aproximadamente nos contextos de 1850, na publicação do *Le Libertaire, Journal du Mouvement Social*, nos EUA, editado pelo operário anarquista Joseph Déjacque.

Na AIT aos poucos entrava um grande número de adeptos das táticas bakuninistas, o que faria crescer não apenas o bloco antiautoritário, como também o de opositores aos seguidores de Marx, pejorativamente definidos como os “marxistas”. Estes últimos defendiam táticas centralistas e estatistas, reforçando a proposta blanquista de “ditadura do proletariado”. No decorrer dos Congressos da Internacional em Genebra (1866), Lausanne (1867), Bruxelas (1869) e, principalmente, no Congresso da Basileia, em reuniões ocorridas entre 1868 e 1869, sinalizava-se para a crescente tática de organização das “sociedades de resistência” locais (respectivo ao que depois ficaria conhecido como *sindicato*), da tática de ação direta e do internacionalismo para a destruição do Estado, contra a posição de concorrência parlamentar ou a tomada, e não a destruição do Estado. A partir deste fato, os correligionários de Marx instituiriam enérgica campanha contra os

¹⁰⁸ SAMIS, 2005.

¹⁰⁹ SAMIS, 2005.

antiautoritários, forçando a expulsão de Mikhail Bakunin em 1872, durante o Congresso de Haia.

No Congresso de Haia os marxistas propuseram a centralização das decisões pelo Conselho Geral da AIT e a sua transferência para Nova Iorque (onde o movimento operário era pouco organizado). Posteriormente, promoveriam a expulsão das federações operárias italiana, espanhola, jurassiana (suíça), associadas às propostas libertárias, que haviam se reunido no Congresso de Saint-Imier (1872), no qual se decidiu repelir “todas as resoluções do Congresso de Haia, e não reconhecer de modo algum os poderes do novo Conselho Geral, por ele nomeado”. Entretanto no 6º Congresso Geral da AIT em Genebra (1873) as federações libertárias eram apoiadas pelas federações belga, inglesa, americana e holandesa e pelos grupos socialistas lassalistas de Berlim. O Congresso de Genebra declarava a suspensão do Conselho Geral, tornando a Internacional uma federação livre, sem autoridade dirigente de nenhuma espécie: “As Federações e Seções que compõem a Associação, rezam os novos estatutos (artigo 3), conservam sua completa autonomia, isto é, o direito de organizarem-se conforme sua vontade, de administrarem seus próprios negócios sem nenhuma ingerência e de determinarem o caminho que pretendem seguir para chegar à emancipação do trabalho”¹¹⁰. Todavia, O bloco marxista forçaria por completar o projeto de dissolução da desta organização, em 1876, durante a Conferência da Filadélfia. Em 1889, surgiria a “2ª Internacional”, dirigida monoliticamente pela ortodoxia marxista, de Karl Kautsky e Eduard Bernstein e uma nova corrente ligada aos nomes de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Vladimir Lênin, Leon Trotsky e Nikolai Bukharin.

Com o imbróglio que acometeu a Internacional, as federações operárias passariam a reforçar os congressos de suas federações regionais. Algumas seções que haviam se separado da AIT integravam-se à *Aliança Internacional*, criada pela militância em torno de Bakunin, dão continuidade ao antiautoritarismo junto ao movimento operário e sua propaganda. Neste ínterim, serão importantes para a vitalidade da proposta anarquista: as adesões militantes e ideológicas do russo Piotr Kropotkin (que aparecia junto à luta operária do Jura, na Suíça), do geógrafo francês Elisée Reclus e do italiano Errico Malatesta (que já havia se reunido a Mikhail Bakunin e Carlo Cafiero na realização de diversos movimentos insurrecionais pela

¹¹⁰ SAMIS, 2005.

Europa), os quais a reinterpretem através de um conceito que ficaria denominado como “comunismo libertário”.

Essa nova leitura do anarquismo se passava no contexto da realização dos congressos regionais em Lausanne e Florença, em 1876 (ano de falecimento de Bakunin); da criação de um órgão de propaganda, o jornal *Le Révolté* (A Revolta), em 1879; e dos congressos em Havre em 1880 e em Londres no *Congresso Anarquista* de 1881, onde passava a se defender a criação de uma *Internacional Anarquista* e a desvinculação aos atos individuais de atentado à bomba, da “propaganda pelo fato”. Aliás, a definição “comunismo libertário” espalha-se a partir de definições usadas no Congresso Anarquista Francês em 1880 e a partir de 1890 dissemina-se, na França, pois os anarquistas evitavam uma identificação mais direta devido às duras leis contra os militantes, resultado dos atentados à bomba¹¹¹. Era elevada a preocupação com o fato de que a proposta estatista ganhava adeptos em diversos países, sob as bandeiras da social-democracia e do socialismo autoritário especialmente depois da derrota da *Comuna de Paris* e o que gradualmente vinha ocorrendo, por exemplo, na França, do Congresso de Paris (1876), no de Lion (1878), ao Congresso de Marselha (1879)¹¹². Ficava nítida a intensificação da disputa desses setores nos congressos estatais pela ocupação parlamentar. Entretanto, dentre os libertários, a estratégia “comunista”¹¹³ seria a mais palpável no breve prazo posterior aos debates do Congresso de Valência (1888), em que foram decididas a dissolução da Federação do Trabalho Regional da Espanha (FTRE) e a organização de células anarquistas federais de menor escala, conhecidas mais tarde com o nome de “grupos de afinidade”.

5.3. A formação do sindicalismo

No final do século 19, as organizações em torno da criação das *Bolsas de Trabalho* ganham corpo no movimento operário geral, como projetos de solidariedade interprofissional com arrecadação de contribuições dos próprios trabalhadores para viabilizar as suas respectivas estruturas sindicais independentes, inspiradas nas associações de ajuda mútua proudhonianas. A expansão das Bolsas

¹¹¹ “Glossário” In: CHOMSKY, 2004.

¹¹² CARONE, 1995.

¹¹³ SAMIS, 2005.

de Trabalho deve-se muito à militância do anarquista francês Fernand Pelloutier, chegando ao seu vigor em Paris em 1887. Aliás, inicialmente, a principal ferramenta de luta dos trabalhadores era a organização sindical, motores das greves e que se uniam para a formação de federações locais. Mas, de acordo com o processo de enorme expansão do número de sindicatos, cresce o número de federações, e, conseqüentemente, passava-se a lutar pela organização de *confederações nacionais* e a se pensar na concretização da tática da *greve-geral* (concebida pelos anarcosindicalistas na expressão *ação direta*), que já estava prevista desde a formação da AIT. A primeira confederação surge na França em 1895, quando a Federação Nacional dos Sindicatos passava a se denominar Confederação Geral do Trabalho (CGT), sediada na cidade de Limoges.

O crescimento do sindicalismo de orientação libertária entrava em seu auge no final do século 19. Até mesmo dentro da “2ª Internacional” os métodos libertários originais da classe trabalhadora se faziam presentes, propostos por setor ligado a Jean Jaurès no Congresso de Paris de 1900, que passaram a defender a greve geral. Neste contexto é importante a participação do ex-engenheiro, sociólogo e sindicalista francês Georges Sorel¹¹⁴ (muito influenciado pelas idéias de Proudhon), que defendeu a prática do *sindicalismo revolucionário* em contraposição ao socialismo teórico das seitas marxistas¹¹⁵, descrita em 1900 na obra *Reflexões sobre a Violência*. Igualmente importante foi a atuação do grupo que estava entorno da Revista *O Movimento Socialista* como defensores do *sindicalismo revolucionário* junto à CGT, do qual fazia parte o advogado Hubert Lagardelle e o jornalista Edouard Berth¹¹⁶ (inspirado em Proudhon e seguidor das propostas de Sorel).

Mas, a estratégia do *sindicalismo revolucionário*, casando associações de classe, federalismo e ação direta, foi fundamentada e sistematizada internacionalmente no Congresso de Amiens (1906), no interior do 9º Congresso da CGT (França), afirmando as mesmas teses defendidas pelos antiautoritários no

¹¹⁴ George Sorel é muito mencionado por suas atitudes controversas, tendo circulado por meios monarquistas e marxistas, porém sua posição política é bastante clara com relação à organização da classe trabalhadora.

¹¹⁵ SOREL, 1993.

¹¹⁶ Lagardelle e Berth foram mais controversos ainda que Sorel: da prática do *sindicalismo revolucionário* das primeiras décadas do século 20 e a sua expressão ideológica de um marxismo heterodoxo, passaram a militantes do nacional-socialismo na França e na Itália. Talvez seja de responsabilidade destes a invenção de aproximar as idéias de Sorel às do fascismo surgente, que foram utilizadas desde Benito Mussolini na Itália a Oliveira Vianna no Brasil (SANTANA, 2008).

Congresso da Basileia (1868-69). Diante dos dilemas dos “comunistas” na Espanha, o surgimento desta nova estratégia sindical de matriz francesa levou à consideração de que esta era a “célula do organismo social”¹¹⁷ capaz de contrabalançar e destruir a influência dos políticos social-democratas – ao mesmo tempo revolucionária e libertária, longe das competições eleitorais, laboratório das lutas econômicas, “escola prática de anarquismo”¹¹⁸, etc –, os quais passariam a se denominar, enquanto grupo específico de propaganda ideológica e militância social, como *anarcosindicalistas*, a partir do Congresso Internacional Anarquista de Amsterdã, em 1907. Em diversos países onde o movimento operário começava a ganhar força, como Brasil, Uruguai, Argentina e México, organizavam-se congressos operários preparando campo para a organização das respectivas confederações nacionais. No Brasil, por exemplo, em 1908, funda-se a Confederação Operária Brasileira (COB), com fundamentos políticos claramente baseados no *sindicalismo revolucionário*¹¹⁹.

No dia 1º de maio de 1886, as Federações dos Sindicatos Operários dos EUA (precursora da Federação Americana do Trabalho/AFL) e do Canadá organizavam uma *greve geral* objetivamente pela redução da jornada de trabalho para 8 horas. Aproximadamente noventa mil pessoas saíram às ruas somente na cidade de Chicago. Grandes manifestações com mais de dez mil pessoas também aconteceram em Nova York e Detroit. Aconteceram reuniões e comícios em Louisville, Kentucky, Baltimore e Maryland. Por volta de meio milhão de pessoas tenha tomado parte nas manifestações e cerca de 1200 fábricas entraram em greve em apoio ao movimento. A ação do Estado foi extremamente violenta, resultando com o assassinato de vários trabalhadores pela força policial. A ação mais alarmante foi a que ficou conhecida como o *Massacre de Haymarket*, onde em uma manifestação o dia 4 de maio foram mortas quase cem pessoas e mais de setenta ficaram feridas, de onde saiu a prisão de oito trabalhadores (três deles conhecidos militantes anarquistas) e posteriormente a condenação pela Corte dos EUA de cinco deles à morte e três à prisão perpétua. A partir destes fatos, poucos anos depois, o 1º de maio (início da greve geral) seria instituído pelos trabalhadores de diversos países como *Dia do Trabalhador*, em homenagem aos *Mártires de Chicago*, data de luto e luta contra a exploração laboral, pela jornada de 8 horas de trabalho.

¹¹⁷ ESENWEIN, 1995.

¹¹⁸ CARONE, 1995.

¹¹⁹ CARONE, 1995.

5.4. O Anarcosindicalismo e o Sindicalismo Revolucionário

O alinhamento entre *sindicalismo revolucionário* e *anarcosindicalismo* já era uma tendência forte na Espanha no final século 19. Nesse contexto, foi importante o papel do tipógrafo Anselmo Lorenzo e de um ex-coronel do Exército passado ao movimento sindical, José López Montenegro, na defesa da greve geral como arma operária. Anselmo Lorenzo divulgou intensamente estas estratégias, descritas na obra *O Proletário Militante* (1901). Juntos com o educador Francisco Ferrer y Guardia, publicaram o semanário “Greve Geral”, paralisado pelo assassinato de Ferrer em 1909. Ferrer, educador anarquista espanhol, foi coordenador do projeto das Escolas Modernas, direcionada aos filhos de operários, do qual participou ativamente Anselmo Lorenzo. Enfim, o *sindicalismo revolucionário* inaugurado oficialmente com a formação da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) na Espanha em 1910, no Congresso Operário de Barcelona. O número de entidades sindicais filiadas à CNT aumentaria bastante com o início da Primeira Guerra Mundial. O número de integrantes que era de cerca de quinze mil em 1915 passa a mais de setecentos mil em 1919, resultado das circunstâncias sociais e econômicas de alta dos preços e baixos de salários, por exemplo. Com isso, a partir da conferência regional catalã, ocorrida em Sans, em 1918, muda-se a estratégia de organização da CNT: abandonava-se a forma de organização por profissão e pela adoção dos sindicatos por local de trabalho ou indústria, retomando o federalismo no planejamento do movimento sindical (proposta dos anarcosindicalistas Salvador Seguí e Ángel Pestaña). No congresso nacional realizado em Madri, em 1919, a idéia de *sindicato único* foi formalmente adotada, permanecendo como um traço da organização até a Guerra Civil (1936).

Na Itália em 1912 foi criada a União Sindical Italiana (USI), de orientação sindicalista revolucionária. A USI chega a 1919 com cerca de 180 mil filiados e desta data a 1921 salta para mais de 500 mil filiados e a influência da União Anarquista Italiana (UAI) com seus 20 mil membros cresceu em proporção¹²⁰. Desse processo, tiveram importante papel os militantes anarquistas Errico Malatesta e Carlo Cafiero¹²¹, que foram integrantes da AIT e defendiam em seus periódicos a ação

¹²⁰ VENZA, 2004.

¹²¹ Ambos de origem de famílias ricas, porém, quando ainda eram estudantes socialistas (o primeiro de medicina e o segundo de diplomacia) tomaram contato a AIT e as idéias revolucionárias de Mikhail

direta junto operários. Maior ainda é a Confederação Geral do Trabalho (CGdL), que tem cerca de 1 milhão de filiados, controlada por um corpo burocrático ligado ao Partido Socialista, mas que acaba aderindo as estratégias da USI. De 1919 a 1920 este movimento operário italiano promove o conhecido “Biênio Vermelho” com a ocupação de inúmeras fábricas em várias cidades italianas e desenvolvimento da autogestão, através da montagem de uma estrutura de conselhos de fábrica eleitos em assembléia. A partir destes núcleos de base uma organização chamada *Arditi del Popolo* defende a resistência armada de uma frente operária revolucionária contra o fascismo na Itália.

5.5. A Revolução Mexicana

A proposta política anarquista aparece nos últimos anos do século 19 no México, através de uma vertente tipicamente latino-americana, uma mistura das idéias socialistas revolucionárias e influências das lutas operárias vindas da Europa e os princípios indígenas de luta pela autonomia e pela posse da terra. O último elemento era identidade comum a todas as comunidades autóctones da fração meridional da América do Norte: a forma de vida, a independência e a cosmovisão dos *pueblos* originais, na tradição do regime dos *calpulli* (unidade tribal comunitária). Até 1900 ganhava publicidade a atuação dos irmãos Flores Magón (mestiços), editores do jornal *Regeneración*, em meio a ditadura de Porfírio Díaz, que tentava consolidar o projeto de um Estado Nacional e de um capitalismo “moderno-conservador”¹²² no país. Em torno destes influentes socialistas libertários, inspirados nas idéias anarquistas, aglutinavam-se diversos setores radicais que seriam responsáveis pela fundação do Partido Liberal Mexicano (PLM), em 1901. Inicialmente o PLM era difuso quanto à participação parlamentar, mas esta finalidade é desviada, tanto pelo caráter libertário que lhe é impresso quanto pelo fato de se estarem suspensas quaisquer eleições durante a ditadura porfirista e, fruto disso, desde o início o partido havia sido colocado na ilegalidade. Em 1906, o PLM lança seu “Manifesto à Nação Mexicana”, traçando as bases de um programa estratégico para a derrubada da ditadura e suas velhas estruturas fundiárias, com a

Bakunin e se engajaram na luta sindical, abandonando suas origens e tornando-se respectivamente eletricitista e cozinheiro.

¹²² SAMIS, 2003.

transformação radical das relações trabalhistas e repartição das terras feita pela organização independente da sociedade mexicana.

A partir de 1908, o PLM envolve-se na organização de diversas guerrilhas camponesas e greves de fábricas, protagonistas importantes da instituição da *Revolução Mexicana* de 1911. À diante, em plena ascensão da Revolução os setores ligados aos anarquistas ocupam a região da Baixa Califórnia (recebendo o apoio dos sindicatos revolucionários norte-americanos, ligados a centra sindical IWW / Industrial Workers of the World). Fundava-se a *República Socialista da Baixa Califórnia* (que duraria até 1914), de orientação “magonista” (como passam a se autodenominar os referendados pelas propostas de Ricardo Flores Magón, mesmo que à revelia do mesmo), e promovia-se forte oposição à “transição pacífica” ao modelo democrático burguês do novo governo de Francisco Madero. A proposta anarquista no contexto da Revolução Mexicana teve também forte repercussão através do movimento popular ao redor da figura de Emiliano Zapata, com o Exército de Libertador do Sul, que contou com a importante participação do magonista Soto y Gama na elaboração do *Plano Ayala*.

5.6. A Revolução Russa

A Rússia foi outro local em que a proposta anarquista ganhou grande proporção e que também fugia inicialmente à matriz revolucionária e sindicalista européia. Desde as emancipações eslavas (povos servos) na década de 1860, que o desenvolvimento do *mir* (comuna) aparecia como possibilidade de ruptura com o sistema feudal e possibilidade de realização de um socialismo agrário¹²³. Entre os setores radicais russos desta época, os populistas (na maioria, partidários da busca pela justiça social e a esperança no campesinato), havia forte divergência quanto aos métodos que deveriam ser adotados pelos na consecução do processo revolucionário. Por um lado os que defendiam o centralismo com a tomada do poder e outros, mais libertários, apoiavam a organização popular gradativa, através da *obchtchina* (comunidade rural), como unidade associativa. Populistas como o influente socialista Alexander Herzen sustentavam a segunda proposta, um dos primeiros participantes da organização populista chamada *Zemlia i Volia* (Terra e Liberdade). Todavia, somente em torno da *Revolução de 1905* (o ensaio geral da

¹²³ TRAGTENBERG, 2006.

Revolução de 1917) que organizações como partidos políticos e conselhos e sindicatos passam a ter efetiva organização social na luta pela revolução. Um dos estopins de diversos conflitos (que terminariam por pressionar o regime czarista à convocação de uma Assembléia Constituinte) foi a chacina da população presente em um protesto organizado por seções *operárias* (anti-partidárias e de prática reivindicativa e moderada), dirigidas pelo padre Gapon, com trabalhadores de Moscou e São Petersburgo, setores camponeses e militantes do Partido Socialista Revolucionário, para a entrega de uma petição ao czar no Palácio de Inverno. Após este fato, que ficou conhecido como *Domingo Sangrento*, é declarada greve geral em São Petersburgo; e inúmeras manifestações radicais. Uma das soluções encontradas por diversos trabalhadores de todo o país foi a criação de conselhos de base (*soviets*), em meio a criação de vários partidos de direita e de esquerda e a ascensão de duas correntes do Partido Social Democrata: *bolchevique* (marxista) e *menchevique*; e o aparecimento de setores denominados “anarquistas”¹²⁴, que lutavam pela autogestão social, através dos conselhos de fábricas e de forma federativa.

Os enormes gastos para manter o exército czarista na Primeira Guerra Mundial o tornaram vulnerável à intensificação das revoltas camponesas e operárias e a união entre esquerdistas e liberais, que impediu um golpe de Estado militar e provocou finalmente a sua derrubada, iniciando a *Revolução de Fevereiro* de 1917. Mas o Governo Provisório formado por estes setores logo ruiu em outubro e sendo assumido pelo Partido Bolchevique (presidido por Lênin), apoiado pelos esquerdistas e revolucionários que pregavam a ordem: “todo poder aos soviets”, paz e terra. Uma das regiões de maior importância para o processo revolucionário de 1917 foi a Ucrânia (de industrialização mais desenvolvida do que a média russa, ou seja, com substantivo setor operário), pela radicalidade com que se insere na luta revolucionária. A frente revolucionária ucraniana era basicamente encabeçada por socialistas libertários aglutinados em diversas uniões camponesas e operárias em torno do influente anarquista Nestor Makhno, oriundo da União dos Camponeses de Guliai-Pole. Posteriormente, os revolucionários da Ucrânia formarão um exército próprio e estratégico no combate ao *Exército Branco* junto ao *Exército Vermelho*

¹²⁴ TRAGTENBERG, 2006.

(criado por Leon Trotsky), que ficou conhecido como a *makhnovitchina* por ter Makhno como grande estrategista.

Em 1918 o PC institui-se como *Partido Comunista de Todas as Rússias* e começa a se encastelar no centro da organização dos Partidos Comunistas de todos os países do mundo com a recriação da “3ª Internacional” (*Komintern*). Dois anos mais tarde os bolcheviques começam a impedir a autonomia de organização dos *soviets* e de seus respectivos conselhos regionais e a perseguir setores libertários, através da política do centralismo estatista (ou, como ficaria consagrado, o “centralismo democrático”) e implantando a militarização do trabalho sob o imperativo do desenvolvimento econômico. O *Exército Vermelho* seria utilizado para abater as rebeliões operárias e camponesas e antigos aliados (considerados “fora da lei” e “contra-revolucionários”) – entre eles estão os combatentes da *makhnovitchina* e toda a população organizada da ilha de Kronstadt (outro foco libertário), reprimidos em 1921, por terem iniciado uma série de rebeliões a partir dos setores marinheiros. Com isso, encerrava-se o processo revolucionário soviético, mesmo que, em 1922, se instituísse a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS).

5.7. A Revolução Espanhola

A Federação Anarquista Ibérica, especificista¹²⁵, havia participado, pela primeira vez, de um debate público na defesa radical da proposta anarquista no 3º Congresso Nacional da CNT, em Madri (1931). A FAI trabalhava não somente nos sindicatos, mas também nos numerosos *ateneos* e clubes sociais, como as Juventudes Libertárias e as Mujeres Libres, em campanhas anti-eleitorais e em Comitês de Defesa e dos Comitês pró-Presos (das quais participava o influente militante Buenaventura Durruti). A CNT agita uma série de greves e insurreições locais. Nas eleições gerais de 1933 do Estado espanhol caía a hegemonia da coalizão republicana-socialista de Manuel Azana, mas com vitória presidencial do representante da Confederação das Direitas Autônomas (CEDA). Contudo, é também desta data os blocos de oposição de esquerda (a exceção do Partido Comunista Espanhol / PCE) ganhavam força, conseguindo promover a insurreição

¹²⁵ Proposta política explicada mais a frente.

da *Comuna das Astúrias* (1934), greves gerais operárias e camponesas (com o grande protagonismo da CNT e da Federação Nacional de Trabalhadores da Terra / FNTT) e constituir a *Frente Popular* que seria eleita em 1936. Com a Frente Popular no poder, não tardaria para que se realizasse um golpe militar apoiado por setores nacionalistas (fascistas) ligados ao General Francisco Franco, a *Falange*, e a instauração de uma ditadura. A esquerda reage com a declaração de uma Guerra Civil.

No início da Guerra Civil a CNT já contava com mais de dois milhões de membros e a FAI chegava a ter trinta mil integrantes. A estratégia da CNT-FAI propunha a derrubada dos *ayuntamientos* (prefeituras) locais, que, em seguida, abria campo para a organização de um sistema de comitês operários eleitos pelo povo para administrar os negócios da *comuna*, em autogestão, de onde se formavam as milícias (chegou a reunir mais de sessenta mil milicianos organizados para a guerrilha contra o exército regular). Nos campos e nas cidades houve a coletivização das fábricas. Nos campos este processo iniciou em Aragão e, depois, na região do Levante, onde a Federação Regional filiada na CNT liderou o movimento, estendendo-se a Castela e chegou às proximidades de Madrid pelo trabalho da Federação dos Trabalhadores da Terra, que era filiada na UGT (União Geral dos Trabalhadores), central sindical socialista, mas fortemente influenciada pelos modelos libertários de Aragão. Na Indústria, o processo iniciou na Catalunha e se espalhou, tendo como melhor exemplo a autogestão operária da Companhia Geral dos Elétricos de Barcelona (que inclusive teve elevação dos lucros, mesmo em período de guerra).

Franco conseguiu imediato apoio dos nazistas alemães (*Divisão Condor*, responsável pelo bombardeamento de Madri e de Guernica) e dos fascistas italianos (aviação e tropas de infantaria e blindados) e de Stálin (material bélico e assessores militares e o apoio do PCE). Do lado das esquerdas formavam-se as *Brigadas Internacionais* com o engajamento de voluntários esquerdistas e comunistas que vieram de todas as partes (de mais de cinquenta países) para formar um efetivo de quase quarenta mil milicianos. A resistência duraria até 1939, com a vitória da

ditadura franquista, sendo considerado um ensaio preparatório para as táticas nazistas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)¹²⁶.

5.8. Sindicalismo e movimentos de resistência

No decorrer século 20 os reflexos da *Revolução Russa* sobre as propostas políticas de esquerda do seriam desastrosos, em grande parte estimulados pelo crescimento da violência das democracias liberais contra todos os projetos socialistas revolucionários. Institui-se o engodo da “alternativa” ao capitalismo em reproduções de “ditaduras do proletariado” marxistas cada vez mais ortodoxas, que por vezes se utilizaram de propostas libertárias para sua manutenção. Os partidos comunistas (rigidamente centralizados) eram instituídos como *célula revolucionária* capaz da expansão desta “alternativa”, estratégia que já vinha sendo construída pela 2ª Internacional e ganha corpo sobretudo com o programa idealizado por Lênin em 1902, em “Que fazer?”¹²⁷. Este tipo de organização era estimulado em todos os cantos do mundo, com tarefa essencial de desarticulação das organizações sindicais revolucionárias e de disputa do Estado. Na China a *Revolução de 1949* dava ênfase à revolução essencialmente camponesa, e duas décadas mais tarde surgia a *Comuna de Shanghai*, durante a *Revolução Cultural*. Na Iugoslávia em 1950 criava-se um sistema baseado na “autogestão de conselhos”, realizado em conjunto com a direção central do partido e do Estado. Na Hungria e na Polônia, os conselhos operários surgiram na revolução de 1956, sendo o *Solidarnosc* o ponto alto destas lutas no Leste europeu. Na América Latina e África, partidos comunistas atuam nas revoluções cubana (1959) e nicaragüense (1979) e nas disputas eleitorais do Chile (1976).

Pois bem, até os anos de 1920, o *sindicalismo revolucionário* vinha sendo fortemente reprimido nos diversos países onde conseguia mobilizar um contingente popular substantivo; os setores social-democratas criam suas centrais sindicais; e os Estados passam a promulgar leis trabalhistas de concessão do “bem estar social”, porém restringia-se a organização popular com a proibição de associações de classe independentes do Estado. Crescem os setores ultra-nacionalistas no controle de diversos Estados no mundo todo, mas com maior gravidade na URSS, Japão,

¹²⁶ ESENWEIN, 1995.

¹²⁷ TRAGTENBERG, 2006.

Alemanha e Itália. Frente a esta encruzilhada, ressurgia entre os libertários a necessidade da criação de grupos específicos de anarquistas, reforçando ação e propaganda para o soerguimento das práticas revolucionárias dos movimentos sociais. O italiano Errico Malatesta, formalizador desta estratégia, propõe as bases do que ficaria conhecido como *especificismo*, em seu “Programa Anarquista” (escrito em 1903, mas considerado pela primeira vez pela União Anarquista Italiana em 1920 e, posteriormente, na conferência internacional de 1927, em Hay-les-Roses – próximo a Paris), uma atualização do programa “coletivista” na *1ª Internacional*, que a organização de federações regionais anarquistas. A proposta estratégica *especificista* que ficará mais conhecida, pelo alcance espetacular de seus objetivos, foi a Federação Anarquista Ibérica (FAI), criada em 1927 em Valência, no auge de uma ditadura na Espanha, para dar impulso ao sindicalismo revolucionário através da CNT. A CNT entraria na ilegalidade a partir de 1930.

Neste prazo Nestor Makhno e Piotr Arshimov juntamente com outros anarquistas russos e ucranianos exilados em Paris, depois de terem sido encarcerados na prisão Butirky em Moscou, publicaram um periódico chamado *Dielo Trouda*. Em 1926, Makhno se uniu ao grupo Ida Mett (que fazia a denúncia internacional contra os bolcheviques chamada: “A Comuna Kronstadt”) e a *Dielo Trouda* publicava a “Plataforma Organizacional”, um documento que propunha as bases estratégicas da organização de uma União Geral de anarquistas para a ofensiva rápida revolucionária, uma atualização da proposta (publicizado na conferência internacional de 1927), “comunista libertária”. Algumas federações anarquistas eram organizadas, seguindo a orientação da “Plataforma”. Todavia, desde Errico Malatesta ao anarquista russo Voline, fundador com Sebastião Faure da proposta da “Síntese” (que buscava justificar uma mescla das estratégias anarquistas, inclusive, de tendências mais individualistas), e outros farão duras críticas ao *plataformismo*.

5.9. A retomada dos movimentos sociais nos anos de 1960

Entre as décadas de 1940 a 1960, a proposta política autogestionária ficou confiada apenas à ação dos pequenos grupos anarquistas clandestinos e isolados, de uma militância sem bases sociais, pois foi suplantada pelo monopólio dos dois pólos do estatismo contemporâneo – o comunismo e o liberalismo –, período

denominado como *Guerra Fria*. A exceção deste processo foi a forte atuação da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), de base *especificista*, desde sua fundação em 1956, na organização da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) até 1968 e na organização de ações de guerrilha popular contra a ditadura militar no país.

Os anos de 1960 foram ainda mais significativos por conta da forte intervenção de ditaduras militares nos governos da América Latina e das inúmeras guerras civis da África. No entanto, este período também ficou marcado pela deflagração do *Maió de 1968*, que tem sua expressão na França, onde quase um milhão de pessoas foram levadas às ruas de Paris em 13 de maio daquele ano, em manifestações massivas e contínuas contra a violência policial, com inúmeras barricadas montadas pelo movimento estudantil com o apoio sindical; e da *Primavera de Praga*, onde milhares de comitês de trabalhadores surgiram no processo de gestão das empresas (a exemplo de Portugal com a *Revolução dos Cravos*). A partir da década de 1970 o movimento operário dos diversos países do mundo se rearticulava, no contexto do crescimento da social-democracia, representante dos interesses do capital internacional, nas políticas trabalhistas nos estados liberais e no processo de abertura da URSS. Greves locais, ocupação das empresas a partir das comissões de fábrica e manifestações seriam cruciais para a formação de centrais sindicais com bases de acordo minimamente libertárias, na expressão ideológica da “autonomia”, a exemplo da fundação das centrais nacionais no México, Itália, França, Argentina e no Brasil (CUT). Todavia, a proposta libertária para o novo sindicalismo teria curtíssima duração, sufocada pelo *lobby* da social-democracia, que em sua política parlamentar promovia privatização de empresas e indústrias, adquiridas gigantes multinacionais, e pelos partidos políticos sedentos pela redemocratização do Estado. Apesar disso, na América Latina o movimento social vinculado à *teologia da libertação*, através de suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), consolida forte organização autogestionária.

Num momento de restrição total dos meios de participação, ação política e organização das sociedades, a autogestão ressurgiu timidamente na formação desta rearticulação operária e guerrilhas, mas tem maior repercussão pública dos movimentos culturais, de atuação juvenil (estudantil), que expressavam fortes críticas ideológica aos poderes vigentes (governo, família, escola, ciência, etc.) e aos poderes presentes também nas mínimas relações humanas (comportamento,

sexualidade, racismo, etc.), regulado pelos dilemas individuais e manifestação de um novo estilo de vida. O que marcou a confluência das correntes estudantil e operária anarquistas a partir deste período foi a forte crítica às verdades absolutistas oriundas das ideologias comunista e liberal e, depois da queda definitiva do “socialismo real”, a partir da década de 1990, principalmente, na crítica à doutrina marxista. Intelectuais como Michel Foucault e Giles Deleuze e os intelectuais e militantes sociais como Cornelius Castoriadis e Noam Chomsky são emblemáticos representantes desta geração.

Foucault e Deleuze foram importantes pelas contribuições que trazem ao pensamento libertário sobre os poderes e seus mecanismos de controle social contemporâneos, mas com sua interpretação dos novos movimentos sociais foram partícipes e formadores de uma geração ligada à ação individualista e à contracultura, que, abandonando as perspectivas de classe, afastaram-se dos movimentos populares, para integrar os movimentos de identidade segmentada (ecologistas, feministas, negro, gays, etc.). Exemplo mais emblemático desta geração é Daniel Cohn-Bendit, estudante de Sociologia, membro da Federação Anarquista Francesa, do movimento anarquista *Vermelho e Negro* e do movimento *Movimento 22 de Março* (estudantil) nos anos de 1960, protagonista das manifestações massivas do Maio de 1968 em Paris, e que hoje em dia é membro do partido ecologista *Die Grünen* e tornou-se deputado europeu e co-presidente o grupo parlamentar *Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia*. A sua atuação revolucionária seria substituída por sua crítica à maneira de se relacionar com o poder e com a “democracia formal”.

Aliás, o conceito da autogestão disposto nessa dissertação é justamente contraposto à “autogestão da vida cotidiana”, como definia Daniel-Cohn Bendit desde os congressos anarquistas da década de 1960, ou seja, a criação constante de “espaços livres”. Cohn-Bendit baseia-se na consideração da liberdade e da autonomia como direitos absolutos do indivíduo e coloca como “utopia ultrapassada” a sociedade organizada através de conselhos operários, camponeses, estudantes, consumidores etc., tudo funcionando na base da autogestão.¹²⁸

¹²⁸ COHN-BENDIT e COHN-BENDIT, 1969.

“O que nós chamamos de organização eles chamariam de ‘espaço livre’ (‘freespace’). (...) A idéia do ‘espaço livre’ (...) ignora o conflito e é reducionista (its shirts reducionism), isto é, reduz as relações sociais a assuntos de psicologia individual.”¹²⁹

Anarquistas como Murray Bookchin¹³⁰ e Janet Biehl, ganharam publicidade pelas fortes críticas ao que ele chamaria de “anarquismo de estilo de vida”, ou seja, as recentes tendências ideológicas individualistas e de negação da necessidade da ação social. Como contraposição ao “estilo de vida”, Bookchin e Biehl defendem nomeadamente o “anarquismo social”¹³¹. Por essa questão estariam eles automaticamente associados ao segundo grupo, entretanto, eles estão em um grupo intermediário. No interior da sua perspectiva social, eles criticam o tradicionalismo sindicalista ou purismo classista, anarquista e marxista, dissolvendo as questões restritas à classe trabalhadora em uma dimensão mais espacial e ecológica, situada nos moradores das cidades, o definiram como o “municipalismo libertário”¹³². Com base na proposta *bookchiniana*, foram criados institutos de ecologia social em alguns países e ocorreram o “Congresso de Ecologia Social e Municipalismo Libertário” (1998) em Lisboa (Portugal); a “Conferência Internacional/ Intermunicipal sobre a Política da Ecologia Social: Municipalismo Libertário” (1999) em Plainfield (Vermont); “Encontro sobre Municipalismo de Base” (2007) em Carrara (Itália); etc. Contraditoriamente, muitos dos integrantes desses encontros pertencem às estruturas classistas ou tenham o classismo como prática e ideologia.

A política autogestionária levantada nessa dissertação é influenciada pela expressão de Castoriadis e Chomsky, ambos ligados de alguma maneira à herança do *sindicalismo revolucionário*, mas cada qual com as suas particularidades. Cornelius Castoriadis, francês naturalizado, filósofo e psicanalista, foi defensor da autonomia política, que na atuação sindical ficou conhecida como a “autonomia operária”; Noam Chomsky, lingüista norte-americano anarcosindicalista, ficou consagrado pela crítica ao neoliberalismo e como entusiasta das ações anti-capitalistas e anti-globalização¹³³. São eles representantes de um grupo que está exercendo forte crítica ao determinismo marxista, e ao estruturalismo ortodoxo, mas

¹²⁹ EHRlich, 1996.

¹³⁰ Murray Bookchin, cientista político anarquista norte-americano, ganhou notoriedade com a militância em torno da proposta de atuação social denominada “comunalismo”.

¹³¹ BOOKCHIN, 2009.

¹³² BOOKCHIN, 2005.

¹³³ CHOMSKY, 2004.

continua promovendo o *classismo* como base de sua ideologia e ação. Vale ressaltar que desta geração surgiram também expressões como as de Maurício Tragtenberg no Brasil, educador e sociólogo, de importante papel na crítica do sindicalismo estatista de sua época e na defesa da autogestão operária; e do professor universitário e cientista político escocês John Holloway¹³⁴, no contato com os movimentos sociais da América Latina (mais especificamente o movimento zapatista no México, para o qual dedica o livro *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*) e a defesa da idéia de *revolução intersticial*, transformação “nos interstícios, nas gretas e nos espaços que forem sendo abertos” que cria um “anti-poder dos subordinados”, dos “argentinaços” dos piqueteiros, das revoltas indígenas na Bolívia e no Equador, das ações do MST no Brasil, da rebelião dos zapatistas mexicanos, etc.¹³⁵. Contudo, a maior contribuição intelectual para a autogestão contemporânea viria de um dos militantes do mais importante movimento social de resistência latino-americano (o *zapatismo*), conhecido pelo codinome Subcomandante Marcos, sendo o principal ideólogo (e o relações públicas), da mobilização das diversas comunidades dispersas no território mexicano (a maioria delas na região de Chiapas), para a atuação na guerrilha e para a construção de uma estrutura federativa indígena independente do Estado e do mercado e contra eles.

Nos primeiros anos do século 21, a proposta política autogestionária tem aparecido na mobilização das organizações indígenas na América Latina, isto é, entre algumas comunidades indígenas brasileiras, entre os *pueblos* bolivianos, os mapuche (que povoam o sul da Argentina e o Chile), as comunidades zapatistas e magonistas do México, entre as diferentes formas de luta popular no Peru (tanto no nível dos bairros, *pueblos juvenes*, como no nível regional, das Frentes Regionais para a Defesa dos Interesses do Povo); as “greves nacionais” no Equador, na Colômbia e no Peru; os movimentos de ocupações em São Paulo e Rio de Janeiro, as tentativas de autogestão de bairros e favelas nas grandes cidades como Caracas e Lima; os diversos movimentos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), espalhados por diversas regiões do interior do Brasil; nos comitês de defesa dos Direitos Humanos e associações de parentes de presos e desaparecidos (tendo surgido estas duas últimas iniciativas, basicamente dos

¹³⁴ A aversão a ortodoxia marxista é muito forte nesta geração. Isso recorrente para todos os citados, ficando patente quando Maurício Tragtenberg se autodenomina “marxista heterodoxo”, ou John Holloway de “marxista autônomo”.

¹³⁵ HOLLOWAY, 2003.

movimentos sociais)¹³⁶. O tema da autogestão reaparece também nos diversos movimentos sociais e ativistas de desobediência civil, agrupados em torno da organização internacional Ação Global dos Povos (AGP)¹³⁷ e os *black blocks* (blocos negros)¹³⁸ de movimentos locais, nas grandes mobilizações contra a atuação das corporações e órgãos de financiamento internacional, especificamente durante as reuniões de dirigentes de países integrantes do G-8, em Seattle, Praga, Genebra e outras cidades do mundo todo. Mas o que demarca o período que vai do final da década de 1980 até hoje, em termos ideológicos, é a criação de uma série de federações anarquistas locais (baseadas na estratégia *especificista* ou *sintesisista*) e de frentes heterogêneas, criação de centros e espaços culturais, grupos de estudo e realização de encontros, palestras e seminários públicos, com o propósito de ativismo, mobilização e inserção nos movimentos sociais e no sindicalismo de base, que se tornam solidários aos movimentos acima citados.

¹³⁶ SANTOS, 2001

¹³⁷ Rede de “movimentos de resistência global”, mas que a imprensa cismou em denominar de “movimentos antiglobalização”.

¹³⁸ SHANTZ, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos que a confecção dessa dissertação foi um exercício que demandou esforço muito além do esperado desde a elaboração do projeto, há um ano atrás, por alguns motivos. Em primeiro lugar, a falta de habilidade para fazer as conexões entre as teorias sociológicas apreendidas por leituras realizadas durante a minha formação em História (graduação) e depois com o início do atual curso de mestrado em Sociologia Política para a elaboração efetiva de uma dissertação foi por vezes desanimadora. Quando se tratou de promover o debate entre as teorias dos movimentos sociais mais adequadas, o que demandava um conhecimento apurado sobre o assunto, por alguns breves períodos quase houve a decisão de declinar do objeto escolhido. No final das contas, não havia outro objeto que propusesse mais motivação em dissertar do que o atual.

Entretanto, com as dificuldades que começaram aparecer, enfrentadas pelos movimentos sociais, com fortes perdas e rupturas, inicialmente levaram ao descrédito das hipóteses que eram apresentadas, mas passado um breve prazo, a vontade de se refletir sobre a prática, mais detalhadamente. Por esse motivo, esse trabalho foi finalizado aos tropeços, mas com o máximo de esforço e, felizmente, com um resultado satisfatório.

Inicialmente, os registros estavam sendo captados apenas em áudio, através de gravação em aparelho MP3 e que depois eram armazenados em um computador pessoal. Mas por um acordo com alguns membros das frentes de movimento social (principalmente da FIST), optou-se pela captação em vídeo, com a idéia de que, depois de encerrado o curso, seria feito um vídeo institucional no movimento social.

Esta mudança facilitou em muito a realização das entrevistas seguintes. Porém, a falta de conhecimento dos meios técnicos de gravação e salvamento, o que não pode ser satisfeito com as poucas orientações profissionais recebidas (planejava-se que haveria tempo disponível), fez com que algumas entrevistas fossem perdidas quando houve defeito no equipamento (computador pessoal). Não havia sido transcritas nenhuma das entrevistas, o que realmente não estava na intenção do projeto, e o que restava eram as anotações, rascunhos e muitas lembranças sobre as situações das entrevistas. Não haveria tempo nem contexto para que fossem realizadas novamente todas as entrevistas perdidas, algumas delas de grande valor. Foi com esse material e com outras entrevistas que restavam é que se pode analisar cada um dos tópicos de assuntos tratados no capítulo 2 (esse material, gravado em DVDs e pastas (DVDs nomeados: *O casarão. 16 de Abril. Entrevistas com as Ocupações*; e na pasta *Ocupações e Movimento dos Trabalhadores Desempregados/MTD*), ficará disponível em uma biblioteca do movimento social conhecida como Biblioteca Social Fábio Luz – do Centro de Cultura Social (CCS-RJ) – localizada Rua Torres Homem, 790, Vila Isabel – Rio de Janeiro – RJ).

As entrevistas foram realizadas ao longo do cotidiano da militância, com agendamento prévio, mas muitas vezes em meio à atividades de mutirão, depois de reuniões extensas e cansativas, depois de manifestações, etc. A maioria foi feita na tranquilidade do ambiente de casa dos moradores que ainda estão morando em ocupação ou nas casas onde estão morando as pessoas despejadas das ocupações, geralmente em favela. Apenas uma entrevista foi realizada ao telefone, em cima da hora, no terminar da dissertação, como foi o caso da entrevista de Sérgio Xavier.

Acho importante relatar sobre a minha trajetória pessoal até o momento atual de participação nas lutas urbanas, pois considero que a afirmação das teorias e opiniões políticas expressas nesse trabalho em grande medida tem a ver com a vivência no interior desses movimentos e não com a especulação. E esse foi um dos principais fatores de motivação para a escrita da dissertação, conseguir dar correspondência entre as teorias pensadas por mim e a realidade dos acontecimentos dos movimentos sociais. Pois bem, creio, que minha participação inicia-se nos movimentos de base e comunitários quando ainda tinha 14 anos e fazia parte da Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica, Colégio Salesiano de

Resende-RJ, influenciado pela Teologia da Libertação. Posteriormente, depois de ter transitado pelo movimento de jovens do Partido dos Trabalhadores (PT) da mesma cidade, retornei ao Rio (cidade natal) e, ainda dentro do PT, fui sistematicamente observando que o movimento partidário promovia distorção das atividades de mobilização social e ignorava o trabalho de base e comunitário, a não ser com o propósito de ganho de quadros ou resultado eleitoral. Essas observações vinham também pela minha passagem pelo movimento estudantil secundarista, e, posteriormente, no movimento estudantil universitário elas ficam mais claras.

A ruptura se deu em meio à construção do movimento de luta por moradia dos estudantes de baixa renda da Universidade Federal Fluminense (UFF), o *Fórum de Luta pela Moradia* e na decorrente mobilização e participação no 1ª Conferência da Cidade de Niterói (1ª Conferência Regional das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro) em 2003, como representante. Nesse período eu comecei a compreender a diferença entre movimentos corporativos, burocráticos e artificiais e os movimentos autônomos, que trabalhavam em cima de demandas reais e pelos próprios integrantes dos grupos demandatários. Enquanto em reuniões de mobilização dos centros acadêmicos e DCE mobilizavam apenas uma militância especializada, o *Fórum de Moradia* chegou a reunir 100 alunos em algumas reuniões, criou uma participação nova, afoita por estar nas ruas e muito avessa à participação nas negociações com os meios formais. Com isso tudo, a luta por moradia havia se tornado forte desde a minha mudança para Niterói, a aposentadoria do meu pai, os problemas de saúde da minha mãe e a mudança dos deles para Araruama. Neste meio tempo mantinha contato com militantes do MST e militantes de ocupações urbanas (MTST). Decidi me aproximar da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que estava sendo recém criada, e já possuía trabalho de apoio ao movimento de resistência contra despejos e pela organização de ocupações populares em áreas urbanas.

Mas, ao terminar a universidade, a necessidade de moradia tornou-se muito mais preocupante. Foi quando surgiu a oportunidade (jul./2005) de ocupar uma casa na *Ocupação Poeta Xynayba* (Tijuca), da qual me interessei em fazer parte da comissão de moradores e da adesão à Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), composta também por membros da FARJ. Pela FIST participei da *Ocupação Quilombo das Guerreiras* (I), que durou apenas 1 dia, da *Ocupação Confederação*

dos Tamoios, apoio à Ocupação Domingos Passos (após a queda do casarão) e à Ocupação José Oiticica. E, mesmo sendo despejado em abril de 2007 e, depois, o rompimento com a FIST (tanto pelo lado da comissão de moradores da minha ocupação, como pela decisão da FARJ), permaneci atuante no movimento, como apoio à Ocupação Manuel Congo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a realização da Ocupação 16 de Abril (jan./2008), com ex-moradores da Ocupação Poeta Xynayba que durou apenas 1 mês, e na reconstrução do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) no estado do Rio de Janeiro, que hoje em dia atua na Ocupação Guerreiros do 510.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Gustavo Alberto Cabrera. “Os movimentos dos sem-teto e a luta de classes no século XXI”. In: *Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: UEL, 2006.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. “Gestão social e democracia: problemas e perspectivas”. In: *Documentos do VI Congreso Iternacional del CLAD (Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2006*. Disponível na internet: <<http://www.clad.org.ve/docume.html>>, Acesso em: 02/02/2009.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BIEHL, Janet. *The Politics of Social Ecology: Libertarian Municipalism*. Montreal: Black Rose, 1998.
- BOOKCHIN, Murray. “6 Tesis sobre Municipalismo Libertário”. In: site *Instituto de Estudos Anarquistas (IEA)*, “Preparado y reproducido para internet (Santiago, Chile, abril de 2005)”. Disponível na internet: <<http://www.institutoanarquista.cl>>. Acesso em: 29/08/2008.
- BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo social e anarquismo como estilo de vida*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2009.
- BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul; ENCKEL, Marianne. *O Bairro, a Comuna, a Cidade... Espaços Libertários!* São Paulo: Imaginário, 2003.

- BRUM, Mário Sergio Inácio. “Despertar e incentivar! A Pastoral de Favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na Redemocratização”. In: *CANTAREIRA – Revista Eletrônica de História*, Vol. 2, N. 3, Ano 3, dez. 2005. Disponível na internet: <<http://www.historia.uff.br/Cantareira>>, Acesso em 29 de outubro de 2007.
- BRUM, Mário Sergio Inácio. “O povo acredita na gente”: rupturas e continuidades das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2006.
- BUONFIGLIO, Leda Velloso. “O direito à cidade apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do Estado”. In: *Revista Política e Sociedade*, Vol. 6, n.11, 2007 (Dossiê - Movimentos Sociais, participação e democracia). UFSC: Florianópolis.
- BUONFIGLIO, Leda Velloso. “O direito à cidade apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do Estado”. In: *Revista Política e Sociedade*, Vol. 6, n.11, 2007 (Dossiê - Movimentos Sociais, participação e democracia). UFSC: Florianópolis.
- BUONFIGLIO, Leda Velloso. “Os espaços de vida provisórios: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo”. Monografia (Graduação). São Paulo: FFLCH-USP, 2004.
- CARONE, Edgar. “Movimento sindical e o anarco-sindicalismo”, In: *Revista Princípios*, n. 37, 1995. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi.
- CASTELS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2: O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Propaganda Ideológica e Controle do Juízo Público*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- CLOUX, Raphael Fontes. “Movimento dos Sem-Teto da Bahia: A Vila Via Metrô”. Tese de Mestrado em Análise Regional do Departamento em Ciências Sociais Aplicadas. Salvador: UNIFACS, 2008.

- CLOUX, Raphael Fontes. "O Movimento dos Sem Teto de Salvador e a Mídia: trajetória, mobilização social e conflitos". In: *Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)*. Belo Horizonte: 2007.
- COHN-BENDIT, Gabriel; COHN-BENDIT, Daniel. *El izquierdismo, remédio a la enfermedad senil del comunismo. Paris/Mayo-Junio 1968*. México: Editorial Grijalbo, 1969.
- COLOMBO, Eduardo. *La voluntad del pueblo: Democracia y anarquía*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2006.
- EHRlich, Howard J. "Anarchism and formal organizations; some notes on the sociological study of organizations from an anarchist perspective". In: EHRENBerg, John. *Proudhon and his age*. Atlantic Highlands NJ: Humanities Press, 1996.
- ESENWEIN, George Richard. "Sindicalismo de massa e anarquismo na Espanha do século XX". In: *Olho na História – Revista de História Contemporânea*, UFBA, N. 2, 1995. Disponível na Internet: <<http://www.oohodahistoria.org>>. Acesso em 10/02/2008.
- FERREIRA, Alvaro. "Conflitos No Espaço Urbano: Labirinto e Dialética". In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol.XII, n.270 (97), ago. 2008*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. São Paulo: UNESP, 2007.
- GETTELL, Raymond G. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: ALBA, 1941.
- GOHN, Maria da Glória. "O papel dos conselhos gestores na gestão urbana". In: *Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

GRANDI, Matheus da Silveira. “Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro”. Projeto de dissertação de mestrado, 2008. Rio de Janeiro: mimeo.

HOLLOWAY, John. “El Estado y la lucha cotidiana”. In: HOLLOWAY, John.. *Marxismo, Estado y Capital*. Buenos Aires: Editorial Tierra del Fuego, 1970.

HOLLOWAY, John. “Entrevista com John Holloway”. In: *Revista Sinal de Menos, n.1, Ano 1, 2009 (Mídia digital)*. (entrevista realizada pelo grupo *Fim da Linha* na ocasião de sua vinda para o Brasil em novembro de 2007). Disponível na internet: <www.sinaldemenos.org>. Acesso em: 12/05/2009.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

JONG, Rudolf de. “Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social e revolucionária”, In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KROPOTKIN, Piotr. *Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. “Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)”. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LÓPEZ, Miguel Martínez “Viviendas y centros sociales en el movimiento de *okupación*: entre la autogestión doméstica e *la restructuración urbana*” In: *Scripta Nova, Vol. VII, n. 146(109), ago. / 2003, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Ed. Universidade de Barcelona., 2003.

LUZ FILHO, Fábio. *El cooperativismo y El Estado*. Buenos Aires: Intercoop, 1961.

LUZ FILHO, Fábio. *O Direito Cooperativo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1962.

- MACEDO, Maria Olívia Soares “Movimento dos trabalhadores sem-teto no Rio de Janeiro”. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: UEL, 2008.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia. “Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.
- MACHADO, Jorge Alberto S. “Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais”. In: *Sociologias, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007. Revista do Programa de Pós-Graduação de Sociologia*. Porto Alegre: UFRGS.
- MAMARI, Fernando Gonzalez Cruz de. *Se Morar é um Direito, Ocupar é um Dever! As Ocupações de Sem-Teto na Metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EDUFRJ, 2009.
- MEDEIROS, Bianca Freire; CHINELLI, Filippina. “Favela e Redes Solidárias: Formas Contemporâneas de Mobilização e Organização Popular no Rio de Janeiro”. In: *Project “Latin American Urbanization in the Late 20th Century: A Comparative Study”*. Montevideo: CSUIM Working Paper, 2001.
- NASCIMENTO, Janaina Xavier do. *Paradigmas dos Movimentos Sociais: Entre um olhar estratégico e um olhar identitário*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife, UFPE, 1999.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis. “Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo”. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: UEL, 2008.
- OLIVEIRA, Nathalia Cristina. “Os movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo: semelhanças e diferenças”. In: *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL)*. Londrina: UEL, 2008.
- PASQUINO, Gianfranco. “Movimentos Sociais”. In: BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI (orgs.). *Dicionário de Política. Vol. 2*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

- PEREIRA, Potyara A. P. "A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil". In: *Ser Social e Serviço Social*. n.6, jan.-jun / 2000. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social*. Brasília: Ed. UnB.
- PINHEIRO, Jair. "Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo". *Lutas Sociais*, n. 13/14, 2005. São Paulo: PUCSP.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- R.D.P. "Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro", publicado no dia 30/03/2009. In: site *Passa Palavra*. Disponível na internet: <<http://passapalavra.info/?p=2191>> Acesso em: 30/03/2009.
- RESSURREIÇÃO, Ademilson Candido da. "Processo de Ocupações Anarquistas no Centro do Rio de Janeiro". (Trabalho apresentado no Curso Especial de Geografia da UNESP, *Tempo e Comunidade*). Escola Nacional Florestan Fernandes: Guararema, 2007.
- RICCI, Rudá. "De Organizações Populares e Movimentos Sociais Brasileiros". In: *Revista Espaço da Sophia (Meio digital)*, Ano 2, n.13, abr. 2008. Disponível na internet: <<http://www.espacodasophia.com.br>>. Acesso em: 10/04/2009.
- RICCI, Rudá. "Movimentos sociais rurais nos anos 90". In: *Cadernos de Ciências Sociais*, Vol. 7, n. 10, jul. 2000. Belo Horizonte: UFMG.
- ROSA, Arthur. "Famílias de Sem-Teto invadem imóvel na Gamboa". In: site *O Dia Online*. (Disponível na Internet: <http://odia.terra.com.br/rio/htm/familias_de_sem_teto_invadem_imovel_na_gamboa_214282.asp> Acesso em 10/02/2008.
- SÁ, Fátima. "Vivendo no Abandono", In: *Revista O Globo*, Ano 5, N. 226, 23 de nov. 2008. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- SACKS, Sheila. "PAC aciona engenharia-cidadã: As metas deste modelo de engenharia mais consciente, voltado para a inclusão e a justiça social, é um fator positivo a ser

- realçado no PAC”, publicado em 08/01/2008. In: site *Observatório da Imprensa*. Disponível na internet: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=467CID003>> Acesso em: 30/03/2009.
- SALLES, Marcelo. “Continua o cerco às favelas”. s/d. In: site *A Nova Democracia*. Disponível na internet: <<http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Continua-o-cerco-as-favelas.html>>. Acesso em 30/03/2009.
- SAMIS, Alexandre. “Prefácio”. In: MAGON, Ricardo Flores. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- SAMIS, Alexandre. “Prefácio”. In: MALATESTA, Errico. *Autoritarismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- SAMIS, Alexandre. “Sindicalismo e Movimentos Sociais”, 16/02/2009. In: site *Passa Palavra*: <<http://passapalavra.info/?p=788>>. Acesso em: 25/02/2009.
- SANTANA, Carlos Henrique Vieira. “Realismo Político no Brasil: Invenção e Legado”. In: *Cadernos de Sociologia – Fórum dos Alunos do IUPERJ, dez./2008*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Los nuevos Movimientos sociales”. In: *Revista do Observatorio Social de América Latina (OSAL), n. 5, set. / 2001*: Buenos Aires: OSAL.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil” In: *Interface: a journal for and about social movements. Volume 1 (1): 105 – 124, jan. 2009*. Disponível na internet: <<http://www.interfacejournal.net/2009/01/redes-para-reterritorializacao-de-espacos.html>> Acesso em: 19/02/2009.

- SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. "Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil". In: *Revista Política & Sociedade*. N.5, out. 2004. Florianópolis: Cidade Futura.
- SHANTZ, Jeffrey Arnold. "Anarquia é Ordem: movimentos anarquistas como práticas construtivas". In: *IMPULSO: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, v. 15, n. 37, maio/ago. 2004. São Paulo: UNIMEP.
- SOLAZZI, José Luís. "Políticas Sociais, População e Municipalismo Libertário" In: *A Questão Social no Novo Milênio (VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais)*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. "O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro". In: site do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED), maio/2008. <<http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/textosestrutura.html>>, Rio de Janeiro, UFRJ. Acesso em: 10/01/2009.
- SOUZA, Sandro Soares de. "Movimentos sociais e coletivos libertários: reflexões sobre a autogestão" In: site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT03-3204--Res.pdf>>, Caxambu, 2007. Acesso em: 10/04/2009.
- STURZA, Janaína Machado; CASSOL, Sabrina. "A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares: uma busca constante pelo respeito à democracia", s/d. In: site do Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias da Universidade Federal de Santa Catarina: <<http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo78.pdf>>. Acesso em: 15/04/2009.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. "O léxico espacial do movimento dos sem-teto: um estudo da ocupação Quilombo das Guerreiras (RJ) e João Cândido (SP)". Projeto de dissertação de mestrado, 2008. Rio de Janeiro: mimeo.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; GRANDI, Matheus da Silveira. "O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga,

- no Centro do Rio de Janeiro”. In: site do *Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED)*, maio/2008. Disponível na internet: <<http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/textosestrutura.html>>, Rio de Janeiro, UFRJ. Acesso em: 10/01/2009.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.), *Avaliação de Projetos Comunitários: Uma Abordagem Prática*. Rio de Janeiro – São Paulo: CEDAC - Editora Loyola, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. “An Introduction to the study of Social Movements”. In: MACK, Arien. *Social Research*, Vol. 52, n.4, 1985. Disponível na internet: <<http://www.newschool.edu/centers/socres/vol52/issue524.htm>>. Acesso em 19/02/2009.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: UNESP, 2007.
- VENZA, Claudio. “O Anarco-sindicalismo Italiano Durante o ‘Biennio Rosso’ (1919-1920)” In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- VERRI, Narcisa Beatriz Whitaker. “Os sem-teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004”. Tese de Doutorado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2008.
- VILLAÇA, Flávio. *As Ilusões do Plano Diretor*. São Paulo: 2005. Disponível em na internet: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 10/02/2008).
- WOODCOCK, George. *Anarquismo - Vol. 2, O movimento: uma história das idéias e movimentos libertários*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1984.
- ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el poder. Los movimientos sociales poderes antiestatales*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2006.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- AFL – American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho)
- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
- ANAP – Associação Nacional de Advogados Populares
- CEDA – Confederação das Direitas Autônoma
- CFUL – Programa Cada Família, um Lote
- CGdL – Confederação Geral do Trabalho
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- CNT – Confederação Nacional do Trabalho
- COB – Confederação Operária Brasileira
- CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora / Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
- CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
- CORE – Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUFA – Central Única das Favelas
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- ENCLATs – Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora
- FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
- FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
- FAI – Federação Anarquista Ibérica
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FAU – Federação Anarquista Uruguaia
- FELNU – Fórum Nacional de Luta pela Reforma Urbana
- FELRU - Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana

FIST – Frente Internacionalista dos Sem Teto
FLP – Frente de Luta Popular
FNTT – Federação Nacional de Trabalhadores da Terra
IAJUP – Instituto de Apoio Jurídico Popular
ISP – Segurança Pública
IWW – Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais Mundiais)
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MR – Mobilização de Recursos
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD – Movimentos dos Trabalhadores Desempregados
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTU – Movimento dos Trabalhadores Unidos
MUCA – Movimento Unificado dos Camelôs
NMS – Novos Movimentos Sociais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC – Partido Comunista
PCE – Partido Comunista Espanhol
PDVs – Programas de Demissão Voluntária
PLM – Partido Liberal Mexicano
PRONASCI - Programa de Segurança Pública com Cidadania
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares
SERFHA – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
TMS – Teoria dos Movimentos Sociais
UAI – União Anarquista Italiana
UGT – União Geral dos Trabalhadores
USI – União Sindical Italiana
UTF - União dos Trabalhadores Favelados